

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS DA AMAZÔNIA

**A luta Borari e Arapium por um território encantado no Rio
Maró: *Autodemarcação e retomadas***

LUIZ FELIPE DOS SANTOS PINTO GARCIA

Santarém, Pará
Março de 2018

Luiz Felipe dos Santos Pinto Garcia

**A luta Borari e Arapium por um território encantado no Rio
Maró: *Autodemarkação e retomadas***

Orientador:

PROF. DR. MAURÍCIO TORRES

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOP A, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais da Amazônia, junto ao Programa de Pós- Graduação *Stricto Sensu* em Recursos Naturais da Amazônia.

Santarém, Pará

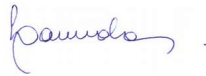
Março de 2018

A luta Borari e Arapium por um território encantado no Rio Maró: *Autodemarkação e retomadas*

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Recursos Naturais da Amazônia, Área de concentração: Sociologia Rural. Aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Recursos Naturais da Amazônia, nível de mestrado, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, em 19 de abril de 2018.

Prof(a). Dr(a) José Mauro Sousa de Moura (UFOPA)
Coordenador(a) do PGRNA

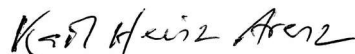
Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:



Prof(a). Dr(a) Lucybeth Camargo de Arruda (UFOPA)
Examinador(a) 01



Prof(a). Dr(a) Ricardo Scoles Cano (UFOPA)
Examinador(a) 02



Prof(a). Dr(a) Karl Heinz Arenz (UFPA)
Examinador(a) 03



Prof(a). Dr(a) Maurício Torres (UFOPA)
Orientador(a)

Santarém, 19 abril de 2018.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema Integrado Bibliotecas –
SIBI/UFOPA**

G216l Garcia, Luiz Felipe dos Santos Pinto
A luta Borari e Arapium por um território encantado no Rio Maró: autodemarcação e
retomadas / Luiz Felipe dos Santos Pinto Garcia. – Santarém : UFOPA, 2018.

140 f.: il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Maurício Torres
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-
Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da
Amazônia.

1. Terra indígena. 2. Maró. 3. Território. 4. Autodemarcação. I. Torres, Maurício, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 980.41

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa aos Borari e Arapium da TI Maró.
A força de sua organização e da sua luta têm sido um acalanto nesses tempos duros.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, através da bolsa concedida, tornou materialmente possível essa pesquisa;

Aos Borari e Arapium da TI Maró pelas conversas, risadas e comidas compartilhadas. Pelas caminhadas pelas matas e pelos ramais. Por sua luta. Ao Zezinho, por me *puxar* nos momentos de dor. À Dona Maria Edite e sua família, pela acolhida. Ao grupo de vigilantes, pela parceria. Muito respeito por seu trabalho. Aos caciques: seu Higino, Ervano e Igapó. Ao Dadá, à Rosa e todos seus filhos. A dedicação de vocês à luta da TI Maró é um exemplo que quero levar para toda minha vida. Ao Biro, grande conhecedor das matas. Ao Poró, pelas conversas que tanto me ajudaram;

Aos Munduruku e aos beradeiros de Montanha Mangabal. O aprendizado proporcionado pela convivência com vocês faz parte desse trabalho e da minha vida;

Aos companheiros no apoio à luta territorial autônoma dos povos do Tapajós. Cada conversa e experiência compartilhada estão refletidas aqui;

À minha mãe, Laís, por ter despertado o interesse pela leitura. À Mari, pelo amor de sempre;

Ao Maurício Torres, orientador desse trabalho, pelas conversas, sugestões e pela leitura atenta da pesquisa;

À Giu Henriques e Inaiá. Companheiras de vida e de luta. Das horas boas e difíceis. O amor de/por vocês me fortalece e me motiva a prosseguir (re)existindo nesse mundo hostil à igualdade e à diferença.

GARCIA, Luiz Felipe S.P. **A luta Borari e Arapium por um território encantado no Rio Maró: Autodemarkação e retomadas**. 2018. 138 páginas. Dissertação de Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia. Área de concentração: Estudos e Manejos de Recursos Naturais da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Santarém, 2018

RESUMO

Esse trabalho busca descrever a *autodemarkação e retomadas* realizadas pelos Borari e Arapium da TI Maró a partir do ano de 2007. Através de entrevistas abertas e de história oral de vida e da observação direta em campo pude observar que esse processo, consequência da invasão de madeiras no território tradicional do grupo a partir do início dos anos 2000, contribuiu para ampliar o controle do grupo sobre seu território. O processo descrito nesta pesquisa contribui para o fortalecimento da territorialidade do grupo e de padrões tradicionais de bem-viver. Os conceitos e práticas acionados pelo grupo são oriundos tanto de sua própria cultura como da sociedade ocidental. Eles são articulados para atender ao projeto do grupo de garantia de seu território. Para chegar a essas conclusões, a pesquisa parte de uma análise de ataque aos direitos territoriais indígenas desde início do século XXI, especialmente as propostas contidas na PEC 215/00 e a tese do Marco Temporal. Esses ataques jurídicos e legislativos são interpretados como ferramentas que buscam legitimar um programa econômico baseado na expansão da produção e da exportação de *commodities* agrominerais. Na América do Sul e no Brasil, esse modelo econômico está claramente expresso, respectivamente, na IIRSA e no PAC. Para compreender o choque entre a territorialização capitalista e a indígena, faço uma reflexão sobre o histórico dos conflitos territoriais na bacia do baixo Tapajós e as reações indígenas à colonização. Também analiso alguns dos aspectos mais importantes da territorialidade dos indígenas do Maró. Essa análise é importante para compreender o conflito instalado pela chegada dos madeiros e para compreender a autodemarkação e retomada. Por fim, descrevo a *autodemarkação* e as *retomadas* na TI Maró, cotejando com outros processos semelhantes, ressaltando aspectos que possam contribuir para compreensão dos mesmos como lutas nativas por território.

Palavras-chave: território, territorialidade, Terra Indígena Maró, autodemarkação, retomadas.

GARCIA, Luiz Felipe S.P. **A luta Borari e Arapium por um território encantado no Rio Maró: Autodemarkação e retomadas.** 2018. 138 páginas. Dissertação de Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia. Área de concentração: Estudos e Manejos de Recursos Naturais da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Santarém, 2018

ABSTRACT

This thesis search to describe the *autodemarkação* and *retomadas* performed by the Borari and the Arapium people from the Indigenous Territory of Maró from 2007 forward. Through open interviews, spoken life histories and direct observation in loco, I was able to remark that this process, as consequence from the invasion of logging companies into the native lands of these groups from the early 2000's on, fomented to amplify the group's control over their territory. The process described in this paper's research contributes with the strengthening of the group's territoriality and traditional patterns of community living.

The concepts and practices engaged by the group are results from both their own culture and the ones from Western societies. Those were articulated to fit the group's project of territorial integrity. To conclude this, the research come from the analysis of the attacks against the natives people's territorial rights since the beginning of the XXI century, especially the ones proposed in the PEC 215/00 and the 'Marco Temporal' thesis. These legal and regulatory attacks are read as tools that seek to consolidate an economic program that is based on the productive expansion and export of agromineral commodities.

As for Latin America and Brazil matters, this economic model is clearly expressed, respectively, in the IIRSA and the PAC. To understand the conflicts between capitalist territorial delimitation and native delimitation, I present a reflexion about the historical background of the territorial conflicts at the Tapajós region and the native reactions to colonization. I also analyse some of the most important aspects of the territoriality from the Maró natives.

This study is crucial to understand the conflicts brought by the logging industry and to understand the *self-demarcation* and *retakes* on the indigenous territory of Maró, collating with other similar processes, emphasizing the aspects that may collaborate to their comprehension as native's fights for territory.

Keywords: territory, territoriality, indigenous land Maró, autodemarkação, retomadas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Metodologia e procedimentos de pesquisa	4
1.1.1 Territorialidade, territorialização, território	4
1.1.2 Autodemarkações e luta por direitos territoriais.....	6
1.1.3 Reflexões sobre o trabalho de campo.....	9
1.1.4 Trajetória da pesquisa.....	11
2 TERRAS INDÍGENAS, AGRONEGÓCIO: CONQUISTAS E ATAQUES.....	14
2.1 A Constituição de 1988 e os ataques legislativos ao processo de demarcação de Terras Indígenas.....	14
2.2 Entraves ao reconhecimento legal da Terra Indígena Maró.....	21
2.3 A IIRSA, o PAC e as commodities agrominerais: conflitos territoriais	25
2.3.1 A IIRSA e a reestruturação do espaço sul-americano.....	27
2.3.2 O PAC como a complementação brasileira para IIRSA.....	30
2.4 As <i>commodities</i> agrominerais: o exemplo da soja.....	32
3 TERRITORIALIZAÇÃO BORARI E ARAPIUM NO MARÓ.....	35
3.1 A colonização portuguesa: missões, vilas e o novo ordenamento territorial dos indígenas do baixo Tapajós.....	35
3.2 O século XIX: Cabanagem, epidemias e o Ciclo da Borracha	38
3.3 Século XX e a formação do território Borari e Arapium no rio Maró.....	40
3.3.1 Os Borari e Arapium no Rio Maró.....	41
3.3.2 Notas sobre os <i>encantados</i>	47
3.3.3 A atual configuração territorial dos Borari e Arapium no rio Maró.....	50
4 AUTODEMARCAÇÃO: REFAZENDO CAMINHOS	58
4.1 A chegada das madeireiras e os primeiros conflitos	58
4.2 As mobilizações	67

4.2.1 Mobilizando as aldeias	67
4.2.2 Mobilizando os encantados	71
4.3 Conformando a Terra Indígena	72
4.4 Demarcando os limites	76
4.5 Perdas territoriais: os “limites” da autodemarcação.....	82
4.6 Desdobramentos da autodemarcação	83
5. VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA E AS RETOMADAS: A CONSOLIDAÇÃO DA TI MARÓ	85
5.1 Os vigilantes e a proteção do território	85
5.2 A primeira retomada	88
5.2.1 O Centro de Apoio e o fortalecimento da ocupação	90
5.3 A retomada da Casa do Arraia	102
5.4 Autodemarcação e retomadas como fortalecimento da territorialidade	104
6 SOBRE AUTODEMARCAÇÕES E RETOMADAS: ARTICULANDO CONCEITOS E PRÁTICAS	106
6.1 Sobre a mobilização e o papel das lideranças	106
6.2 Os limites e a permeabilidade das fronteiras	108
6.3 Encantados e luta por território	111
6.4 Autodemarcação, retomadas e vigilância: atualizando padrões tradicionais de ocupação do território	113
7 CONCLUSÃO	119
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa contendo a localização de Terra Indígena Maró e a proposta de destinação fundiária da Gleba Nova Olinda I formulada pelo Governo do Estado do Pará em 2009 2
- Figura 2: Placa indicando autorização de plano de manejo dentro dos limites da TI Maró. A autorização se deu cinco anos após a publicação do RCID..... 22
- Figura 3: Cartaz da campanha pela anulação da sentença do juiz Portela, que negava a existência dos Borari e Arapium da TI Maró 24
- Figura 4: grupos de projetos previstos para o Eixo de Integração e Desenvolvimento do Amazonas, no contexto da IIRSA 29
- Figura 5: Imagem da TI Maró: em preto, áreas retomadas e abandonadas pelas madeireiras. Esse mapa serve como referência para a discussão a ser estabelecida nos próximos capítulos deste trabalho 57
- Figura 6: Figura 4: Mapa da Gleba Nova Olinda contendo as áreas de exploração madeireira e o perímetro da Terra Indígena Maró 62
- Figura 7: Base abandonada da Rondonbel próximo a uma das nascentes do igarapé Cachimbo..... 64
- Figura 8: vista de uma das nascentes do igarapé Arraia assoreada em função da abertura de ramal aberto para a exploração madeireira..... 65
- Figura 9: Limite entre a TI Maró e a comunidade Fé em Deus, na altura do encontro com uma ramal madeireiro..... 76
- Figura 10: Limpeza do "ramal" da autodemarcação. Limpeza do "ramal" da autodemarcação..... 80

Figura 11: O "bico da TI". A direita, estrada que liga as explorações do Marozinho e do

Cachimbo ao porto de Cachoeira do Aruã. À esquerda o ramal que corta a TI Maró. Na árvore que marca o centro da imagem, existia uma placa identificando a TI, que foi arrancada pelos madeireiros..... 82

Figura 12: Placa e, ao fundo, sede da fazenda Carandá. Uma das áreas permutadas próxima às cabeceiras do Arraia. Essa região foi retomada pelos indígenas no final de 2017..... 87

Figura 13: Vigilante da TI Maró registrando a placa do carro de um proprietário de madeireira atuante na região..... 87

Figura 14: Seu Higino (sacaca e cacique de Novo Lugar) contando histórias sobre a mata e a Curupira para as crianças, durante a III^o Vivência de Nheengatu e Notório Saber. Além de aprenderem sobre a importância dos encantados, nessa atividade as crianças aprenderam também sobre algumas regras de conduta para caçarem. A história foi transformada em um texto e em uma dramatização.....92

Figura 15: Ritual de abertura da III^a Vivência em Nheengatu e Notório Saber. Após o ritual, foram escolhidas as turmas e o rodízio das turmas por cada atividade. Todo mundo passa por todos os setores. No segundo plano, vista parcial da casa do Centro de Apoio..... 93

Figura 16: Crianças participando de atividade no Centro de Apoio. As vivências possibilitaram acesso à áreas retomadas do território que normalmente as crianças não visitam.....99

Figura 17: Casa construída por madeireira na cabeceira do igarapé Arraia. Retomada em dezembro de 2017..... 103

1. INTRODUÇÃO

O principal objetivo dessa pesquisa é descrever, a partir da interpretação de seus sujeitos, os processos de *autodemarcação*¹, *vigilância* e *retomadas* desenvolvidos pelos indígenas Borari e Arapium da Terra Indígena (TI) Maró, situada na Gleba Nova Olinda I, município de Santarém (a 140 km da sede do município), região oeste do Pará (ver mapa abaixo). Atualmente, a TI é habitada por 239 pessoas das etnias Borari e Arapium, distribuídas em três aldeias (Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III). Embora o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) esteja publicado, o reconhecimento dos direitos territoriais depende da assinatura da Portaria Declaratória, por parte ministro da Justiça, ainda pendente.

Para alcançar esse objetivo, o trabalho está organizado da seguinte forma. No primeiro capítulo, analisarei os entraves políticos, jurídicos e econômicos que afetam os processos de demarcação de TIs no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. Assim, o capítulo se inicia discutindo como a regulamentação do Artigo 231 da CF já colocou algumas limitações ao reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas. Essa limitação se manifesta na redação do artigo 231. A proposta dos movimentos indígenas e seus apoiadores era que as terras a serem demarcadas seriam aquelas “ocupadas pelos indígenas”. A posição contrária aos interesses indígenas defendia que apenas as terras “permanentemente ocupadas”, conceito limitante, que reduziria drasticamente as terras objeto de reconhecimento. Fruto de um arranjo entre as posições pró e anti-indígenas presentes na Constituinte, a redação final estabeleceu que seriam demarcadas as “terras tradicionalmente ocupadas” (BARRETO FILHO, 2005: 121). Em seguida, tratarei de alguns mecanismos legais e jurídicos que têm sido manejados para bloquear as demarcações de TIs.

Por fim, ainda neste primeiro capítulo, farei uma análise da proposta macroeconômica e de reconfiguração territorial que tem sido implementada pelo capital em território brasileiro, através de instrumentos como a Iniciativa de Infraestrutura da Região Sul-Americana (IIRSA) e Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses instrumentos têm sido acionados para atualizar e criar a infraestrutura necessária para a circulação de commodities agrominerais. Minha interpretação, como explicitarei no primeiro capítulo, é que as mudanças da legislação

1 Todas as palavras grafadas em itálico são conceitos nativos.

e o incremento dos entraves jurídicos são necessários para que a reconfiguração territorial proposta pelo PAC e pela IIRSA aconteça de maneira mais eficaz.

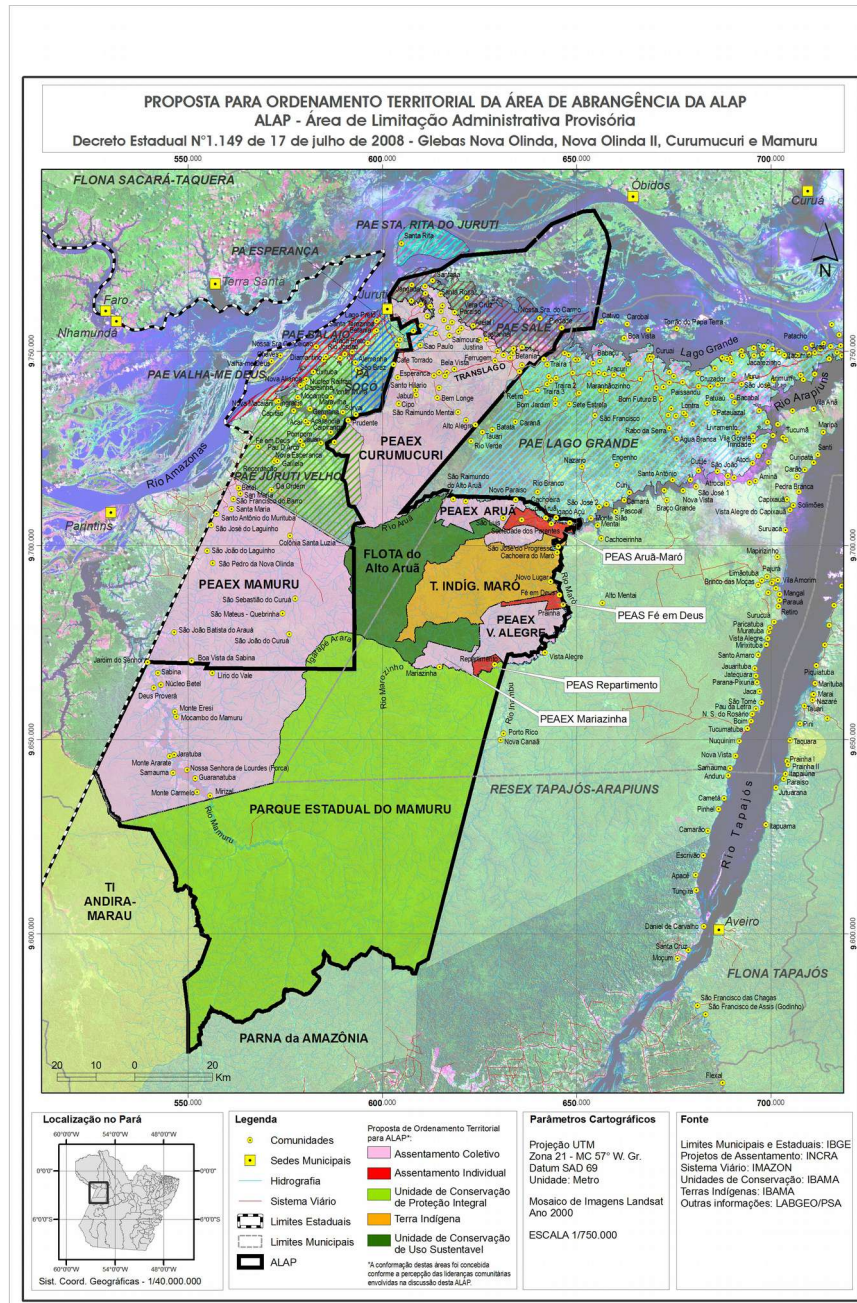


Figura 1: Mapa contendo a localização de Terra Indígena Maró e a proposta de destinação fundiária da Gleba Nova Olinda I formulada pelo Governo do Estado do Pará em 2009. Fonte Terra de Direitos. In: <http://terradedireitos.org.br/2013/08/30/terra-indigena-maró-oeste-do-para/>

Se no primeiro capítulo foco o contexto de negação do direito territorial dos povos indígenas no Brasil, no segundo me debruço sobre a história da territorialização dos povos indígenas do baixo Tapajós. O resgate histórico, em certos momentos, recorre ao período colonial. Esse histórico proporcionará as bases para a compreensão da dinâmica territorial de longa duração na região e apoiará o entendimento da atual territorialidade dos Borari e Arapium no rio Maró. O percurso proposto está calcado na hipótese de que o processo de autodemarcação, embora desencadeado como resposta aos conflitos instaurados na região, é informado por uma noção própria de territorialidade.

O terceiro capítulo, é um estudo sobre a territorialidade dos habitantes da TI Maró, analisando como as paisagens presentes nesse território informam a construção das narrativas sobre a história dos grupos e, conseqüentemente o seu modo de vida nesse espaço. Dessa forma, será possível compreender o contexto em que esses processos são desenvolvidos, bem como as concepções sobre o território e as estratégias escolhidas para a realização da *autodemarcação* e a necessidade das ações de vigilância comunitária. Por outro lado, parto da hipótese de que os processos de autodemarcação dialogam com as estruturas jurídicas oficiais de reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e que foram disparados em resposta a um contexto de expropriação territorial e perda do acesso a recursos naturais.

Os dois capítulos seguintes são bastante interligados entre si. No quarto capítulo, descrevo o processo de *autodemarcação* dos Borari e Arapium, ocorrido em 2007, propondo o diálogo com outros processos de autodemarcação e retomada de terras. Essa reflexão será pautada principalmente a partir da experiência dos Tupinambá da Serra do Padeiro, trazida pelo trabalho de Daniela Alarcon (2013), e a dos Munduruku no médio Tapajós, a partir da minha própria experiência, como apoiador, e da dissertação de Luísa Molina (2016). O objetivo desse capítulo é pensar o conceito de autodemarcação e esboçar uma reflexão sobre esses processos, em suas semelhanças e afastamentos.

O quinto capítulo descreve as atividades de vigilância comunitária, bem como as *retomadas*. A ênfase será sobre as estratégias e conhecimentos que são ativados pelo grupo de vigilantes e pelas demais pessoas que executam essas atividades.

Por fim, o sexto capítulo traz algumas considerações sobre algumas autodemarcações e retomadas, cotejando-as com o material produzido sobre a TI Maró. Por fim, o sétimo capítulo traz as conclusões deste trabalho.

1.1. Metodologia e procedimentos de pesquisa

Divido esse item em quatro subitens para melhor compreensão de alguns conceitos e pressupostos teóricos que serão utilizados no decorrer dessa pesquisa. No primeiro subitem explico a forma como abordarei os conceitos de *territorialidade*, *territorialização* e *território*. Longe de elaborar uma extensa reflexão sobre tais conceitos, o objetivo deste tópico é evidenciar a abordagem a ser utilizada na pesquisa.

Em seguida, de forma sucinta, apresentarei alguns entendimentos preliminares e práticos sobre as autodemarcações, a partir de experiências de *autodemarcação* desencadeados pelo grupo com quem trabalho e por outros povos. Esse momento é importante para perceber pontos comuns e peculiaridades entre esses processos de ação direta para a garantia de direitos territoriais. Nesse momento, as autodemarcações serão apenas apresentadas.

Encerro a discussão sobre a metodologia com uma breve exposição sobre a trajetória dessa pesquisa. Como não poderia deixar de ser, minha inserção junto ao grupo equaciona não só a potencialidade do diálogo com os indígenas, mas, também seu conteúdo.

1.1.1 Territorialidade, territorialização, território

Nesse trabalho, utilizaremos o conceito de territorialidade tal como definido por Paul Little. Para o antropólogo, seria o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território' ou 'homeland’” (2002: 4). Ainda segundo o autor, a territorialidade é específica de cada grupo social, que “produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais” (*idem*: 4). A noção de Little, se torna mais evidente, para fins dessa análise, quando a territorialidade é interpretada como uma “força latente” (CASIMIR, 1992; *apud* LITTLE, 2002). Nesse sentido, utilizarei o conceito como um modelo ideal de território, acionado pelo grupo em seu processo concreto de territorialização e em suas demandas por um TI. Dialogando com esses dois conceitos, por um

lado descreverei o ideal de território dos Borari e Arapium do Maró e, por outro, o processo concreto de territorialização.

Nesse sentido, entendemos que os processos de territorialização derivam em “definição de território ligada aos processos sociais e políticos que sujeitam o espaço a uma constante ressignificação” (Aparicio, 2008: 45). Deste modo, ao buscarmos compreender o processo de territorialização como a materialização da territorialidade em dado espaço, nos debruçaremos sobre como

relações são estabelecidas, criando limites e canais de comunicação, proximidades e distâncias, interdições, fronteiras seletivamente permeáveis conforme a lógica territorial do grupo que territorializa uma dada porção de espaço. As relações de apropriação do espaço são aspecto central nesse tipo de abordagem. Levam a considerar as articulações entre as diversas possibilidades de relações de apropriação do espaço com a organização sócio-política de um grupo, a qual fornece coordenadas e referências para a elaboração dos limites físicos, sociais e culturais que regulam a distribuição do espaço e dos recursos ambientais. (GALLOIS, 2004, pág. 4).

Compreendo, dessa forma, a territorialização como espacialização das relações sociais que atuam para configurar dado espaço como território do grupo. É nesse processo que a territorialidade do grupo e as contingências geográficas e históricas se articulam para (re)criar um território. É importante, também, levar em consideração, para compreender o processo de territorialização na TI Maró, a contribuição de João Pacheco de Oliveira ao conceito. Para o autor,

processo de territorialização é o movimento pelo qual um objeto político-administrativo² [...] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais. (Pacheco de Oliveira, 1998: pág. 54)

A contribuição acima ajuda a compreender os mecanismos pelos quais determinado grupo passa quando tem sua territorialidade confrontada por outra. No caso do Maró, a perspectiva do Pacheco de Oliveira contribuiu para compreender as novas formas de organização que emergiram a partir do processo de autodemarcação e da necessidade de estabelecer fronteiras fixas ao seu território.

2 “Objeto político-administrativo” quando, sob uma situação colonial, determinado grupo social é classificado por um estado e passa a ser objeto de políticas e regimes administrativos submetidos a um estado nacional. Para João Pacheco de Oliveira, essa “unidade político-administrativa é arbitrária e circunstancial”. O autor segue exemplificando quais seriam esses objetos políticos-administrativos criados ao longo do processo de colonização: nas colônias francesas seria a 'etnia', na América espanhola as 'reducciones' e 'resguardos', no Brasil as 'comunidades indígenas' ” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998: 54).

Compreendo o território como expressão material, no espaço, de dadas relações sociais e também como espaço de conflito. Por um lado, o território expressa as “regras para organizar seus atos concretos de apropriação [da natureza]” (GODELIER, 1986: 83 *apud* Little, 2002: 8). Por outro, de maneira mais ampla, o território não é apenas meio de produção ou à forma do acesso aos meios de produção (SEEGER & VIVEIROS DE CASTRO, 1979: 104 *apud* BINDA, 2009). Assim, somado ao sentido de território enunciado por Godelier, podemos caracterizar o território como lugar que expressa “vínculos sociais, simbólicos e rituais” (LITTLE, 2002: 7). Mas também, no caso dos povos indígenas, o território atual é informado também pelos modelos estatais de ordenamento do território e, ao mesmo tempo, fruto dos novos contextos de conflitos territoriais, naquilo que Pacheco de Oliveira define como “situação colonial”, onde um grupo social passa a estar sujeito “a um aparato político-administrativo que integra e representa um Estado”. O autor segue, afirmando que tal situação instaura uma “nova relação com o território”. (PACHECO de OLIVEIRA, 1998: pág. 54).

Como pude observar para o caso dos indígenas da TI Maró, se por um lado, de fato, existem mudanças na relação com o território, também existem continuidades. Vários aspectos da territorialidade do grupo se mantêm, apesar do processo de territorialização instaurado pelo Estado. Nesse trabalho, explicitarei a articulação entre essa “nova relação” e a territorialidade tradicional do grupo. Essa discussão será feita no capítulo sobre a territorialização dos indígenas do Maró e também no capítulo sobre autodemarcação.

1.1.2 A luta pelo território: autodemarcações, retomadas e vigilância comunitária

Os processos de autodemarcação vêm sendo desencadeados em contextos de conflitos territoriais em diversos lugares e situações no Brasil. Esses processos operam a partir de diversas camadas de relação entre as concepções estatais de território³ e de territorialidades específicas de cada grupo. Entendo que os processos de autodemarcação, mesmo operando dentro desse modelo estatal de organização territorial, mobiliza estratégias, discursos e argumentos informados pela territorialidade tradicional de cada grupo. Por outro lado, lutar e

3 Aqui, resumo essas concepções estatais de território em um elemento básico, comum a todo estado-nação: a criação de limites territoriais fixos e bem definidos.

circular pelo território faz com que esse seja reapropriado, fortalecendo narrativas e histórias do grupo.

Nos últimos anos, os processos de autodemarcação e retomadas, bem como aqueles de vigilância comunitária têm ganhado força como instrumento de garantia de direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. As *autodemarcações* e as *retomadas* são uma reação à morosidade do Estado brasileiro em reconhecer o direito originário dos povos indígenas sobre o território tradicionalmente ocupado por eles. Também buscam responder às invasões e a pressão sobre os recursos das áreas ocupadas por esses povos. Segundo nota pública da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib):

Ao não demarcar as nossas terras e trabalhar pela descaracterização do direito originário que temos sobre as mesmas, Dilma, Cardozo e Adams são os maiores responsáveis pelos assassinatos e criminalização de lideranças e pelos demais crimes cometidos contra nossos povos. Um quadro tão alarmante que podemos caracterizar como de um verdadeiro genocídio.

Diante dessa situação, entendemos que não resta outra opção: retomar e autodemarcar nossas terras tradicionais, mesmo sabendo que isso pode custar a vida de muitas de nossas lideranças e de muitos de nossos guerreiros. (APIB, 2015: 2)

Mas não é possível limitar as autodemarcações e as retomadas ao seu aspecto de pressão política. Essas ações devem ser compreendidas também como ações diretas de reapropriação de dado território e também de fortalecimento de modos de vida próprios dos grupos que a realizam. Como pude observar como voluntário da autodemarcação da TI Sawre Muybu, o processo coloca os indígenas em movimento pela sua área de ocupação tradicional, coletivamente. No caso de Sawre Muybu, esse processo desencadeou outros fatos, que levaram a discussão sobre território, uma revisitação sobre as histórias do tempo de criação dos Munduruku, troca de experiências e impressões que os diversos grupos que trabalharam na demarcação da área têm a respeito das regiões pelas quais passaram. O tema do território foi recorrente durante todo o tempo em que foram realizadas as atividades da *autodemarcação*. Essas elaborações, em seu turno, colocaram em movimento novas possibilidades de ocupação e de uso do território, assim como as restrições geradas pela definição de limites fixos e territorialmente demarcados.

De fato, como indica Lígia Moysés Nascimento (2011) em seu artigo sobre a autodemarcação realizada pelos Tupinikim em Aracruz/ES, esses processos podem ser definidos, em um primeiro momento, como “o processo autônomo de recuperação territorial” e, ao mesmo tempo, como forma de luta no longo percurso de reconhecimento legal dos

direitos territoriais dos povos em questão. Da mesma forma, Beltrão, em estudo sobre autodemarcação dos Madijá, afirma que “a própria adoção da expressão 'auto-demarcação' é reveladora da inserção participativa, autônoma e de caráter emancipatório dos Madijá no processo de trabalho” (1997: 12).

Já de acordo com Gallois, em sua análise sobre o processo de demarcação participativa, mas que pode informar também sobre características das autodemarcações, da TI Wajãpi, realizada pelo grupo de mesmo nome:

Eles trabalharam intensamente em todas as etapas, mas sempre na perspectiva de dirigir esse processo [...] O entrelaçamento das atividades sociais, rituais, produtivas e de controle territorial com as tarefas da demarcação foi uma exigência dos Wajãpi. (GALLOIS, 2011: 48)

Os trabalhos obedeceram às lógicas de ocupação territorial, onde cada grupo local dos Wajãpi se responsabilizou pelos trabalhos em sua área de ocupação. Dessa forma, os trabalhos foram “basicamente orientados pela divisão territorial e política dos 'donos' e conhecedores de respectivas parcelas da área” (GALLOIS, 2011: 51). Esse método de trabalho, além de garantir uma demarcação adequada às concepções de territorialidade e os mecanismos de territorialização das relações sociais próprios ao grupo, fortaleceu o conhecimento sobre o território, principalmente para as gerações mais novas, nascidas após a centralização dos Wajãpi em torno dos postos da Funai. Antes de prosseguir, ressalto que considero “participativo”, e não autodemarcação, o processo de demarcação desta TI, pois a coordenação do mesmo estava sob coordenação da Funai, em um contexto de um projeto-piloto de política pública, o PPTAL. Conforme Gallois, essa demarcação se deu “com intensa participação dos Wajãpi, numa iniciativa pioneira coordenada pela Funai, com apoio da Agência de Cooperação Alemã e do Centro de Trabalho Indigenista (CTI)” (2011: 17).

Quando, em campo, levantei informações sobre a *autodemarcação* e as *retomadas* da TI Maró, atentei para como os indígenas descrevem esse processo. Nesse sentido, foi importante o contraste que pude tecer a partir da bibliografia sobre autodemarcações e da minha participação na autodemarcação da TI Sawre Muybu.

De maneira geral, e ainda provisória, podemos elencar as seguintes características de um processo de *autodemarcação*:

- são desencadeados pelos indígenas em contexto de lutas por território;
- são planejados, dirigidos e executados pelos povos que a executam;

- dialogam com as estruturas estatais de reconhecimento dos direitos territoriais;
- possuem forte caráter mobilizador;
- são informados e seus resultados influenciados tanto pela correlação de forças presentes nos conflitos, quanto pela territorialidade própria a cada grupo. Nesse sentido, mobilizam e atualizam histórias, mitos e interpretações sobre a história da ocupação do grupo na região, alimentando assim a própria mobilização e ressaltando a importância do processo e da luta pelo território.

A *s retomadas* possuem algumas das mesmas características que os processos de *autodemarkação*. Os pontos apontados nos parágrafos acima também caracterizam as *retomadas*. Talvez a diferença principal seja que nas *retomadas* necessariamente implicam na reocupação de determinadas porções do território tradicional. No caso das *autodemarkações*, nem todas implicam na retirada dos invasores e a reocupação do território.

Já por vigilância, entendo as atividades comunitárias que visam monitorar e prevenir invasões. Essa visão preliminar não dá conta da complexidade desse tipo de ação e tem por objetivo apenas situar o leitor. Uma descrição e uma definição mais apurada sobre esse termo será feita no quinto capítulo.

1.1.3 Reflexões sobre o trabalho de campo

A parte mais substantiva dos dados que servem de base para este trabalho foram colhidos através de trabalhos de campo. Foram realizadas quatro etapas de campo. No primeiro campo, as informações foram obtidas principalmente através da observação participante das atividades de monitoramento e vigilância do território. Essa metodologia consiste em se entregar à:

[...] rotina e à participação das atividades de interesse dos pesquisados. Os nós de incompreensão percebidos pelo pesquisador pouco a pouco vão se dissolvendo por um complexo processo de 'aprender fazendo', permitindo-lhe compreender com mais profundidade sentidos até então não detectados de referenciais culturais dos seus observados. (VIERTLER, 2002)

A importância desse método nos primeiros contatos com as comunidades que participaram da pesquisa se justifica em dois aspectos: em primeiro lugar, permitiu uma aproximação do cotidiano das pessoas, proporcionando elementos para a descrição de seu

modo de vida, das atividades que desenvolvem e dos diferentes espaços ocupados pelos indígenas. Outro aspecto importante é que acompanhar as expedições de vigilância comunitária desenvolvidas pelas comunidades permitiram uma observação direta da forma que se organizam, do tipo de trabalho que é feito, das porções do território que elas cobrem.

Já nessa etapa, foram realizadas entrevistas abertas e não diretivas, registrando a história oral do grupo. As entrevistas abertas sobre o tema foram realizadas com pessoas adultas, envolvidas nos processos de autodemarcação e vigilância comunitária. O objetivo principal dessas entrevistas foi registrar como os Borari e os Arapium da TI Maró compreendem esses processos dentro de suas próprias concepções de território.

Esse método se mostrou adequado para a consecução dos objetivos da pesquisa em questão pois, através dele foi possível mapear os sujeitos dos processos enfocados, vislumbrar as interpretações sobre essa experiência e, principalmente, compreender o processo de autodemarcação. Com as entrevistas, pude perceber as forças envolvidas (madeireiros, indígenas e comunidades vizinhas) e a atuação de cada um durante os processos. As dificuldades, a mobilização, os conflitos e os empasses foram narrados nos próprios termos dos sujeitos em questão. Como não existem outros estudos ou documentos históricos sobre o processo de autodemarcação, esse material acabou se consolidando como a principal fonte de informação sobre a autodemarcação da TI Maró.

De maneira complementar, objetivando descrever tanto as concepções nativas sobre território e o processo de territorialização dos Borari e dos Arapium na bacia do rio Maró nos últimos anos, fiz algumas entrevistas de histórias de vida, sempre guardadas na oralidade. Essas entrevistas foram realizadas de acordo com os procedimentos sugeridos por Bom Mehy (1998). Elaborei um roteiro de entrevista com o objetivo de suscitar e propor temas ao entrevistado, deixando-o à vontade para percorrer os caminhos próprios de sua memória na reelaboração de sua história. Com esses relatos, pude obter informações sobre a composição das atuais comunidades que compõe a TI Maró, os laços familiares e os deslocamentos das famílias. Também foi possível, ainda que de maneira nada exaustiva, mapear as várias localidades nas quais as pessoas viveram. Nesse sentido, o procedimento me permitiu conhecer a história recente do processo de territorialização dos Borari e dos Arapium na região do Maró.

Tive essas duas práticas de pesquisa, inicialmente, como as possíveis principais fontes

de obtenção de informação. No entanto, a dinâmica do calendário dos trabalhos de campo, estabelecido pelas lideranças da TI, acabou sendo bem diferente do que imaginei no início dos trabalhos. Não tive tempo para realizar as entrevistas abertas e as longas entrevistas sobre as histórias de vida. Praticamente todos os campos foram dedicados a acompanhar ações como reuniões internas e com outros povos, encontro nas matas com donos e gerentes de madeiras, além das ações de monitoramento e vigilância, propriamente ditas. As informações sobre o processo de autodemarcação, ocorrido em 2007, foram obtidas através das entrevistas, tal como descritas acima.

O redirecionamento das atividades de campo teve dupla consequência para o desenvolvimento da pesquisa. Por um lado, obtive menos informações sobre os aspectos históricos do processo de territorialização dos Borari e, principalmente, dos Arapium no rio Maró, ao longo do século XX, uma lacuna importante que segue aberta, uma vez que não há trabalhos nesse sentido. Por outro lado, a participação em ações políticas e de monitoramento territorial me permitiram observar de perto as formas de organização e os conflitos atuais, dez anos após o processo de autodemarcação. As atividades registradas foram intercâmbio e reuniões de articulação com outros povos dos Tapajós; a III Vivência da Terra Indígena Maró e; um curso de formação de professores, voltado para elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Indígena São Francisco das Chagas, do qual fui um dos facilitadores. Essa inflexão no trabalho de campo influenciou também aqueles indígenas que se tornaram interlocutores nela. Convivi e conversei muito mais com aqueles mais diretamente envolvidos na de proteção do território. Esse fato, do qual tive pouco controle em campo, possibilitou um aprofundamento dos problemas relacionados à luta por território. Mas, ao mesmo tempo, me afastou de questão mais amplas relacionadas ao modo de vida de vida e a história recente dos Borari e Arapium no rio Maró.

A observação dessas atividades, registradas em cadernos de campo e, quando possível, em áudio, tornaram-se a principal fonte de informações para a realização dessa pesquisa. Participando desses momentos, pude perceber as estratégias, as contradições e os conflitos vividos na defesa da TI Maró. Foi assim que reorientei o principal objetivo da pesquisa, que tornou-se a elaborar uma reflexão sobre o processo contemporâneo de defesa do território em seus múltiplos aspectos, particularmente os processos de autodemarcação, vigilância territorial e retomadas.

1.1.4 Trajetória da pesquisa

Ainda trabalhava em colaboração com os Munduruku do médio Tapajós, na autodemarcação da TI Sawre Muybu, quando decidi ingressar em um programa de mestrado. Envolvi-me no processo como apoiador voluntário do movimento indígena por ter, como horizonte estratégico de atuação política, o fortalecimento de iniciativas de ação direta de base popular. No entanto, os Munduruku reiteravam insistentemente sua posição de não receberem pesquisadores entre eles⁴. Evidentemente, respeitei a posição do grupo e passei a pesquisar outras possíveis situações onde se desenvolvessem lutas territoriais e onde fosse possível desenvolver em conjunto com os indígenas um projeto de pesquisa que pudesse, de alguma forma, também servir de apoio à luta. Ou seja, um dos princípios norteadores deste trabalho é que ele fosse incorporado pelo grupo, ainda que não soubesse de que forma isso poderia se dar.

A resposta veio ao participar, como convidado do Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA), de uma oficina promovida pelo Conselho Indigenista Missionário em fevereiro de 2016. Nessa oficina, tive a oportunidade de reencontrar os irmãos Dadá e Poró Borari, duas importantes lideranças da TI Maró e do movimento indígena do baixo Tapajós. Ao falar sobre meu interesse em pesquisar conflitos territoriais em terras indígenas, recebi o convite para estudar o processo de vigilância territorial que, desde 2014, eles vêm executando na TI. Nesse momento, ficou acordado que além de pesquisar, eu apoiaria o movimento indígena da TI Maró em demandas de formação e na elaboração de projetos que pudessem fortalecer o grupo de vigilantes e as atividades de monitoramento territorial desenvolvidas no território.

Na primeira oportunidade, em agosto de 2016, fui a campo. Foram dez dias na TI Maró conhecendo lideranças, acompanhando o dia-a-dia da aldeia Novo Lugar e participando de uma expedição de vigilância comunitária. Nessa estada, também, me reuni com boa parte das lideranças e da equipe de vigilantes. Ficou acordado que eles aceitariam o meu trabalho e, como contrapartida, eu apoiaria a continuidade das ações de vigilância, tentando obter recursos e organizando formações para os vigilantes. Nessa reunião, apresentei um pequeno roteiro de pesquisa, que foi aprovado pelos presentes.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa e da minha relação com as lideranças indígenas, os limites entre o apoio e a pesquisa de certa forma foram diluídos, ou seja, a

4 Essa recusa se dava, basicamente, em função da categoria *pesquisador* para os Munduruku, nessa época, estar basicamente associada aos pesquisadores que fizeram os estudos de impacto ambiental para o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

assessoria de apoio tornou-se um modo de fazer a pesquisa e o próprio pesquisar implicava colocar-me nesse posto. Entre as atividades de que participei como apoiador na elaboração incluíram um encontro com representantes indígenas e ribeirinhos; uma vivência da escola em uma área retomada aos madeireiros e um curso de formação de professores indígenas.

O papel de apoiador possibilitou o acesso a espaços de discussão e atividades que possivelmente não seriam franqueados apenas a um pesquisador. Por outro lado, de certo que o lugar que ocupei pode ter retirado o acesso às contradições internas do grupo, aos rachas, que não seriam, em termos estratégicos, interessantes ao grupo que fossem levados a um apoiador. A condição que assumi pode ter me afastado de eventuais posições contrárias, entre eles, ao processo de autodemarcação e vigilância comunitária. No entanto, avalio que eventuais limitações foram bastante menos relevantes do que as oportunidades abertas pelo lugar em que me pus e fui posto, já que o objetivo era estudar as estratégias e o modo pelo qual esses processos são conduzidos e não as formas pelas quais se constroem as divergências.

2. TERRAS INDÍGENAS E AGRONEGÓCIO : CONQUISTAS E ATAQUES.

2.1 A Constituição de 1988 e os ataques legislativos ao processo de demarcação de Terras Indígenas

A preocupação com a questão indígena, e sua regulamentação, não nasce com a formação do Estado. A coroa portuguesa, desde “descobrimento”, emitia decretos sobre os povos indígenas e suas terras. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha o direito dos indígenas às suas terras está garantido legalmente desde a Carta Regia de 1608. Todavia, como ressalta a antropóloga, que, durante o período colonial, a legislação foi centrada na questão da mão de obra indígena (CUNHA, 1994). Embora o processo de colonização tenha se realizado basicamente sobre a expropriação territorial dos ameríndios, justificado através do conceito de guerra justa, “a legislação portuguesa para a colônia brasileira consagra, desde o século XVI, os direitos dos povos indígenas a seus territórios” (PERRONE-MOISÉS, 2000:108-109). O cerne do projeto colonial português foi a conversão dos índios de “gentios” em reserva de mão de obra catequizada e, finalmente, em súditos da coroa. O método para isso foram os aldeamentos, onde se realizariam os direitos territoriais dos índios, já que seus antigos territórios seriam esvaziados, através dos “descimentos”, tornando-se terra devolutas (*idem*:110). Nesse sentido, a legislação colonial entende o direito territorial dos índios como direito aos aldeamentos, doados pela coroa como sesmarias.

Como os aldeamentos eram configurações territoriais estratégicas ao projeto de conversão, depreende-se que o direito ao território algo considerado transitório, assim como a própria condição de “gentio”. Essa condição se manteve até a CF de 1988. No entanto, durante o século XX, a legislação acerca da posse indígena de suas terras passa por algumas transformações, assim resumidas por Manuela Carneiro da Cunha:

desde a Constituição de 1934, é respeitada a posse indígena inalienável das suas terras. Diga-se em sua honra, foi na bancada amazonense que teve origem a emenda que consagrou esses direitos em 1934 (Carneiro da Cunha, 1987:84 e ss). Todas as Constituições subsequentes mantiveram e desenvolveram esses direitos, e a Constituição de 1988 deu-lhes sua expressão mais detalhada. (1994: 127)

De fato, a Constituição de 1988 define de maneira precisa o que são as “terras tradicionalmente ocupadas” pelos indígenas, em seu artigo 231, parágrafo primeiro:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter

permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Desse modo, o conceito jurídico de TI é composto por quatro elementos distintos: as terras ocupadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural. Além disso, a legislação garante a posse permanente e o usufruto exclusivo dos recursos dos solos, rios e lagos existentes nas suas terras (GALLOIS, 2004).

Cabe à União, através do Poder Executivo, reconhecer o direito originário dos povos indígenas às suas terras. No entanto, esse ato tem caráter meramente declaratório. Isso significa que o direito dos índios à terra não depende desse reconhecimento (RICARDO e SANTILLI, 1997). A definição de uma TI, ou seja, o reconhecimento legal de uma área para reprodução física e cultural de determinado grupo indígena segue os seguintes passos, definidos pelo Decreto nº 1.775/1996 (Brasil, 1996):

FASE	Descrição	Início	Fim	Observações
Identificação	Realização de estudos antropológicos, etnohistóricos, sociológicos, jurídicos, cartográficos, ambientais e levantamento fundiário	Nomeação do antropólogo responsável e criação do Grupo Técnico	Aprovação da Funai e publicação no Diário Oficial da União do Relatório Circunstanciado de Identificação Delimitação (RCID)	O relatório passa por parecer da Direção de Proteção Territorial da Funai e então é encaminhado à presidência da mesma.

Contestações	Período para qualquer interessado (inclusive estados e municípios) pleitear indenizações ou comprovar vícios no relatório	Fase de Identificação	150 dias após a publicação do relatório.	Dos 150 dias, 90 dias para as manifestações + 60 dias para parecer e encaminhamento ao Ministério da Justiça por parte da FUNAI
Demarcação física	Declaração de limites (MJ) e abertura de picadas e fixação de marcos e placas	Até 30 dias após as contestações	Término dos trabalhos de demarcação física	Atualmente, o processo da TI Maró aguarda a Portaria Declatória.
Homologação	Decreto da presidência da República que reconhece a demarcação física	Após a demarcação física	Publicação do decreto	
Registro	No(s) cartório(s) registro de imóveis respectivos e na Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	Até 30 dias após a Homologação	Efetivação do registro	

Tabela1: Fases do processo de demarcação de uma TI. Fonte: Decreto nº 1.775/1996.

Organização: Luiz Felipe Garcia, fev. 2018.

Embora a Constituição de 1988 estabeleça avanços, o marco regulatório instaurado *a*

posteriori não foi suficiente para solucionar a questão relativa às terras indígenas. Nesse trabalho, optei por fazer uma breve revisão sobre os dispositivos legais, os já vigentes e os propostos, que buscam limitar o direito dos indígenas às terras asseguradas pelo artigo 231 da CF. Porém, a ênfase, neste capítulo, recai sobre a disputa em torno – não de valores jurídicos – mas de interesses econômicos do capital que avança sobre territórios tradicionalmente ocupados. No âmbito dessa pesquisa, é fundamental, portanto, levantar algumas hipóteses sobre os interesses econômicos contrariados com a criação de TIs.

O próprio processo de regulamentação do artigo 231 da CF, no que se refere à garantia das TIs, tem sido um processo que, na verdade, implica colocar entraves, quando não restringir totalmente a possibilidade de garantias de os povos indígenas conquistarem o reconhecimento de seus direitos territoriais. É sob essa perspectiva que apresento o Decreto nº 1.775/1996, que regulamenta o processo de demarcação de TIs e a Portaria do Ministério da Justiça (MJ) nº 14/1996, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração do RCID.

O decreto nº 1.775/1996 e a portaria do Ministério da Justiça (MJ) nº 14/1996 tratam das principais normativas infra-constitucionais e são expressões jurídicas da movimentação de setores anti-indígenas e de sua luta contra as terras indígenas, após alguns anos de avanço das demandas indígenas (BARRETO FILHO, 2005, p. 126). Ainda segundo o Barreto Filho, as duas normativas têm como objetivo “exercer um controle político progressivo sobre o procedimento de demarcação desde as suas primeiras etapas” (*idem*: 123).

O Decreto nº 1.775/1996 introduziu no processo de reconhecimento de TIs a possibilidade das decisões administrativas relativas às identificações de TIs serem contestadas, ainda nessa esfera, por qualquer parte interessada. Basicamente, o contraditório consiste em um instrumento para que partes que se considerem prejudicadas pelo processo de identificação e delimitação de uma TI contestem a decisão técnica do órgão indigenista. Como o Decreto teve efeito retroativo, abriu-se a possibilidade de contestação de todas as TIs, em qualquer etapa do processo de demarcação, exceção feita àquelas já registradas nos respectivos cartórios imobiliários (RICARDO e SANTILLI, 1997).

Ao dispositivo do contraditório contido nesse Decreto, as partes interessadas passaram também a contestar judicialmente os RCID. Principalmente aqueles grandes proprietários com recursos suficientes para bancar o processo (AZANHA, 2013). O exemplo mais famoso de casos levados à judicialização é a TI Raposa Serra do Sol, cujas condicionantes impostas pelo

Supremo Tribunal Federal (STF) têm sido usadas por setores anti-indígenas como jurisprudência para suas ações, como também têm feito alguns juízes do STF, como no julgamento referente à TI Kayabi (AZANHA, 2013).

Nessa mesma linha, vai a edição da Portaria MJ nº 14/1996, apresentada como tendo por objetivo uniformizar a elaboração dos RCID. No entanto, seus objetivos implícitos são mais importantes para compreendermos como, na prática, essa normativa tem sido um empecilho para o pleno exercício dos direitos territoriais dos povos indígenas. Nos próximos parágrafos, mostrarei os mecanismos pelos quais a Portaria cria uma definição de TI e sobre os procedimentos de identificação que buscam, na verdade, dificultar a delimitação de uma TI.

A Portaria foi editada sem consulta ao presidente da Funai, indígenas ou antropólogos. Nela, o então ministro da Justiça, Nelson Jobim, busca “estabelecer uma relação direta entre o texto constitucional e o estudo de identificação” (FAUSTO, 1998, p.7 *apud* BARRETO FILHO, 2005, p.123), ao postular uma série de quesitos “necessários” e “imprescindíveis” para a identificação de uma TI” (*idem*). Ainda segundo Barreto Filho (*op. cit.*), o ministro fixa em lei uma interpretação restritiva sobre o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”, ao defini-lo como consubstanciação entre os quatro elementos elencados no artigo 231. Ao estabelecer uma espécie de espacialização dos quatro elementos que compõe uma TI, a portaria estabelece “o velho conceito de posse no sentido civilista, tantas vezes mobilizado no passado pelos interesses anti-indígenas, segundo o qual a posse de um território manifestar-se-ia pela presença de edificações e áreas de cultivo permanente” (Fausto 1998: 6 *apud* BARRETO FILHO, 2005: 124). Além disso, a portaria tenta disciplinar o trabalho do antropólogo, ao criar uma justaposição entre os quatro elementos conformadores de uma TI. A justaposição, ao mesmo tempo geográfica e social, proposta pela Portaria, ignora a discussão antropológica sobre a “multidimensionalidade dos fatos sociais” (*idem*: 125). Isso fragiliza a posição dos antropólogos, ao ter que lidar com um arcabouço teórico há muito superado pela disciplina, sujeitando-se ao poder discricionário do próprio MJ, avaliador, em última instância, do RCID.

Outro aspecto importante destacado por Barreto Filho é o fato de que a Portaria foi confeccionada de modo a restringir a participação indígena, sob a justificativa de tornar o relatório uma peça essencialmente técnica. De acordo com o artigo 2º do Decreto nº

1.775/1996, a participação indígena se dá através de uma simples manifestação, a ser descrita e incorporada ou descartada pelo coordenador do Grupo de Trabalho (GT) (BARRETO FILHO, 2005: 8). O autor ainda ressalta que esse constrangimento ao protagonismo indígena se dá em um momento de várias experiências bem-sucedidas de demarcação de Terras Indígenas, com forte participação indígena e na contramão de deliberações internacionais de garantia à autodeterminação dos povos indígenas (*idem, ibidem*).

A quantidade e a qualidade dos dados produzidos pelos GTs foram normatizados baseados no arbítrio do ministro Nelson Jobim. Esse encaminhamento deixou o RCID vulnerável a contestações. Isso se comprovou posteriormente, com a enorme quantidade de processos de reconhecimento paralisados devido às contestações judiciais. Além disso, a Portaria e o Decreto aqui discutidos promoveram uma centralização do processo do reconhecimento do direito originário na figura do ministro da Justiça. Esse movimento deu-se através do suposto caráter técnico conferido aos RCID pela Portaria MJ nº 14/1996 e da exclusão de indígenas e antropólogos do processo de regulamentação do artigo 231 da CF.

À restrição ao reconhecimento do direito originário dos povos indígenas à terra, plasmados em dispositivos infraconstitucionais como os analisados acima, soma-se, a partir do julgamento do caso da TI Raposa-Serra do Sol nova jurisprudência para os litígios envolvendo a criação de TIs: o marco temporal. Grosso modo, esse conceito traduz a ideia de que as TIs, além dos critérios estabelecidos pela CF de 1988, para serem reconhecidas necessitariam estar ocupadas pelos indígenas em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

Apesar do caráter não vinculante do julgamento de Raposa Serra do Sol a outros julgamentos de TIs, o argumento do marco temporal tem sido usado, tanto em contestações aos RCID produzidos pela Funai, quanto em sentenças contrárias às demandas territoriais indígenas. Segundo Bruno Pegorari (2016), o marco temporal restringe “o direito à terra para quem do trazido, gramaticalmente, no próprio texto constitucional”. A aplicação do marco temporal contraria a CF de 1988, que reconhece o esbulho territorial sofrido pelos povos indígenas ao não estabelecer critérios temporais como crivo para o reconhecimento do direito originário sobre suas terras. Por isso, Pegorari conclui que a adoção do marco temporal

não guardar qualquer vínculo racional com a situação jurídica analisada [...] o estabelecimento arbitrário da referida data carrega o vício da anti-historicidade, ignorando o passado indigenista brasileiro e o caráter originário de seus direitos,

assim como o histórico compartilhado das graves violações dos direitos originários por parte de particulares e do próprio Estado. (PEGORARI).

A esse quadro já consolidado de restrições legais e a jurisprudência desfavorável aos direitos indígenas, somam-se as tentativas de alteração do arcabouço constitucional. A mais conhecida delas é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 uma das principais bandeiras da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a bancada ruralista. Sob a argumentação de regulamentar o artigo 231 da CF, a PEC busca restringir os direitos territoriais em vários aspectos. Em relatório sobre seus impactos a povos indígenas, os impactos da aprovação da PEC 215 podem ser resumidos assim:

(1) a alteração da sistemática de reconhecimento das Terras Indígenas, transferindo do Executivo ao Legislativo o poder de decisão final sobre as demarcações; (2) a abertura das terras reconhecidas como indígenas a empreendimentos econômicos e atividades de impacto, como aquelas definidas em lei complementar como sendo de relevante interesse público da União (abrindo margem, tal como definido no Projeto de Lei Complementar 2272, à exploração mineral e de potenciais hidrelétricos e à construção de oleodutos, gasodutos, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia, entre outros) e obras de infraestrutura (estradas, ferrovias e hidrovias), bem como assentamentos rurais de não indígenas e atividades agropecuárias, inclusive mediante arrendamento de terras; (3) a vedação à ampliação das Terras Indígenas já demarcadas; (4) inserir a tese do “marco temporal” no texto da Constituição Federal; e (5) aplicar retroativamente as disposições da proposta às Terras Indígenas que estejam sendo objeto de questionamento perante o Poder Judiciário, apesar de já demarcadas e homologadas. (ISA, 2015: 4-5)

Na prática, o que a PEC efetiva é a radical alteração dos dispositivos constitucionais previstos no artigo 231. Ao transferir do Poder Executivo para o Legislativo a prerrogativa para a declaração de terras indígenas, transforma-se a noção de um direito originário em um direito passível de ser questionado politicamente no âmbito do Congresso Nacional⁵. Também retiraria o direito dos indígenas ao usufruto exclusivo de suas terras, ao permitir a construção de obras de infraestrutura bem como permitir diversas atividades econômicas privadas no interior de terras indígenas, inclusive naquelas já homologadas. Sobre as TIs já demarcadas, a PEC 215 ainda prevê que aquelas que estejam sob algum nível de contestação judicial fiquem sujeitas às mesmas regras.

5 Se levarmos em conta que a Frente Parlamentar da Agropecuária é uma das maiores bancadas no Congresso Nacional (207 parlamentares), o que se desenha, em caso de aprovação da PEC 215 é a efetiva paralisação dos processos de demarcação das terras indígenas, consolidando na legislação os ataques atuais. Sobre a FPA e outras frentes organizadas no Congresso: apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/

O uso dos mecanismos jurídicos acima descritos também tem incidido sobre o processo de demarcação da TI Maró. No próximo item, farei uma descrição do histórico da demanda dos Borari e Arapium pela demarcação da TI Maró e os principais impedimentos legais para a realização desse processo.

2.2 Entraves ao reconhecimento legal da Terra Indígena Maró

O início da demanda de reconhecimento da ocupação tradicional dos Borari e Arapium data do ano 2000. Através de suas lideranças, a coletividade formada pelas comunidades⁶ de São José III, Cachoeira do Maró e Novo Lugar protocolam uma carta junto à Funai e ao Ministério Público Federal (MPF) de Santarém solicitando o reconhecimento de uma TI na área ocupada pelas três comunidades (FUNAI, 2011). No entanto, a morosidade do Estado em encaminhar os processos, fez com que apenas no ano de 2008 a Funai criasse o GT responsável pela elaboração do RCID.

O RCID da TI Maró foi publicado no Diário Oficial da União apenas em outubro de 2011. O resultado da centralidade do ministro da Justiça⁷, como analisado no item anterior, sobre a declaração dos limites, aliado à contínua desestruturação da Funai, tem levado a demora para a efetivação desse direito. Essa demora contribui para o processo de esbulho territorial, saque dos recursos necessários para a reprodução física e cultural dos Borari e Arapium. Por outro lado, fortalece a posição de grupos com interesse nas terras indígenas. Esse é exatamente o caso da TI Maró, onde os onze anos que separam o pedido de reconhecimento do direito territorial dos indígenas da publicação do RCID fez com que a exploração madeireira fosse fortalecida, com apoio do governo do estado do Pará. Esse, entre 2002 e 2006, emitiu “termos de permuta” e Autorizações de Detenção de Imóveis Públicos (ADIP's) sobre a gleba Nova Olinda⁸. Além disso, através da Secretaria de Meio Ambiente e

6 A definição e o sentido do conceito *comunidade* será discutido adiante.

7 Mesmo antes da declaração da TI, etapa no processo diretamente dependente da assinatura do ocupante do ministro da justiça, esse tem o poder de influenciar na velocidade com que os grupos de trabalho são constituídos e na publicação dos RCIDs, já que o presidente do órgão indigenista é nomeado pelo próprio ministro.

8 A gleba Nova Olinda está “localizada nos municípios de Santarém e Juruti-PA, é integralmente constituída de terras públicas arrecadadas pelo Estado, sendo composta de 14 comunidades ribeirinhas formadas por

Sustentabilidade (Semas), o estado do Pará licenciou, pelo menos até junho de 2015, a exploração madeireira por meio da aprovação de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) madeireiro dentro do perímetro requerido pelos indígenas ou afetando diretamente o entorno da mesma⁹.

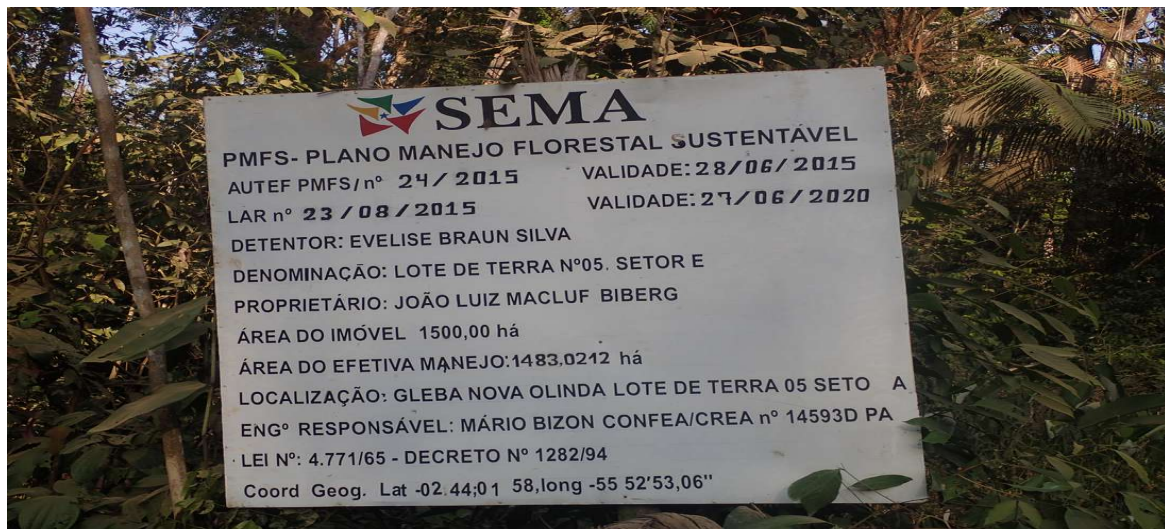


Figura 2: Placa indicando autorização de plano de manejo dentro dos limites da TI Maró. A autorização se deu cinco anos após a publicação do RCID. Autor: Luiz Felipe Garcia.

Para além da demora da Funai em criar o GT e, posteriormente, publicar o RCID, esse foi contestado por um conjunto¹⁰ de associações comunitárias da região do rio Maró, provavelmente instrumentalizadas por empresas madeireiras (MPF, 2015: 10). A contestação e, conseqüentemente, a judicialização das interposições aos procedimentos de reconhecimento

populações tradicionais, indígenas e não-indígenas, com 309 famílias e 1.304 pessoas (ITERPA, 2007)”. (ITERPA, 2009: 10). No último item desse capítulo, abordarei de maneira mais detalhada a destinação dada pelo governo do estado do Pará à gleba Nova Olinda, principalmente no que se refere à exploração madeireira.

9 Esse assunto será abordado no último item desse capítulo.

10 [Essas associações são: 1\) AINORMA - Associação Intercomunitária de Trabalhadores Agro-extrativistas das Comunidades de Prainha e Vista Alegre do Rio Maró; \(2\) AMGLO - Associação Intercomunitária de Moradores e Trabalhadores Rurais e Agro-extrativistas das comunidades de São Luiz; São Francisco e N. Paraíso; \(3\) ASCOMFE - Associação dos Moradores das Comunidades Fé em Deus Agroflorestal e Extrativista da Gleba Nova Olinda; \(4\) ASSERVE - Associação dos Moradores da Comunidade Sempre Serve Agroflorestal e Extrativista; \(5\) AMREP - Associação dos Moradores da comunidade Repartimento Agroflorestal e Extrativista; \(6\) AMOVIT - Associação dos Moradores Vista Alegre e Parintins Agroflorestal e Extrativista e \(7\) ASMOCOP - Associação dos Moradores da Comunidade dos Parentes, agroflorestal e extrativista.](#) Mesmo após essas organizações comunitárias tendo se retirado da contestação, o processo [seguiu segue](#) na Justiça.

dos direitos territoriais, inserida no rito de reconhecimento territorial na legislação infraconstitucional, também têm sido um fator que contribui para o esbulho da TI Maró. Por outro lado, o MPF ajuizou uma ação para forçar a Funai a acelerar o processo de demarcação da TI Maró, já que a demora em publicar o RCID estava resultando em esbulho territorial e violência contra os indígenas (MPF, 2015: 1)¹¹. Essas duas ações foram julgadas em conjunto, e em sua sentença, o juiz Airton Portela, da segunda vara da subseção de Santarém da Justiça Federal de Santarém, mais do que negar o direito dos indígenas da TI Maró ao seu território, nega a própria existência dos Borari e dos Arapium (Tapajós, 2016: 97).

Não cabe aqui fazer uma análise detalhada da sentença do Juiz Airton Portela, o que já foi feito por outros autores (Tapajós, *op.cit.*, Castro, 2015, Rodrigues, 2015). Importa, no entanto, ressaltar que, além de negar a existência dos povos Borari e Arapium no rio Maró, se remete, fundamentalmente, às condicionantes da sentença do julgamento de Raposa Serra do Sol para desqualificar a demanda dos indígenas do rio Maró. Segundo a leitura de Portela, a TI Maró não poderia ser demarcada por não atender aos três requisitos formulados pela referida sentença do STF: a tradicionalidade, a permanência e a originariedade da ocupação da terra (Tapajós, *op.cit.*). Para além da leitura completamente arbitrária dos direitos do artigo 231, chama a atenção o uso que o magistrado faz do marco temporal. Impossibilitado pela evidente presença indígena na área requerida, o juiz lança mão do seguinte argumento: os habitantes de Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III não se afirmavam indígenas em 5 de outubro de 1988, o que os impede de ter seu território reconhecido como indígena (*Idem*, p.100).

Embora a sentença do juiz Airton Portela tenha sido anulada pela 5ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) (FASE, 2016), os indígenas da TI Maró ainda aguardam a Portaria Declaratória, o que representaria a continuidade do processo de reconhecimento do direito territorial dos Borari e Arapium. Processo esse que se encontra parado, mais de cinco anos após a publicação do RCID.

11 Tratam-se, respectivamente, a ação anulatória 2091-80.2010.4.01.3902 e a ação civil pública (ACP) no 2010.39.02.000249-0, de autoria do MPF.



Figura 3: Cartaz da campanha pela anulação da sentença do juiz Portela, que negava a existência dos Borari e Arapium da TI Maró. Fonte: Terra de Direitos

Esse quadro de ataques jurídicos e políticos aos direitos indígenas é a contrapartida necessária de um intenso movimento de colocar no mercado as terras e os recursos das TIs no processo de valorização do capital. Ou, segundo Maurício Torres:

o *constructo* ideológico do “desenvolvimento”, expressava uma concepção bandeirante que demandava um aparato político e jurídico para se ordenar o território de modo a viabilizar, a grandes grupos econômicos, o acesso à terra. (2007, p. 89).

Embora análises como a de Pegorari e do ISA sejam importantes para compreendermos os ataques políticos e jurídicos aos povos indígenas, elas não contemplam o cenário econômico que favorece o fortalecimento dos campos políticos tradicionalmente contrários

aos direitos indígenas. São os setores ligados ao latifúndio (recentemente renomeado como agronegócio), aos interesses dos setores energéticos e minerários, da indústria madeireira entre outros. Com a revalorização das *commodities* agrominerais no mercado internacional, esses setores, começam a se fortalecer econômica e politicamente, passando a ter maior capacidade de pressão nas tentativas de impor sua agenda.

Essa articulação política e econômica tem sido desenhada por um conjunto de atores institucionais amplo, que envolvem as altas esferas de elaboração de políticas macroeconômicas da sociedade brasileira. Esse conjunto é formado por “agências multilaterais, conglomerados financeiros e entidades representativas de grandes empreendimentos” (ALMEIDA, 2010: 9). Uma das principais estratégias desses atores é a eliminação ou a restrição de direitos territoriais de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais para possibilitar “a expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das *commodities* agrícolas e metálicas” (*idem; ibidem*). No próximo item, mostrarei como essas agroestratégias correspondem à necessidade de liberar territórios para a execução de planos de reordenamento territorial com vistas à atender a demanda internacional por *commodities* agrominerais. No Brasil, os principais instrumentos para a consecução desse reordenamento territorial são a Iniciativa de Infraestrutura da Região Sul America (IIRSA) e Plano de Aceleração Crescimento (PAC).

2.3 A IIRSA, o PAC e as *commodities* agrominerais: conflitos territoriais

Nessa sessão, relacionarei o processo de recente valorização de *commodities* agrominerais e a pressão sobre as terras e territórios indígenas. Além do interesse sobre essas mercadorias, também será feita uma relação entre as obras de infraestrutura, que possibilitam a entrada dessas *commodities* no mercado, e o aumento da pressão sobre as terras indígenas. Faces do mesmo processo, obras de infraestrutura e a exploração de *commodities* tem sido o principal vetor de pressão sobre as terras indígenas. Em alguns lugares mais onde a agricultura é mais consolidada, caso do Mato Grosso do Sul, o incentivo governamental à

expansão da agroindústria sucroalcooleira foi um fator de recrudescimento da violência e da expropriação territorial do Guarani Kaiowá (BUZZATO, 2015). Em outros casos, em regiões de fronteira, como é o caso da região onde está inserida a TI Maró, a permissividade do Estado em relação à exploração madeireira ou a empreendimentos de garimpagem são importantes fatores de pressão, aliados à ausência de regularização fundiária.

Antes de fazermos a análise aprofundada do caso da TI Maró, no que se refere a chegada das empresas madeireiras em fins do século XX, vou analisar como o desenvolvimento do capitalismo no Brasil nas últimas décadas foi determinante para ampliação dos conflitos envolvendo povos indígenas. O recorte escolhido para essa análise é a criação da carteira de projetos que ficou conhecida como a IIRSA, no ano 2000¹². Nessa análise, serão incluídos exemplos de como obras planejadas no âmbito da IIRSA impactaram os povos indígenas.

No mesmo sentido, serão analisados também alguns impactos de obras do PAC sobre as terras indígenas. O PAC foi lançado em 2007, com a pretensão de promover a “retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (Ministério do Planejamento, sem ano). Embora o PAC tenha, em sua carteira de projetos, uma ampla variedade de obras de infraestrutura (saneamento básico, portos, ferrovias, asfaltamento de estradas, hidroelétricas etc.) tomarei como exemplos as obras que mais diretamente afetaram as terras indígenas da região, as hidrelétricas (*idem*).

Esse marco tem a vantagem também de contemplar o período de rápida expansão dos preços das *commodities*. Tentarei tratar esses dois vetores de pressão (a modernização capitalista da infraestrutura e a busca de novas áreas produtoras de *commodities* agro-extrativistas) sobre as terras indígenas de maneira integrada, evidenciando um modelo de produção de riqueza que avança sobre outras territorialidades, desestruturando os modos de produção indígena, destruindo os recursos necessários para a sobrevivência física e cultural destes, acentuando o processo de expropriação. No entanto, esse novo cenário de ataques, em um contexto de direitos constitucionalmente resguardados, tem engendrado formas de

12 A IIRSA vigorou até 2009, quando foi transformada no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), passando a ser uma instância executiva da União das Nações Sul Americanas, UNASUL.

resistência que tem conseguido confrontar esses interesses.

Esse quadro amplo, serve para evidenciar as contradições entre a legislação, que garante direitos territoriais aos indígenas, e a vida cotidiana nas terras indígenas. Ele será importante para compreender melhor o contexto em que se dão os processos de autodemarcação e retomadas conduzidos pelos povos indígenas nas duas primeiras décadas do século XXI.

Para finalizar essa sessão, faço uma breve história sobre a instalação e os conflitos causados pelas empresas madeireiras na TI Maró.

2.3.1 A IIRSA e a reestruturação do espaço sul-americano

Negociado ao longo dos anos 1990 e anunciado em 2000, a IIRSA foi elaborada por representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF), e pelo Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (Fonplata). No entanto, o documento que baliza a criação da IIRSA seria

uma reelaboração de um estudo encomendado por Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, a Eliezer Batista, ex-secretário de Assuntos Estratégicos do governo Collor e, posteriormente dirigente da Companhia Vale do Rio Doce (empresa brasileira, maior mineradora diversificada do continente americano que também atua nas áreas de logística e de geração de energia). Este estudo patrocinado pela CAF, concluído em 1996, apresenta a idéia de eixos de desenvolvimento; analisa as relações entre infra-estrutura, comércio internacional e desenvolvimento; descreve a localização das principais riquezas naturais da América do Sul e a forma como podem ser utilizadas, através da melhoria da infra-estrutura, para inserção no mundo globalizado. Entre os possíveis projetos apresentados no estudo, um já é realidade, o gasoduto Bolívia-Brasil. (Carrion e Paim, 2006: 4)

Essa pequena história dos primeiros estudos que serviram de arcabouço para a criação da IIRSA, acima transcrita, demonstra quais são os objetivos da integração em pauta: uma integração às, então, novas tendências do mercado internacional, através da valorização das “principais riquezas naturais” e a infraestrutura necessária para sua exploração e conseqüente valorização enquanto mercadorias a serem comercializadas no mercado internacional.

Esse objetivo seria alcançado através de “três objetivos orientadores”:

Identificação de obras de interesse bilateral e sub-regional; Identificação de fórmulas inovadoras de apoio financeiro para os projetos de infra-estrutura; Adoção de regimes normativos e administrativos que facilitem a interconexão e a operação dos sistemas de energia, de transportes e de comunicações. (Couto, 2005)

Os Estados, organismos multilaterais de financiamento e as organizações empresariais são os principais formuladores e proponentes dos projetos indicados no âmbito da IIRSA. No Brasil, essa imbricação se torna evidente, em 2004, com a aprovação da legislação sobre as parcerias públicos privadas (PPP) (BRASIL, 2004). Essa modalidade de convênio entre o Estado e as empresas foi aquela que deu vida à boa parte dos projetos da carteira. Essa “fórmula inovadora de apoio financeiro para os projetos” serviu para a transferência de enormes quantidades de recursos públicos para empresas privadas executarem obras das quais elas mesmas seriam concessionárias durante o período de operação das mesmas.

Para Novoa Garzon (2008) a IIRSA pretende “redesenhar o continente sul-americano, com vistas a uma meticulosa redefinição de seu papel na divisão internacional do trabalho, a partir da montagem de uma infraestrutura regional especializada”. Assim, a IIRSA representa a territorialização, no contexto específico da América do Sul, das novas tendências do capitalismo contemporâneo. Fortalece e impulsiona os setores ligados à produção de *commodities* agro-mineiras, (re)criando a infraestrutura necessária a circulação dessas mercadorias. A IIRSA também prenuncia uma nova orientação da exportação da região. Ela cria as bases para o aprofundamento da exportação de *commodities* para o mercado asiático, em especial para atender à crescente demanda chinesa, por soja (MORENO, 2015).

A IIRSA foi estruturada em torno de eixos de integração e desenvolvimento e, como subconjuntos desses, os grupos¹³. Na região do oeste do Pará, encontram-se dois grupos de projetos da IIRSA, para o Eixo do Amazonas. O grupo 5, que consiste na ligação rodoviária e hidroviária entre a porção norte da região Nordeste do Brasil (passando inclusive pela nova fronteira agropecuária da região, conhecida como Matopiba). Esse grupo prevê, ainda, o

13 Os eixos de integração e desenvolvimento são parte de uma concepção de organização do território enquanto espaço de produção e circulação de mercadorias. São unidades de planejamento escolhidas por sua capacidade como “pólo gerador e irradiador de desenvolvimento”. Também são pensados em sua capacidade de integração com regiões contíguas e/economicamente complementares (CARRION & PAIM, 2006: 9). Os grupos têm claramente o caráter de planejar o reordenamento territorial em áreas geográficas menores e com características mais homogêneas do ponto de vista da produção e circulação de mercadorias (COSIPLAN, 2016).

fortalecimento da ligação rodoviária, através da BR-163, considerado como projeto ancora do grupo. Além disso, o grupo prevê a ampliação da estrutura portuária das cidades de Itaituba e Santarém.



Figura 4: grupos de projetos previstos para o Eixo de Integração e Desenvolvimento do Amazonas, no contexto da IIRSA. Fonte: COSIPLAN, 2016.

Na foz do rio Tapajós, existe uma sobreposição parcial de dois grupos de projetos da carteira IIRSA: o grupo 5, acima descrito e o grupo 7. O grupo 7 consiste na integração de uma rede de hidrovias na bacia amazônica e tem como eixo a hidrovia Solimões-Amazonas. Essa rede, quando concluída, permitirá o transporte de mercadorias no sentido leste-oeste e oeste-leste. (COSIPLAN, 2016: 52). O grupo de projetos número 5 passa por duas fronteiras agrícolas (Matopiba, a nordeste, e pelo norte do Mato Grosso/sul do Pará, ao sul da foz do Tapajós), promovendo o avanço territorial da produção de commodities agrominerais e incrementando sua conectividade com o mercado asiático.

Essa reconfiguração territorial é que promove a ampliação da capacidade de escoamento da produção agropecuária em direção ao Pacífico e daí para a China, seja através das rodovias projetadas, também no âmbito da IIRSA, para cruzar os Andes a partir da Amazônia ocidental

ou através dos portos projetados, nos âmbitos da IIRSA e do PAC, para serem construídos na região do médio e baixo amazonas.

Apesar da importância de compreender os objetivos da IIRSA e sua participação no processo de reestruturação territorial da região oeste do Pará, ele não dá conta de explicar todas as mudanças vividas pela região e a resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais aos ataques impetrados aos seus territórios. Para entender as transformações recentes nas diferentes paisagens amazônicas, temos que entender os objetivos e as principais obras do PAC para a região.

2.3.2 O PAC como a complementação brasileira para IIRSA

O PAC teve sua primeira edição anunciada no ano de 2007, primeiro ano do segundo mandato de Lula na presidência do Brasil. A segunda fase (PAC II) teve início em 2011 e ainda está em andamento (Ministério do Planejamento). Segundo a mesma página, os objetivos do PAC são: “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”. Esses objetivos seriam alcançados através de obras aglutinadas em três eixos: logístico, energia e infraestrutura social (Observatório de Investimentos na Amazônia, 2012).

Na prática o PAC viabilizou, através de investimento direto do Estado, a construção de obras estratégicas para o crescimento da acumulação capitalista em território brasileiro (idem). Ao centrar os recursos principalmente em produção de energia e logística, o PAC contribui diretamente para o aprofundamento da tendência de exportação de *commodities* agrominerais da economia brasileira e se torna, dessa forma, uma complementação nacional às diretrizes elaboradas pelos técnicos do BID para a IIRSA.

Uma breve análise quantitativa dos empreendimentos nas áreas de logística e energia mostra a vocação para o incentivo da produção e circulação de mercadorias nos objetivos do PAC. Começarei pelas obras do eixo de logística: dos 559 empreendimentos constantes na

carteira de investimentos para esse eixo, 41 são hidrovias, 66 portos, 29 em ferrovias e incríveis 348 empreendimentos rodoviários¹⁴. Já no eixo energético, ao passo que existem 614 projetos de geração de energia elétrica e 96 empreendimentos ligados à indústria do gás natural e do petróleo. Em contrapartida, existem apenas dois empreendimentos financiados via PAC, para pesquisas em energias alternativas (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO). Esses dados mostram que os objetivos do PAC atendem diretamente o setor responsável pela produção de commodities agrominerais, totalmente dependente de uma infraestrutura logística e energética modernas e de baixo custo.

A reestruturação territorial proposta no PAC causa diversos tipos de impactos em TIs na Amazônia brasileira. Segundo o Observatório de Investimentos da Amazônia (2012) só na Amazônia os projetos de transporte terrestre e fluvial somam 82 empreendimentos, afetando 43 TIs. Isso sem contar os projetos hidrelétricos de grande e médio porte, que afetam diversos territórios indígenas e de outros povos tradicionais da região.

Esses dados mostram o PAC como um grande projeto de intervenção planejada no território, com possibilidades de transformar profundamente certas regiões, ou aprofundar o papel de uma região na divisão internacional do trabalho. Esse é, por exemplo, o caso do asfaltamento de BR-163 (projeto âncora da IIRSA), em cuja área de influência, se inclui a TI Maró. O anúncio do asfaltamento da estrada, demanda do agronegócio mato-grossense, gerou um intenso processo de grilagem e valorização do mercado de terras da região. Ao mesmo tempo, a expansão da estrutura portuária ao longo do rio Tapajós (prevista na carteira de projetos da IIRSA), particularmente em Itaituba (distrito de Miritituba) e Santarém, ambas no Pará, também colaboram para uma profunda reestruturação da região, impactando ou ameaçando territórios camponeses, indígenas e quilombolas.

Como senão bastasse, a proposta de reestruturação territorial da região contempla a transformação do rio Tapajós em um complexo de lagos. O chamado Complexo Hidrelétrico do Tapajós (CHT) é um projeto que contempla a construção de três barragens no leito do Tapajós e mais quatro no rio Jamanxim, o principal afluente da margem direita do médio Tapajós, que se somariam as muitas construídas, em construção ou planejadas nas bacias do Juruena e do Teles Pires, formadores do rio Tapajós. Além da geração de energia, esse projeto,

¹⁴ Apenas a título de comparação, as rubricas “comunicações” e “ciência e tecnologia” foram contempladas, no contexto do PAC, por apenas três empreendimentos cada.

da mesma forma que aconteceu com a construção de Belo Monte, potencializaria os processos de expropriação territorial e impactos socioambientais. Além disso, a construção das barragens, proporcionaria a estrutura necessária para a implementação de eclusas, cujo a previsão está considerada no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de São Luiz do Tapajós, a primeira a entrar em processo de licenciamento no rio Tapajós¹⁵. Atualmente, depois de muita luta dos Munduruku, dos *beiradeiros* de Montanha e Mangabal e demais movimentos sociais da região, o processo de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) foi arquivado pelo Ibama.

Tanto a IIRSA quanto o PAC têm por objetivo a construção de territórios adequados à exportação de *commodities* agrominerais. Como dito anteriormente, ambos programas impulsionaram a valorização desse tipo de mercadoria, atendendo a demanda crescente do mercado chinês, principalmente (MORENO, 2015). Talvez a expansão da produção da soja na Amazônia e o aumento vertiginoso enquanto mercadoria por excelência para exportação seja o aspecto mais evidente dessa orientação da economia sul-americana, como demonstrarei no próximo item.

2.4 As *commodities* agrominerais: o exemplo da soja

O aumento da demanda chinesa por *commodities* agrominerais têm sido um dos principais vetores do processo de desterritorialização de povos indígenas e camponeses em curso atualmente na fronteira agrícola da Amazônia e a territorialização das cadeias produtivas agromineiras. De acordo com Moreno (2015: 89):

o papel que o Brasil representa com a China como nova sócia nessa conquista [da Amazônia] tem reflexos e responsabilidades para além do âmbito nacional: a ocupação do território Pan-amazônico se caracteriza hoje como a maior fronteira agrominerária do planeta. Apesar de estar sendo definida por macroestratégias do capital global, esta ocupação segue tendo instâncias de

15 O processo de resistência ao Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós foi uma das principais motivações dos Munduruku da TI Sawré Muybu, no Médio Tapajós, a desencadear o processo de autodemarcação da TI, cujo relatório estava parado nos gabinetes da Funai há alguns anos. Esse processo será melhor discutido no capítulo em que discutiremos os processos de autodemarcação.

planejamento e decisão desde o Brasil, de sua inserção estratégica, que para atender interesses como o agronegócio sojeiro, se colocam como definidoras do destino de ecossistemas, povos e culturas de toda Amazônia.

As obras de infraestrutura eleitas para pela IIRSA e pelo PAC, principalmente nas áreas de energia e transporte, para a região do Tapajós indicam claramente essa tendência.

Outro bom exemplo do processo em curso atualmente na Amazônia, é o significativo aumento das áreas destinadas ao plantio de soja, principalmente nas duas últimas décadas. Embora esse crescimento não seja homogêneo, não abrangendo a totalidade da região e, tampouco, avançando de maneira uniforme. Mas, ainda assim, ele demonstra o projeto do capital para região. Como dito, a prioridade desse projeto, atualmente, é atender a demanda chinesa por *commodities* agrominerais. Não por acaso, 75% das mais de 54 milhões de toneladas plantadas no Brasil foram exportadas para China, no ano de 2015 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). Segundo a mesma fonte, essa foi a maior quantidade de soja em grãos exportadas pelo Brasil¹⁶.

O carro-chefe do agronegócio brasileiro ocupa uma área cultivada, em 2015, de mais de 33 milhões de hectares, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Isso representa três vezes mais do que a área plantada em 1996. Na região Norte, o aumento da área plantada nesse mesmo intervalo de 250 mil hectares para mais de 1 milhão de hectares. No Pará, a tendência de rápido crescimento da área cultivada com soja se mantém. Se no ano de 1996 não havia registrado um único hectare de soja plantado. Atualmente, são mais 428 mil. Há dois anos, a área plantada era a metade desse valor (*idem*).

Embora a soja não afete diretamente a TI Maró, acompanhar, ainda que superficialmente o avanço dela nos dá ideia da remodelação promovida pelo Estado e pelo agronegócio no espaço amazônico. Ainda mais se levarmos em consideração que, normalmente, na Amazônia, a conversão dos territórios de povos e comunidades tradicionais e camponeses em fazendas de soja passa pelo seguinte caminho: exploração madeireira; conversão de floresta, via de regra, ocupadas anteriormente por camponeses e/ou povos e comunidades tradicionais, em pasto; em seguida, a conversão da pastagem em plantio de soja (Domingues & Bermann, 2012, p. 18).

16 É importante ainda ressaltar que, segundo dados da mesma notícia, que em 2015 a participação do agronegócio na balança comercial brasileira foi a maior desde o início do registro da série histórica: 46,2%.

Desde o início desse capítulo, argumento que, após a consolidação dos direitos territoriais indígenas, na Constituição de 1988, houve tentativas sistemáticas de seu desmontes. Essa ofensiva jurídica é a contrapartida necessária para regulamentar a expansão das obras de infraestrutura para o aumento dos lucros dos grandes produtores de *commodities* agrominerais. Se esse capítulo foi útil para demonstrar as tendências constituídas para o espaço amazônico, e em especial para as TIs, ele não dá conta por si só de explicar o conflito territorial instalado pelo Estado e pelas madeireiras no conjunto de glebas Mamuru/Nova Olinda. Os avanços das madeireiras na TI Maró e seus desdobramentos serão analisados no quarto capítulo deste trabalho.

3 TERRITORIALIZAÇÃO BORARI E ARAPIUM NO MARÓ

O propósito deste capítulo é elaborar uma reflexão inicial sobre a ocupação do rio Maró pelos Borari e Arapium. A questão será tratada a partir de três abordagens distintas, porém, complementares: em um primeiro momento do texto, farei uma breve explicação sobre a trajetória dos Borari e Arapium, com ênfase sobre as hipóteses do processo migratório dos dois grupos da região do baixo Tapajós e Arapiuns até a atual área de ocupação no rio Maró e suas transformações ao longo dos anos. Em seguida, farei uma descrição sobre a ocupação territorial atual. Existem poucos estudos sobre esse grupo social e seu território, a maioria deles com o enfoque dos conflitos territoriais, da luta para a garantia da terra (ASSIS, 2015; PEIXOTO & PEIXOTO, 2012 e PEIXOTO *et. all.*, 2012). No entanto, esses estudos abordam, ainda que de maneira secundária, o tema desta revisão. Uma fonte importante para alcançar o propósito deste trabalho é o RCID, produzido e publicado pela Funai (FUNAI, 2011).

Portanto, para melhor compreender as dinâmicas territoriais dos Borari e Arapium, é útil retomar alguns pontos do histórico do contato entre indígenas e colonizadores ao longo dos últimos cinco séculos e as conseqüentes transformações territoriais geradas nesse contato. Essa opção se justifica por compreender a importância do processo de colonização sobre a vida dos povos indígenas ainda hoje, entretanto, me limito a trazer ao texto pontos específicos que permite melhor entender a questão aqui proposta.

3.1 A colonização portuguesa: missões, vilas e o novo ordenamento territorial dos indígenas do baixo Tapajós

Durante o período colonial até século XIX, ocorreram diversos processos determinantes para compreender a atual territorialização da coletividade Borari e Arapium no rio Maró¹⁷: a política de aldeamentos, a escravização promovida por colonos na bacia do Tapajós, a política implementada pela coroa portuguesa a partir do Diretório Pombalino

¹⁷ Apesar de me centrar na análise da situação territorial dos Borari e Arapium, esses processos atingiram todos os povos indígenas na bacia do Baixo Tapajós.

(1755), a cabanagem e a exploração da borracha (FUNAI, 2011). A região do baixo curso dos rios Tapajós e Arapiuns foi visitada por agentes coloniais europeus desde o século XVI, como a viagem de Francisco Orellana pelo rio Amazonas (RODRIGUES, 2016: 29). No entanto, é no século XVII, com as expedições comandadas por Pedro Teixeira, a partir de 1626, a coroa portuguesa passa a se interessar de maneira mais efetiva pela região (LIMA, 2015: 70). Nesse período, é marcante a viagem comandada por Bento Maciel que saqueou e fez escravos nos assentamentos indígenas, inaugurando um período conflituoso na relação entre indígenas e portugueses (RODRIGUES, 2016: 31-32). Esse evento, inaugura também o processo de efetiva colonização portuguesa da região.

As últimas quatro décadas do século XVII e a primeira metade do século XVIII foram marcados pela política de aldeamentos, executada no Tapajós pela Companhia de Jesus (LIMA 2015: 70-71), caracteriza essa fase em dois períodos distintos: o primeiro entre 1600 e 1700 seria caracterizado pela “fundação, expansão e declínio da missão geral e da fortaleza dos Tapajó”. Durante o segundo período, entre 1718 e 1755, a política de aldeamentos passou por uma transformação radical. Foi implantado um “sistema multilocal de missões”, compostos pelas missões dos Tapajós, Arapiuns, Boraris, Maytapus e Tupinambás (*idem*).

Esse sistema multilocal foi estabelecido obedecendo a um “planejamento meticuloso por parte dos jesuítas” (PARKER, 1985: 1-12, *apud* IORIS, 2014: 67). Esse planejamento incluiria a instalação das missões em

pontos estratégicos ao longo dos principais cursos do rio e seus tributários mais importantes. O controle dos jesuítas sobre os indígenas nas missões era absoluto: aos colonos era proibido o acesso aos bens comuns da vila e eles eram obrigados a apresentar requerimentos formais para o trabalho ameríndio diretamente aos jesuítas. (*idem*)

Para além do controle exercido pelos jesuítas no âmbito dos aldeamentos, explicitado no trecho acima, percebe-se também uma preocupação em distribuir as missões em locais estratégicos do rio. Duas dessas missões estavam localizadas na foz dos rios Tapajós e Arapiuns. A missão dos Borari foi implantada em uma grande baía, um bom ponto para abrigo de embarcações. Tupinambás e Maytapus foram implementadas em locais importantes para o controle do acesso ao médio e alto Tapajós. Nesse sentido, percebe-se o imperativo do controle territorial em uma “estratégica posição geográfica para o controle da entrada para as regiões centrais da Amazônia, [sendo] a confluência do Tapajós e Amazonas crítica para a

ocupação portuguesa” (IORIS, 2014: 66). Vale lembrar que nos referimos ao século XVII e, à época, a região ainda era palco de disputas entre Portugal e Espanha.

Assim, a execução da política de aldeamentos pelos jesuítas foi fundamental para a consolidação lusitana na área, servindo como um

ponto de apoio para a exploração e colonização de áreas mais distantes. Com o ponto de apoio propiciado pela implantação das missões paralelamente à chegada dos religiosos, ocorre a intensificação da chegada de comerciantes e exploradores em busca das chamadas “drogas dos sertões” e de militares e, conseqüentemente, o estabelecimento do domínio lusitano sobre a vasta região. (RODRIGUES, 2016: 33-34).

Esse processo implicou uma profunda transformação tanto na configuração territorial da região, como na relação entre os diferentes grupos que ocupavam a área e na própria composição demográfica da mesma. A região se reconfigura, os padrões de trabalho e a organização sociopolítica dos grupos que habitavam a região também são transformados nesse processo. Segundo Ioris,

a mobilidade dos grupos indígenas que existiam previamente foi profundamente acelerada, levando a deslocamentos em massa e a significativas perdas territoriais, bem como ao desaparecimento de diversos grupos étnicos. Esta mobilidade foi também reforçada pelas fugas das Missões daqueles indígenas que não se acomodavam ao seu regime disciplinar. (2014: 68).

A política dos aldeamentos missionários foi substituída pelo ordenamento inaugurado pelo Diretório dos Índios, em 1755. As principais alterações provocadas pela nova legislação foi a extinção das missões, a criação das vilas e localidades e transição do governo dos indígenas pelos jesuítas para a coroa portuguesa (IORIS, 2014: 70). O duplo objetivo que se pretendia alcançar com essas transformações eram a formação de uma força de trabalho local, bem como transformar os indígenas em agentes da colonização na região (IORIS, *idem*; VAZ FILHO, 2010b: 64).

Para atingir esses objetivos, o Estado português proibiu a utilização da língua geral amazônica, a distinção jurídica entre indígenas e colonos foi extinta, passando os primeiros a serem considerados súditos da coroa. As antigas missões tornaram-se vilas ou lugares e foram rebatizadas com nomes de vilas portuguesas, entre outras medidas. Assim, o Diretório dos Índios transferiu o governo dos indígenas para a coroa portuguesa. (MAHALEM LIMA, 2015: 72; IORIS, 2014: 70, RODRIGUES, 2016: 35).

O Diretório dos Índios operou aquilo que Mahalem Lima chama de “looping

classificatório”. Esse conceito remete a “transformações classificatórias” (MAHALEN LIMA, 2015: 72) promovidas pelo Estado português em relação aos indígenas habitantes das antigas Missões. Nesse sentido,

concomitante à elevação das localidades à categoria de vilas se deu a elevação de seus moradores à categoria de “índios mansos”, “civilizados”, “tapuios” ou “caboclos”, súditos da coroa, destituídos de conotações etnonímicas específicas, que denotavam o pertencimento a nações gentílicas. (*idem*).

Esse “looping classificatório” teve como desdobramento as declarações de extinção das nações indígenas, defendidas por Nimuendajú (*idem*). A análise proposta por Mahalem Lima é importante para compreendermos que até hoje, tanto no caso dos indígenas do Maró quanto para o conjunto dos grupos do Baixo Tapajós e Arapiuns, que a todo momento têm sua identidade étnica negada, inclusive como justificativa para que seus direitos territoriais e sociais sejam negados¹⁸.

Os processos descritos nesse item tiveram um impacto profundo nos territórios e nos modos de vida dos povos da bacia do Baixo Tapajós. Perdas territoriais, drásticas reduções populacionais, alteração nas redes interétnicas e na organização sociopolítica desses grupos. No entanto, essas transformações não tiveram fim mesmo após a adesão do Grão Pará ao nascente império do Brasil (1824).

No próximo item, abordarei como a Cabanagem e o período de grande exploração da borracha impactaram os povos indígenas do Baixo Tapajós e informam uma redelimitação nos seus atuais padrões de ocupação territorial. Este período é determinante para compreender a atual situação territorial dos Borari e Arapium no rio Maró.

3.2 O século XIX: Cabanagem, epidemias e a intensificação da exploração da Borracha

O século XIX foi marcado por dois processos fundamentais para a compreensão da territorialização contemporânea dos grupos indígenas da região, bem como seus modos de vida e a relação com a dita sociedade nacional. Refiro-me à Cabanagem e ao período da história econômica da região em que explode a exploração e comércio da borracha.

¹⁸ Talvez o caso mais exemplar desse mecanismo de negação das identidades indígenas seja a sentença do juiz Airton Portella, analisada no capítulo anterior.

A Cabanagem impactou a territorialização dos povos indígenas do baixo Tapajós de, pelo menos, dois modos distintos. Durante o auge dos conflitos, se cristalizaram duas formas de luta distintas:

um era a tomada dos centros políticos do Grão-Pará: as vilas, centros dos distritos do interior, e a Cidade do Pará, centro do Estado. O outro era o afastamento destes centros. Diversas populações, nesta época, migraram em direção ao alto curso dos rios, para regiões de interflúvio, de difícil acesso. Os conflitos da cabanagem, pode-se dizer, perpassam movimentos de nacionalização e de tribalização; entre a calha dos grandes rios e as áreas de cabeceiras. (MAHALEN LIMA, 2008: 84).

Já a repressão à Cabanagem que pode ter causado a morte de cerca de 30.000 pessoas, também aprofundou o processo de esvaziamento das vilas localizadas nas margens dos grandes rios da região, com vários grupos de sobreviventes buscando reconstruir suas vidas, invertendo o processo iniciado dois séculos antes de centralização nas Missões e depois nas vilas (RODRIGUES, 2016: 38). O mesmo autor indica, que uma forte epidemia de malária e febre amarela, na década de 1850, pode ter contribuído para esse movimento de interiorização dos grupos indígenas. O RCID da TI Maró, aponta nisso uma das possíveis causas para o processo migratório de alguns segmentos Borari de Alter do Chão em direção ao rio Maró (FUNAI, 2011: 43).

É importante registrar que, como já mencionei ao longo desse capítulo, o processo de expropriação territorial e as iniciativas de controle do modo de vida dos povos indígenas do Tapajós, não se encerram com o fim da colonização portuguesa. No final do século XIX, com a valorização da borracha no mercado internacional, a região do Baixo Tapajós passa por um novo período de reordenamento territorial. O movimento de interiorização sofre uma reversão, com o retorno às margens dos grandes rios, juntando-se a um contingente significativo de imigrantes de outras regiões (RODRIGUES, 2016: 38; IORIS, 2009: 227).

Esse breve resumo sobre as transformações vividas pelos povos indígenas do Baixo Tapajós e Arapiuns entre os séculos XVI e XIX é importante para compreender o violento contexto de formação daquilo que viriam ser os grupos que atualmente ocupam a região. Se foi na virada do século XIX para o século XX, em decorrência da expansão territorial da economia da borracha, que os atuais padrões de ocupação territorial foram estabelecidos (IORIS, 2009: 227), as condições de seu estabelecimento foram informadas também pelos

períodos anteriores. Essa configuração territorial se define por uma ocupação concomitante em áreas às margens dos rios (locais de habitação e de realização de trocas comerciais) e as áreas no centro da mata, denominadas *colônias* e *sítios* (*idem*, nota 5). É importante ressaltar, ainda de acordo com Ioris (*idem*), que esse processo foi gradual.

3.3 Século XX e a configuração do território Borari e Arapium no rio Maró

Como descrito no item anterior, a Cabanagem e as epidemias (década de 1850 e depois outra de malária na virada do século XIX para XX) tiveram um papel de interiorização da ocupação indígena nos rios Tapajós e Arapiuns, a extração da borracha e o aumento da presença de *marreteiros* e *taberneiros* marcou um novo período de aproximação das margens de ambos os rios, sem que por isso as áreas centrais na matas fossem desocupadas (MAHALEM LIMA, 2015, p. 142; IORIS, 2009, p. 227, nota 5). Porém, principalmente nas terras localizadas no baixo Arapiuns, esse retorno foi dificultado pela presença dos *coronéis*, que reivindicavam a propriedade dessas mesmas terras. Nesse sentido, Folhes argumenta que a após a Cabanagem houve uma retomada, por parte das elites, das terras localizadas na transição entre a várzea e a terra firme. Essa retomada foi legitimada e expandida com a promulgação da Lei de Terras (1850) e incrementado com o crescimento da demanda pela borracha no mercado internacional. (FOLHES, 2016: 145-154). Esse fato parece ter colaborado para que os indígenas do baixo Arapiuns:

se mantivessem por longos períodos mais afastados da ocupação continuada nas beiras do baixo curso do Arapiuns e suas adjacências, privilegiando a morada no alto curso do rio, ou em centros de mata de onde poderiam se deslocar para a beira por caminhos e horários pouco conhecidos, que lhes permitissem viver sem serem capturados aos serviços forçados. (MAHALEM LIMA, 2015, p. 143-144)

A partir da revisão bibliográfica apresentada neste capítulo, teço a hipótese de que o processo migratório que deu origem à atual ocupação territorial dos Borari e Arapium no rio Maró remete ao conjunto de eventos ocorridos durante a Cabanagem e nas décadas posteriores, até as primeiras décadas do século XX. Também trabalho com a hipótese, embasada em registros de campo, de que houve mais do que um grande movimento migratório. De que, na verdade, tenha ocorrido um processo gradual, através de casamentos,

relações de compadrio e de trabalho.

Nesse item, elenquei alguns pontos que podem explicar o movimento dos Arapium em direção ao Maró, possivelmente decorrente do processo de reocupação das margens do Arapiuns pelos grandes proprietários.

3.3.1 Os Borari e Arapium no rio Maró

Nesse item, analisarei principalmente através das narrativas obtidas em campo, o processo de territorialização Borari e Arapium no Maró ao longo do século XX. A compreensão desse processo é fundamental, pois está relacionado com as opções feitas pelos indígenas na escolha dos limites a serem autodemarcados.

A fala abaixo transcrita de Dejoca Borari, coordenador dos vigilantes e Dona Constantina, uma das mais idosas de Novo Lugar, narra esses primeiros tempos da ocupação Borari no rio Maró:

Dejoca: Rapaz, acho que o primeiro Borari que saiu de Alter do Chão foi meu avô, chamado Avelino. Agora eu não lembro o nome do avô dele mesmo ...

Constantina: avô dele era Jacundino!

Dejoca: aí eles fugiram por causa dá... que de primeiro matavam muito os índios. E eles vieram fugindo, fugindo, pra não morrerem. Queriam saírem de uma coisa pra não acontecer. Pra, por isso que eles vieram pra cá, pro Maró. Maró, depois foram pra cabeceira do igarapé [...]

Felipe: sua mãe já era filha daqui?

Constantina: já sim senhor.

Felipe: a mãe dela veio de onde? A mãe da sua mãe? Tua vó?

Constantina: a mãe dela era ali do Gurupá. Do Gurupá!

Felipe: e onde eles se conheceram?

Constantina: na festa do Terra Preta. Porque nesse tempo de encontro, né? Aí tudo mundo se ajunta, né? Ela não queria ir pra lá. Parece que ela foi ainda, um ano. Aí de lá ela voltou ... não se acostumou. Tem muito carapanã.. E veio embora morar pra cá.

O trecho transcrito permite algumas inferências sobre o processo migratório dos Borari para o rio Maró. Por um lado, a fala de Dejoca reforça o papel de seu Manoel Avelino

como iniciador do processo de ocupação dos Borari no Maró, principalmente no que se refere às origens da aldeia de Novo Lugar, corroborando o que apresentado no RCID (FUNAI, 2011, p. 50). O motivo da migração teria sido a fuga de um lugar onde se matavam “muito os índios”. Por isso, a família de seu Manoel Avelino teria fugido de Alter do Chão. Uma outra versão apresentada sobre a chegada de seu Manoel Avelino ao Maró, apresentada por Manoel Jailson, diz que ele teria se deslocado para a região para trabalhar no corte da maçaranduba e na caça de gatos.

Um terceiro elemento que chama a atenção é o fato da mãe de dona Constantina, embora nascida já no rio Maró, seja filha de uma mulher que migrou da *comunidade* de Gurupá (baixo Arapiuns) para o Maró, mais precisamente na localidade de Terra Preta. Isso indica que antes da chegada dos Borari à região, já haveria um processo migratório anterior, provavelmente ligado ao grupo que atualmente se identifica como Arapium. Esse fato corrobora a hipótese, acima apresentada, que não houve uma única grande migração e sim um processo migratório de maior duração, que gestou a atual ocupação da área. Por último, levanto a hipótese que a presença de seu Manoel Avelino em uma festa na localidade conhecida como Terra Preta, pode indicar a existência de relações sociais, incluindo parentesco, anteriores ao processo de fixação deste, no rio Maró.

Inicialmente, o grupo em questão se estabeleceu em uma região conhecida como Beijuaçu e em outras cabeceiras de igarapés afluentes da margem esquerda do Maró. As cabeceiras são paisagens comuns na região, que abrigam as nascentes dos igarapés e, ao mesmo tempo, remontam tanto às áreas habitadas por *encantados* como remetem à representação do grupo sobre o início do processo de territorialização e, portanto, da identidade Borari e Arapium (FUNAI, 2011: 35). Ainda segundo o RCID, o abandono dessas áreas, e a conseqüente mudança para a margem esquerda do Rio Maró, foi determinado a um conjunto de fatores, entre eles: “casamento, perda de roçados por causas naturais ou influência de *encantados*” (idem: 46).

Esse processo de estabelecimento de um núcleo familiar no Beijuaçu não pode ser confundindo com a formação de comunidades e vilas, o que no Maró começaria alguns anos mais tarde, com a fundação de Cachoeira do Maró. Se analisarmos a dinâmica do corte da maçaranduba e da caça de animais para a obtenção de peles, podemos inferir que, a esse

tempo, o grupo familiar de seu Manoel Avelino e dona Salustiana alternava períodos no Beijuaçu, próximo à margem do Maró, com períodos no *centro da mata*. Nesse sentido, o Beijuaçu seria uma das *paragens* desse grupo. Analisando a dinâmica da ocupação territorial no baixo Arapiuns, Mahalen Lima define as *paragens* como “o espaço no qual um vivente qualquer, seja um encantado, um humano, um bicho de caça ou um peixe, se detém para formar uma morada”. (MAHALEM LIMA, 2015: 203). Nesse contexto, as paragens na *beira* dos rios eram normalmente associadas ao tempo de seca e fartura, e também das *celebrações de santo*”. (*idem*, 202). No entanto, existiria também uma complementaridade cotidiana, para além dessa mobilidade sazonal entre a *beira* e o *centro da mata*. (*idem; ibidem*). Esse movimento também está presente no Maró, no tempo da extração do látex da maçaranduba e da comercialização das peles.

Essa dinâmica entre a *beira* e o *centro da mata* não está relacionada apenas aos aspectos produtivos e comerciais (extração na *mata*, comércio na *beira*). Também se relaciona com as relações de parentesco que, em um tempo anterior à concentração populacional em comunidades, mobilizavam as viagens pelo território indígena. O relato de dona Constantina evidencia a importância dessas viagens e como, até os dias atuais, elas corroboram o pertencimento territorial dos Borari e Arapium:

Olha! Aqui, quando o finado Saluca morava aqui pro Cachimbo (essa não é história, é real mesmo), a gente saía daqui do Beijuaçu pra ver os parentes lá na boca do Cachimbo. A gente dormia no meio da estrada. Era eu, aquela minha irmã, e um que já morreu. Chegava lá uma hora dessa (fim de tarde). O papai fazia fogo assim, sempre no toco da palheira. Ou você não fazia fogo lá, fora da palheira. Tem que ir só no toco da palheira, né? Lá a gente assava nossa bóia. A mamãe fazia aquelas panelinhas de barro que hoje não existe mais, né? Fazia aquelas panelinhas de barro de casa de saúba, passava o breu. Aí cozinhava e a gente comia, né? Aí quando foi um dia, uma manhã em uma baixa, a Zilda disse assim: “mas eu quero!” “o que é que você quer?” “Eu quero cagar” “então bora para ali”. Aí o papai disse assim: “eu vou fazer um panacu aqui pra levarem esse breu”. Nós achamos uma paca morta, uma paca. A Zilda disse assim: “olha uma paca morta, mana” “pois é mana. Mas vai saber quem matou, né?” “Papai, tem uma paca morta” “Pera, bora”. Eu pensando naquilo. Papai disse assim: “o caçador que tava caçando e deixou lá. Não mexe! Foi o Jurupari que matou, minha filha”. Nós atravessamos, fez vem a gente atravessar o igarapé, né? “Nós vamos dormir muito, minha filha”. Quando foi aquelas horas a bichona, o bichão gritou. Gritando igual um homem que estava arremedando

cachorro: “auuuuu!”. Papai disse: “olha, o matador da paca. Ele estava olhando pra vocês, mas é que vocês não enxergaram, né?”. Eu lembro do papai, da mamãe, do que eles passaram aqui no mato, né?

É evidente a transmissão de conhecimento sobre o território e dos diversos seres que o habitam e de técnicas (*fogo no toco da palheira, panelinha de barro*) durante essas viagens. O trecho também sugere a existência de uma ocupação dispersa ao longo dos igarapés no *centro da mata*. Por isso das visitas aos parentes. Outro aspecto interessante é como a viagem pelo *mato*, puxa a lembrança de *papai e mamãe* e aquilo que eles passavam em suas andanças por esse ambiente. Nesse sentido, o território indígena é carregado, preenchido pelas histórias do grupo. Ao mesmo tempo, os diferentes ambientes e localidades que compõe o território Borari e Arapium também funcionam como suportes, documentos da história da ocupação no Maró. Mais uma vez, o caso do Beijuaçu é exemplar para compreender o território dessa forma.

O Beijuaçu, era essa *paragem na beira*, ocupado em alternância às ocupações na terra firme. Ali, também, eram onde se realizavam as *celebrações de santo*, dos Borari e Arapium afins ao seu Manoel Avelino. É o que se depreende da fala de Jailson, explicando sobre a origem do nome Beijuaçu:

Então, o primeiro lugar que eles abriram foi ali o Beijuaçu, né? Aí vem a pergunta: por que Beijuaçu? É porque aqui o Novo Lugar, tá certo que hoje, segundo a própria história, se a gente for parar pra pensar que o próprio europeu quando chegou, chegou implantando língua, cultura, seu ato, afinal, cultura. E que hoje existem aqui, né? Que dá-se o nome de santo, né? Que é o São Francisco das Chagas. Todo mês de outubro, dia 4 de outubro, tem a festividade dele, o término da festa. E lá onde faziam essa data comemorativa deram o nome de Beijuaçu. Então, lá no Beijuaçu eles faziam aqueles beijos grandes, ali faziam pra dividir para as pessoas que vinham participar da festa. Participavam da comida, da bebida. E, claro, como eles contavam que essa festa era novidade aqui no Maró, nessa época, o beijuaçu. Então era uma semana de festa, eles contavam, e até hoje acontece ainda.

O fato das festas se darem no auge da seca, atraindo gente de toda região, corrobora a interpretação que antes de formação das comunidades existia uma ocupação dispersa no *centro da mata*, nas épocas das chuvas alternado momentos de maior concentração nas *beiras*, no tempo seco. No verão, especialmente nas festividades, eram atualizadas as afinidades, os

casamentos eram feitos. Estreitavam-se alianças. O próprio casamento que deu origem aos Borari de Novo lugar teve uma festa de santo como ponto de partida. Esse quadro é bastante parecido como Mahalen Lima descreve para o Arapiuns, na mesma época:

Durante as cheias, a tendência era manter-se em dormida nas áreas de centro (em meio aos roçados e igapós) e baixar para a beira durante as circulações cotidianas de extrativismo, plantio, caça e pesca. Subir aos centros de mata no interno é um movimento complementar à subida para o alto curso do rio, para ali aproveitar a fartura de terras e lagos de igapó. As cheias são tempos de dispersão e reclusão nas casas, associados à escassez de recursos, quando muitas vezes o alimento se resumia (ou se resume) ao “xibé”, típica mistura de farinha com água, às vezes temperada com caldo de peixe cozido, tucupi e pimenta. Durante as secas, por sua vez, a tendência era descer para “parar” na beira e no baixo rio, para aproveitar a fartura de peixes nos lagos e nas pontas que se projetam ao peral do rio. Em geral, construíam aglomerados de tapiris pelas praias, onde faziam festas como as “piracaias” e as “celebrações de santos”, regadas a caxará e tarubá, com fartura de peixes assados no moqué. Este tempo marcado pela complementaridade sazonal e cotidiana entre o baixo e o alto, a beira e o centro contrasta com o tempo em que, como muitos dizem de modo corriqueiro, os “padres entraram chamando para morar à beira e no baixo rio para formar comunidades”, construídas inicialmente em torno de um barracão multiuso e estimulando a formação de casas mais duradouras feitas em alvenaria. (MAHALEM LIMA, 2015: 202-203)

Esse padrão de ocupação territorial continuou se reproduzindo até o surgimento das comunidades, num processo que para os indígenas do Maró se inicia na década 1950, com a fundação da comunidade Cachoeira do Maró e se encerra na década de 1980, com a fundação da comunidade de Novo Lugar. Esse processo, mais uma vez, é muito próximo àquele descrito por Mahalem para o Arapiuns, como descrito na citação acima. As comunidades foram fundadas por incentivo de missionários católicos e acabaram concentrando e fixando grupos de parentes que moravam espalhados em várias áreas no *centro da mata* e, que eventualmente se reunião em *paragens* às margens do Maró.

A fundação da comunidade de Cachoeira do Maró, a primeira das comunidades que da atual TI Maró é assim descrita por José Nivaldo Arapium, morador da comunidade, depoimento que consta no RCID:

[primeiro] foi uma barraquinha para os cristãos celebrarem seus cultos e orações.

Com a presença dos padres franciscanos em 1950, foi celebrada a primeira missa pelo frade franciscano Frei Raimundo. Com o aumento da população, em mais ou menos 1952, construíram uma barraca onde funcionou a primeira escola [...] Em 1953, o Frei Graciano trouxe a imagem de São Francisco de Assis, que até hoje permanece. (FUNAI, 2011: 32).

Na fala de José Nivaldo, aparecem claramente dois elementos básicos que localmente determinam a criação de uma comunidade: a igreja e a escola. No entanto, os deslocamentos populacionais próprios da territorialidade dos indígenas, acompanhada pelas igrejas e as escolas, também foi um motivador das mudanças que resultaram na criação das comunidades. Assim, a fundação de Novo Lugar, consistiu, na verdade, da reocupação de uma antiga capoeira pertencente à avó materna de dona Constantina, foi parcialmente causada pela mudança provocada por um ataque de saúvas na antiga moradia, nas imediações do igarapé da Raposa (FUNAI, 2011: 49). Segundo dona Constantina, esse processo ocorreu da seguinte forma:

Felipe: sua mãe não chegou a morar ai pra dentro?

Constantina: não, a minha mãe morava ali no Gavião. De lá ela baixou aqui pro ... aqui mais pra baixo. De lá ela baixou aqui pro Beijaçu. De lá, já não dava pra ela morar sozinha pra lá. No tempo que gente fez uma colônia pra cá. Ela veio se colocar bem ali.

Felipe: aí já existia o Novo Lugar?

Constantina: já, isso aqui... esse lugar aqui, o Novo Lugar, era o lugar da finada minha madrinha. Tava feio, era só um capoeirão. O papai disse assim, por essas palavras: “filha, vocês moram pra lá ... será que vocês não podem me ajudar a fazer aquele lugar que era da sua madrinha?” Aí meu irmão, que mora mais ali, disse: “bora fazer!” Nós vamos fazer, renovar, aí é Novo Lugar, né? Porque o lugar velho nós temos que renovar, né? Então vai ficar Novo Lugar, Aldeia de Novo Lugar. E foi o que aconteceu...

Como veremos de maneira mais aprofundada no item 3.3.3, a igreja e a escola também são marcos para a fundação da comunidade de Novo Lugar. Nesse mesmo item, analiso os desdobramentos e o padrão de ocupação territorial Borari e Arapium no período atual. No entanto, antes, acho importante tecer algumas considerações sobre os *encantados* e sua relação com a territorialidade dos indígenas.

3.3.2. Notas sobre os *encantados*

Outro fator importante para compreender a territorialização e o uso do território e seus recursos pelos Borari e Arapium é a presença dos *encantados*. A esses seres socioespirituais (FUNAI, 2011: 56) são atribuídas características de *donos* de determinadas paisagens. O trânsito por essas áreas, bem como o uso dos recursos nela encontrados, estão vinculados às normas impostas pelos *encantados*, bem como a reafirmação constante das relações de reciprocidade entre humanos e não humanos. Além disso, a presença ou não dos *encantados* pode indicar a fartura de um lugar, ou mesmo a qualidade ambiental da área. Dadá Borari explica dessa forma essa relação:

Dadá: O igarapé, entendeu? Por aqui a cabeceira não tá longe não, tá pertinho a cabeceira [do igarapé da Arraia]. Lá tem um lago, a cabeceira dela ali. Tem um lago lá e um buritizal. Lá é ponto de descer caça. E lá meu avô diz que o dono do igarapé da Raposa mora lá, o encantado, né? Então é essa cabeceira que é uma das áreas que ele aconselha pra nós ir por lá, mas ir com muito cuidado, não ir fazendo barulho, porque o dono de lá é bravo.

Felipe: O dono do igarapé?

Dadá: O dono do Igarapé, que é o dono do igarapé da Raposa. Então com essa estrada que passou aqui, o que eles fizeram? Essa rampa aqui que era grande, que era alta, eles meteram o maquinário e jogaram essa rampa e fizeram o varadorzão nela aí, de um lado e de outro. E aí eles foram ali no piçarreiro, abriram aquela área de piçarra e jogaram aqui, ó. E aí hoje quando chove, essa parte que fica pro lado dali, a água fica empoçada daí pra lá e daqui pra cá fica empoçada também.

Felipe: E a água não desce mais pro igarapé?

Dadá: Não desce mais pro igarapé. Ou seja, o que vai daqui pra lá ainda consegue descer, mas o que vem dali não passa. E isso morreu. Olha, isso aqui era uma floresta mesmo bonita. Dá pra ver, ó. Aqui ainda aparece, essa parte aqui já não aparece mais. Porque que não aparece. Porque a água, ela ficou presa, lá não ficou mais corrente, a terra não conseguiu mais sugar mais ela com facilidade, rápido, aí ela esquentou cara, matou.

Felipe: apodreceu?

Dadá: apodreceu. Tem árvore morta. Essa aqui tinha mais árvore aqui, que já caiu, morreu. Bem aí logo dá pra ver as árvores mortas, caídas.

Felipe: O que o seu Iginó e os outros pajés falam sobre o dono aqui do Igarapé da Raposa. Ele continua aqui, foi embora?

Dadá: Ele diz que daqui dos baixão ele já não vive mais no baixão, ele já vive na cabeceira, por conta da água. O que ainda vive aqui no baixão é a Curipira, que já é um outro ser, que já não é o encantado. Esse aqui já é um ser invisível, que é a Curupirinha. Tanto que ele, toda vez que nós viemos pra cá ele aconselha: “olha, vão

lá na cabeceira da Raposa, pede lá pra Curupinha mas, quando vocês não matarem, dá um cigarro pra ela”. E aqui é uma área de caça nossa. Essa aqui é uma área que nós gostamos muito de caçar, porque aqui a gente mata caça: mata viado, catitu, mata tudo quanto é caça.

Felipe: e a Curupirinha é a dona das caças?

Dadá: A dona das caças. Então ela protege essa área.

Felipe: Então se o cara vir aqui e caçar muito...

Dadá: caçar e não dar nada pra ela, ela judia da pessoa, perde a pessoa. Aqui veio gente do Fé em Deus, ultimamente teve um cara que passou dois dias aqui perdido.

Esse fragmento da entrevista gravada com Dadá Borari, durante uma expedição de vigilância dos limites da TI (entre 18 e 21/08/2016), evidencia aspectos fundamentais para compreender as relações estabelecidas entre os Borari e Arapium, por um lado, e os *encantados*, por outro. Logo nas primeiras falas, Dadá mostra o cuidado que se deve ter ao circular pelas cabeceiras do igarapé da Raposa, residência do *encantado* que protege a região. Cuidados também se deve ter aos passar pelas *matas* próximas aos *baixões*, território da Curupirinha. Se o dono do igarapé exige uma conduta adequada (andar sem fazer barulho), a Curupirinha exige, para que ceda suas caças aos indígenas, uma troca: um cigarro pelo animal abatido.

O trecho escolhido também apresenta a profunda relação entre os *encantados* e as paisagens que habita. Com a morte do *baixão*, causada pelo aterramento do ramal onde estávamos, o *dono do baixão* abandonou sua morada. Em uma outra conversa, Dadá indicou que a mudança pode ser, além de consequência, causa das alterações em determinada paisagem. Esses dois aspectos indicam a importância que os *encantados* têm nas concepções e práticas de uso do território para os indígenas do rio Maró.

Outro aspecto importante a se ressaltar sobre as imbricações entre os *encantados* e os indígenas é a capacidade que os primeiros têm de, sob determinadas circunstâncias, determinar a escolha de um lugar para se viver ou o momento de partir. À equipe que produziu o RCID, seu Higino, cacique e *sacaca* de Novo Lugar (FUNAI, 2011: 145):

Antes de nós morar aqui, os *encantados*, muitos anos antes eles moram, moravam. Nós chega num lugarzinho e diz, que lugar, esse aqui é meu, mas antes da gente abrir lá, os donos já estão lá. Os *encantados*, os bichos, tudo já tão lá, a gente não enxerga. E tão lá. Nós diz que é dono, mas os primeiros donos tão lá, embaixo da água, tão embaixo da terra, tão tudo sabendo, e nós ainda vamos abusar deles. Nós vamos abusar deles porque nós não enxerga. E nós, eu, como eu tava dizendo, ando

pra tudo canto, eu enxergo, eu sei que tem.

A fala de seu Higino deixa claro que todos os lugares têm *donos*, e conseqüentemente regras a serem seguidas. A questão por ele anunciada é que nem todos tem acesso ao conhecimento sobre a presença dos *encantados*. Se cotejada com uma conversa, não gravada, que tive com Capelo Borari, sobre o *dono* do local onde se estabeleceu a aldeia de Novo Lugar. Em uma noite, após uma pescaria no lago da Raposa, seu Capelo me contava que antes do estabelecimento de Novo Lugar, o local era um *campo da natureza*, cujo *dono* é um grande sapo. Quando perguntei se o sapo teria se afastado do local, a partir do estabelecimento dos Borari no local, ele respondeu que não, enfatizando que se ninguém incomodá-lo, ele não irá mexer com ninguém. Parece-me, que a permanência dos Borari nesse local depende, dentre outras coisas, da manutenção da relação de equilíbrio com esse sapo *encantado*.

Essa hipótese torna-se mais plausível ao ler a descrição de um evento de mudança de local de moradia em decorrência de uma quebra das regras de convivência com um *encantado*. Essa descrição me foi feita por dona Constantina, quando perguntada se conhecia alguma história de gente que teve que abandonar lugar de morada ou de roçado por causa de uma ação dos *encantados*:

Só o finado meu vovô. Ele fez um roçado bonito, né? Aqui acima desse porto, um bocadinho ali. O [inaudível] tem roça lá. Quando foi uma tarde, esse meu irmão Floriano, Maluco. Eu chamo Maluco pra ele. Dois calanguinhos, onde você já viu dois calanguinhos brincando na água? “Eu vou matar esses calanguinhos!” [pensou o irmão]. Suspendeu o pau, a porrada comeu no meio das costas. Papai chegou: “o que é?”. O finado meu avô: “Era o que? Vai brincar com os *encantadinhos*, que é meio-dia?”. Meio-dia é a hora dos bichinhos, dos *encantados* estarem olhando, né? Ele foi lambar os calanguinhos e não soube lambar, lambaram ele, né? Agora ele tá aí, se encarangando. Olha, parece que nós passamos um ano ali e o homenzinho não levantou a cabeça não. Ele assobiava, ele cantava, tudo ele fazia, né? Papai se mudou, porque não tinha condições, senão iam matar o curumim.

Na elaborada narrativa de dona Constantina, aparece claramente a necessidade da manutenção de uma política de boa-vizinha e respeito pelos *encantados*. O desrespeito a essa condição trouxe problemas para a família, que optou por se mudar de sua casa, para garantir a sobrevivência do *homenzinho*. Essa narrativa corrobora o que aponta o relatório da Funai, quando aponta que uma das possíveis causas para os deslocamentos recentes dos Borari e Arapium na região do Maró estarem relacionadas às ações de promovidas pelos *encantados*.

Se por um lado, a ação missionária católica da década de 1940 (FUNAI, 2011: 48), contribuiu para atual configuração dos assentamentos em *comunidades* distribuídas ao longo do Maró, os indígenas também tiveram suas razões para aceitarem tal configuração.

3.3.3 A atual configuração territorial dos Borari e Arapium no rio Maró

As mudanças realizadas pelos Borari e Arapium a partir da década de 1940 trouxeram transformações na ocupação territorial do coletivo. É a partir desse momento que surgem as *comunidades* e *vilas*¹⁹. Cada *comunidade* é formada por um coletivo de parentes e afins que habitam e ocupam permanentemente um dado espaço no território Borari e Arapium. Esse espaço de ocupação permanente de uma *comunidade* pode ser dividido, para fins dessa análise, em *vilas*, *colônias* e *mata* (FUNAI, 2011). A ocupação atual, concentrada em comunidades nas margens do rio Maró, e iniciada em meados do século XX, é considerada pelos indígenas em seus aspectos positivos e negativos. Aqui aparece, de maneira atenuada, a contradição entre uma territorialidade não realizada plenamente e uma territorialização possível. A dificuldade de atendimento médico e a rapidez no transporte, em caso de acidentes, por exemplo, teriam sido um dos motivos que levaram os Borari e Arapium a abandonarem as cabeceiras. Dejoca expressa isso quando fala da morte de seu pai:

Depois quando também tinha, dava doença, quando dava essas mordidas de cobra, aí não tinha como eles virem pra beira, assim o recurso, né? Também não tinha. O meu pai morreu de mordida de cobra. E não tinha recurso, não tinha negócio de bajara, não tinha negócio de casco, de rabeta, de lancha. Não tinha nada, né? Por isso que a gente não procurou recurso quando a cobra mordeu meu pai...

Segundo Dejoca, o acidente com seu pai, que foi mordido de cobra, explica o porquê da opção dos Borari e Arapium de sair da região dos pequenos igarapés. No entanto, ouvi também outras explicações. Depois da fundação de Cachoeira do Maró, primeira comunidade estabelecida na região, a escola passou a ser um atrativo, uma pólo de atração

¹⁹ Muitas vezes os termos *comunidade* e *vila* aparecem como sinônimos, no RCID (cf. p. 54). No entanto, o próprio relatório informa que, para além de denominação de uma paisagem, se referindo também a uma unidade sociopolítica. Por isso, uso o conceito de *vila* para me referir ao local de moradia e de presença de serviços públicos e *comunidade* como unidade sociopolítica e territorial mais ampla, incluindo nele as *vilas*. Atualmente, existe um movimento consciente do movimento indígena local em denominar os locais de moradia como *aldeias*.

àqueles que ainda moravam no *centro da mata*, nas cabeceiras.

Foi por esse processo que passou, por exemplo, a família de dona Maria Edite. Ela decidiu abandonar seu lugar de *morada*, para que seus filhos pudessem frequentar a escola, o que ela não teve a oportunidade de fazer. Por um tempo, seus filhos mais velhos iam de canoa entre o Novo Lugar (ainda em processo de formação) e a Cachoeira do Maró. Essa situação perdurou até a abertura da escola do Novo Lugar, depois de no final da década de 1980.

Se a opção por ir para a *beira* teve motivações claras, a vida na *mata* e nos igarapés também tem suas vantagens. É muito comum ouvir as histórias de fartura e vida boa do tempo em que moravam afastados do rio Maró. É muito comum associar o *centro da mata* com fartura. Muitas vezes, referindo-me ao centro de apoio, à beira de um igarapé, enfim, aos locais longe da beira do Maró, perguntei: mas você moraria aqui? A resposta sempre foi afirmativa, ressaltando as qualidades de se morar no longe da beira do Maró.

Além da opção, fortalecida pela presença missionária a partir de meados do século XX, de sair das regiões mais afastadas do rio em direção às suas margens, em inícios dos anos 2000, os Borari e Arapium se depararam com outra contingência histórica que trouxe mudanças, ainda que transitórias, na forma como a coletividade. Com a intensificação da presença de madeireiras e apropriações privadas de grandes porções de terras²⁰. A partir dessa movimentação em seu território e no entorno, os Borari e Arapium empreendem a autodemarcação de uma TI, como forma de pressionar o Estado para reconhecer seus direitos originários. Nesse processo, excluíram algumas áreas tradicionais de seu território (algumas delas lugares ligados aos *encantados*), por serem áreas em conflitos com os invasores do território do coletivo (PEIXOTO, ARENZ e FIGUEIREDO, 2012). Essa presença também fez com que os indígenas deixassem de frequentar alguns lugares importantes.

Outro elemento da territorialidade Borari que não pode ser contemplado atualmente é o fato de que o antigo cemitério e uma antiga ocupação do grupo tenham ficado dentro da Resex Tapajós-Arapiuns. Esse fato é bastante lembrado quando se remetem às porções de seu território que não estão sob seu controle e quando avaliam se o atual perímetro da TI Maró

20 Esses novos atores chegaram na região vindo principalmente do sul do Pará. Sua vinda foi estimulada e institucionalizada pelo Governo do Estado do Pará através de dois instrumentos, os termos de permuta e as ADIP's: as ADIP's foram os instrumentos que concediam o uso de recursos naturais, principalmente a extração madeireira, sem exigir a regularização fundiária e ignorando a ocupação tradicional da área, as *escrituras de permuta* "garantiram juridicamente o assentamento dos permutados em terras de usos de populações tradicionais" (PEIXOTO, ARENZ e FIGUEIREDO, 2012).

realmente corresponde ao seu território.

O afastamento em relação ao *centro da mata*, visto ainda hoje como local de fartura, evidencia a contradição, já anunciada, entre um ideal de territorialidade e o efetivo processo de territorialização e, ainda, da figura jurídica da Terra Indígena. O distanciamento em relação a espaços importantes na memória do grupo também mostram isso. As contingências surgidas ao longo do século XX (principalmente a necessidade da escolarização das crianças) e no início do século XXI, com a chegada das madeiras, de certa forma impediu os Borari e Arapium de viverem plenamente sua territorialidade, ocupando o espaço de acordo com seus critérios de qualidade vida.

Depois de fazer esse breve levantamento histórico do processo de territorialização dos Borari e Arapium no rio Maró, me proponho a descrever, a partir principalmente do RCID, as três principais paisagens de ocupação permanente dos Borari: as *vilas*, as *colônias* e as *matas*.

As *vilas* são os espaços que abrigam as casas, as construções de uso coletivo (escolas, igrejas, barracão da comunidade etc.). Todas essas construções, nas três comunidades, foram erguidas através de trabalhos coletivos, os *puxiruns*. Além disso, nas *vilas* são encontradas criações de pequenos animais e plantações de pequeno porte. As *vilas* se localizam, sem exceção, na margem esquerda do rio Maró. É interessante perceber, que apesar de ser o espaço de moradia dos núcleos familiares, é onde se desenvolve a vida comunitária. São nas *vilas* que as crianças vão à escola e as famílias, à igreja (duas das instituições definidoras da formação de uma *comunidade*). Podemos dizer que as *vilas* são, por excelência, o espaço de exercício da sociabilidade Borari e Arapium.

Além dos *puxiruns*, outro elemento que evidencia o caráter de espaço de sociabilidade das *vilas* é a circulação das *putauas*. As *putauas* são parte de uma caça, da *embira*²¹ de um caçador que são distribuídas pelas outras casas da comunidade. Longe de ser uma distribuição, automaticamente ele está excluído da rede de reciprocidade que caracteriza a distribuição das partes de caça daquela família. Basta, no entanto, ele voltar a mandar suas *putauas* para seus parentes que ele volta a participar da rede de reciprocidade.

Outro aspecto importante que caracteriza as vilas é que, através dela, se dá o contato com o mundo exterior. Os barcos de linha, que aportam semanalmente nas *vilas* da TI Maró,

21 Animal morto por um caçador. Ou seja, depois de morta, a caça é chamada de *embira* deste caçador.

trazem e levam mais do que passageiros. Boa parte do comércio que existe na TI Maró é feito por esses barcos, que são uma continuidade em relação aos antigos regatões. Os indígenas do Maró vendem parte da sua produção nos barcos, que operam como atravessadores. Também compram algumas coisas que estão em falta naquele momento. Além disso, através dos passageiros e da tripulação, recebem notícias de parentes e afins que estão em Santarém ou em outras comunidades ao longo do Maró ou do rio Arapiuns.

As *colônias* são os espaços onde são plantadas as roças e as fruteiras de maior porte. Geralmente próximas a algum igarapé, são trabalhadas pelos núcleos familiares. São espaços de intimidade dos grupos familiares, pouco frequentado por pessoas estranhas ao núcleo doméstico. A exceção a isso é em alguns momentos onde são realizados os *puxiruns* (mutirão). Eles ocorrem normalmente nos momentos de maior intensidade de trabalho, ou seja, na derrubada das roças e na colheita e fabricação da farinha. A distância das *colônias* em relação às *vilas* varia entre o que se percorre entre 10 minutos e duas ou três horas de caminhada. As *colônias* mais distantes dispõem de algumas estruturas mais permanentes, como abrigos e casa de forno.

A caminhada entre as *colônias* e as *vilas*, é permeada por *matas*, *campos* e igarapés. Não existem colônias em áreas contíguas às *vilas*. Isso pode ser explicado, talvez, pelo fato de que as *vilas* são cercadas por *campos da natureza*, paisagens que alagam durante o inverno. Assim, é muito comum ouvir histórias de encontros com *encantados* na ida ou na volta das *colônias*, mesmo em caminhos bastante utilizados. Isso indica a forte presença desses seres, pede-se então, autorização para a Curupira. Em eventos maiores, quando se vai para a *mata* ou para o Centro de Apoio, rituais propiciatórios são realizados por seu Higino, *sacaca* da TI Maró. Nesses rituais, é feito um pedido de licença para a Curupira, para se adentrar ao espaço dela. Esses rituais são feitos para que a Curupira não interfira negativamente na atividade e que ninguém adoça.

Nas atividades que participei que contavam com muitos convidados indígenas, de fora da TI ou não, esses rituais assumiam um caráter diferente. Segundo seu Higino, o objetivo desses rituais era fazer com que a Curupira “botasse o nome dos visitantes na agenda dela”. Isso, ainda segundo o *sacaca*, evitaria que ela estranhasse os visitantes e não os agredisse. Esse fato evidencia a forte incidência que o pajé tem em sua interlocução com *encantados*.

Mesmo em eventos mais cotidianos, as regras e acordos com a Curupira são estritamente observados. As regras de evitação, relativa à presença de mulheres menstruadas nas *matas*, por exemplo, são bem observadas. Presenciei, em uma ida à mata, uma jovem Arapium cair doente no dia seguinte ao que escutamos o assobio da Curupira. Nessa ocasião, o *sacaca* não estava presente. Mesmo depois de tomar vários remédios, alopáticos e tradicionais, a jovem não melhorou. As lideranças optaram por tirar a jovem do Centro de Apoio e levá-la de volta à comunidade. Bastou ela chegar na comunidade Fé em Deus para que os sintomas diminuíssem. No final do dia, chegou o diagnóstico, proferido pela dona Maria Edite: a jovem estava menstruada e atraiu a Curupira. Essa tentou levá-la para a mata e, nesse processo, ela adoeceu. Segundo Dona Edite Borari, o fato de ela estar menstruada, aliado a ser uma moça bonita, atraiu a Curupira para a jovem.

Mas não só mulheres menstruadas que precisam ter cuidados ao andar na *mata*. Os caçadores também devem respeitar várias regras para caçar na *mata*. Excesso de barulho, atitudes desrespeitosas não são toleradas pela Curupira. Um caçador que caça além daquilo que necessita ou do que consegue carregar, vai ser punido pela Curupira. Assim como xingar a Curupira, também pode causar punições. A punição pode vir em forma de doenças ou da pessoa se perder na mata.

Essas regras de convivência com a *mata* e com a Curupira são fundamentais para a continuidade da fartura proporcionada pela *mata*. Quando, em uma viagem de vigilância em uma área de *mata*, que foi retomada pelos indígenas aos madeireiros, perguntei para Dadá Borari sobre a origem dessas regras e sobre o território dos *encantados*, me respondeu o que segue:

Dadá: É um território nosso, que tá sobre o território dos encantados. Compartilhado, porque não deixa de ser nosso. Qual foi o acordo que nós fizemos na pajelança, na pajelança do meu vô Higino? Os encantados vieram para conversar com nós na aldeia e pediram para que nós impedisse a retirada da madeira, porque nós somos os seres presença, eles falaram: vocês são os seres presenças, nós somos os seres invisíveis. Então se vocês protegem para eles não desmatarem, nós protege vocês. E vocês ficam cuidando junto com a gente, e que vocês precisarem de caça, nós estamos prontos a dar pra vocês, desde que vocês matem pra comer. Não pode estragar. Então esse é o acordo que a gente tem com esses encantados.

Felipe: vocês têm um acordo de uso desse território aqui...

Dadá: exatamente. A gente tem esse acordo com eles. E aí toda a vez que a

gente vem aqui, eu quando chego aqui, não é só eu, todo mundo. Quando nós vêm de lá, porque é difícil a gente vir aqui também, a gente vem aqui, aí a gente entre e pede pra Curupira um catitu, um veado. Ela dá pra gente aí quando a gente mata, no final a gente faz um cigarro, acende e deixa pra ela. Aí pronto, ela não perturba a gente. Então esse é o acordo que a gente tem com ela aqui nessa área.

Felipe: e se acordo é desrespeitado. Se algum caçador vem aqui, atira em animal e não consegue matar, deixa morrer pro mato. O que acontece?

Dadá: cara, ele vai sofrer. Primeiro ela vai perder ele aqui no mato, fazer ele rodar aí e dormir no mato. E se não tiver um pajé pra tirar ele daí e conversar com os encantados ele pode até ser morto.

Felipe: quem tem que fazer essa negociação para tirar essa pessoa...

Dadá: é o meu vô Higino. Ele é o único pajé da região que trabalha com isso, que conhece, que sabe como lidar com eles é ele, meu vô Higino.

Esse território, compartilhado com a Curupira e outros seres, é um dos espaços produtivos dos Borari e Arapium. É na *mata* onde se obtêm a caças, parte da matéria-prima para a produção de remédios, as madeiras para construção de casas e barcos. Isso faz com que a mata também permeada por memórias do grupo. Os caminhos, inclusive àquele que hoje serve também de limite da Terra Indígena, remetem aos antigos, em suas jornadas em busca do leite da maçaranduba e da caça do gato. Ao tempo quando se vivia entre a mata e a margem do Maró. No caso dos Borari, os caminhos da mata, relembram o seu Manoel Avelino, primeiro Borari a viver na região.

É importante perceber que na territorialidade dos indígenas da TI Maró, não está posta a noção de exclusividade sobre o território. Coexistem outros seres, que devem ser respeitados em suas demandas, sob o risco das relações degenerarem e trazerem problemas aos indígenas. Nesse sentido, além de garantir uma boa relação com *encantados*, o respeito às regras garante também a continuidade do modo de vida dos indígenas, com fartura e qualidade de vida. Sem doenças. Além do respeito às regras dos *encantados*, é necessário um largo conhecimento das espécies vegetais e dos caminhos percorridos pelas caças.

A principal região das *matas* localiza-se no interflúvio das cabeceiras dos igarapés Raposa, Arraia e Cachimbo. Não por acaso, foi justamente nessas áreas que as madeiras entraram. Se fiz uma reflexão sobre as *matas*, seus seres e os conhecimentos necessários para se deslocar por ela, é porque esse ambiente é o centro do conflito com os madeireiros. O

processo de autodemarcação e, posteriormente, as atividades de vigilância buscam justamente proteger as áreas das *matas* da invasão dos madeireiros.

Essa análise, sobre aspectos da territorialidade e do processo de territorialização dos Borari e Arapium no rio Maró, fornecerá subsídios para melhor compreender a importância, as escolhas e as estratégias que os indígenas adotaram para realizar a *autodemarcação* de suas terras. Isso porque assumi a hipótese que o processo de autodemarcação está informado pela territorialidade própria do grupo, mas também tanto pelas políticas públicas que garantem os direitos territoriais, quanto pelos conflitos engendrados com a chegada das madeiras a partir do início dos anos 2000. Essa relação entre a territorialidade do grupo e o processo de autodemarcação será evidenciada no próximo capítulo.



Figura 5: Imagem da TI Maró: em preto, áreas retomadas e abandonadas pelas madeiras. Esse mapa ser como referência para a discussão a ser estabelecida nos próximos capítulos deste trabalho.

4 AUTODEMARCAÇÃO: REFAZENDO CAMINHOS

Este capítulo é dedicado a uma descrição do processo de autodemarcação da TI Maró e, ainda, a uma reflexão sobre o conceito de *autodemarcação* no contexto dos Borari e Arapium como no seu uso entre outros povos. Como apontei na introdução desse trabalho, esse esforço será feito a partir da leitura de outros trabalhos que abordam temas como autodemarcação e retomada de terras.

A autodemarcação empreendida pelos Borari e Arapium têm por causa imediata a chegada dos madeireiros ao território ocupado pelos indígenas. A primeira seção deste capítulo é dedicada a explicar essa invasão. A seguir, será feita uma descrição do processo de autodemarcação em questão. Para finalizar, apresentarei questões que aproximam o processo de autodemarcação da TI Maró de outros processos de autodemarcação e retomada.

4.1 A chegada das madeiras e os primeiros conflitos

Não é possível compreender como as madeiras invadem o território dos Borari e Arapium, sem compreender o processo mais amplo da territorialização das madeiras na gleba Nova Olinda I e adjacências. Esta é constituída “de terras públicas arrecadadas pelo Estado [do Pará], sendo composta de 14 comunidades ribeirinhas formadas por populações tradicionais, indígenas e não-indígenas, com 309 famílias e 1.304 pessoas” (ITERPA, 2007 apud IDEFLOR, 2009)²². A partir de inícios dos anos 2000, diversas empresas madeiras começam a explorar a gleba Nova Olinda, sendo o processo gerido pelo governo do estado do Pará, através das ADIPs e das escrituras públicas de permuta (PEIXOTO, ARENZ e FIGUEIREDO, 2012, p. 291)²³.

Enquanto as ADIPs foram os instrumentos que concediam o uso de recursos naturais, principalmente a extração madeira, sem exigir a regularização fundiária e ignorando a

22 Esses dados certamente estão desatualizados. No entanto, não há levantamentos censitários mais recentes.

23 Os beneficiários das *escrituras públicas de permuta* foram alguns dos fazendeiros que tiveram seus títulos fundiários nulificados para a garantia dos Kayapó, no sul do Pará.

ocupação tradicional da área, as escrituras de permuta, na prática, “garantiram juridicamente o assentamento dos permutados em terras de usos de populações tradicionais” (*idem; ibdem*), a despeito da inexistência desse mecanismo na legislação. Esses documentos formalizaram a abertura ao capital dessa porção de terra no oeste do Pará, com um processo de territorialização que entra em confronto com as diferentes formas de ocupação do espaço produzidos pelas coletividades que já habitam a região (Assis, 2015, p. 299; Little, 2002, p. 4). O ponto é que o Estado e as empresas promovem um processo de reordenamento do espaço, que expropria essas comunidades de seu próprio território. Na gleba Nova Olinda I, algumas dessas comunidades reagiram de formas diferentes ao perceberam o risco de serem expropriadas. Enquanto algumas comunidades pleiteiam a regularização de sua posse por meio da titulação individual, outras optaram pelo reconhecimento coletivo dos direitos territoriais, como é o caso dos indígenas da TI Maró (Assis, 2015, p. 295).

Todas as comunidades, onde as famílias pleitearam a titulação individual de suas terras, posicionaram-se de maneira favorável à entrada dos madeireiros na região. Mais que isso, optaram por, após titularem seus lotes, desenvolverem planos de manejo madeireiros associando-se a essas empresas. Esse fato, acabou gerando conflitos e afastamentos entre comunidades ligadas por relação de parentesco e sociabilidade. Os Borari e Arapium acabaram isolados politicamente em sua resistência contra a invasão dos madeireiros.

De fato, os Borari e Arapium perceberam rapidamente como o repentino interesse pelas terras na região poderiam impactar seu território e modo de vida. Entre 2003 e 2006, o governo do estado do Pará emitiu 55 ADIPs para diferentes regiões. A disponibilização de terras públicas para madeireiros também foi célere na região em questão: foram emitidas uma ADIP para a gleba Nova Olinda III (2004), três para a gleba Nova Olinda II (2006) e quatro para a Gleba Nova Olinda I (2006). Além dessas ADIPs, a gleba Nova Olinda teve 25 áreas de terra permutadas para fazendeiros que foram retirados da TI Kayapó. (Saúde e Alegria, 2009: 5).

As ADIPs, ao estabelecerem concessões de uso da terra “que formalizava o direito de exploração dos recursos naturais, impedindo desta forma que a situação fundiária fosse um empecilho para a atividade madeireira, desconsiderando deliberadamente a ocupação tradicional da área e a fragilidade ambiental”. (*idem; ibdem*). As concessões, ao delegar para as próprias madeireiras a comprovação do vazio demográfico, ignorou completamente a

ocupação indígena na Gleba Nova Olinda. Segundo Maurício Torres, esse instrumento são:

concessões de uso que lhes formalizava o direito de explorarem os recursos florestais da área. No trâmite da expedição dessas autorizações, como é de praxe, ignorou-se ostensivamente a ocupação tradicional da área. Hoje como sempre, a “entrega” da terra é apoiada e legitimada pela presunção geopolítica da Amazônia como um vazio humano, uma terra pronta e disposta a ser tomada, esperando para ser conquistada pelo espírito desbravador e aventureiro do colonizador [...] O critério para definir quem receberia as autorizações seguiu a longa tradição das sesmarias, onde a terra, longe de ser direito, era retribuição à vassalagem. Quando os pedidos de sesmarias ao rei já se justificavam com históricos de préstimos à Coroa. No Brasil colonial, como no Pará contemporâneo: apoio político por terras. (TORRES, 2007: 91-92).

Na prática, empregados das madeireiras começaram a perambular pela região, demarcando áreas para a exploração madeireira e iniciando o processo de exploração. O mapa da TI Maró mostra como no processo de expropriação territorial, os indígenas (bem como outras comunidades situadas na gleba Nova Olinda) tiveram suas áreas comunitárias (que incluem áreas de roça, caminhos de caça, pontos de pesca, áreas de coleta e extrativismo) reduzidas por imposição dos madeireiros²⁴. Ainda sobre a territorialização da indústria madeireira, o mapa abaixo permite vislumbrar a área requerida e parcialmente explorada por essas empresas, próximas ao limite oeste da TI Maró.

Com a ocupação da porção oeste da área requerida pelos indígenas, onde se localizam as regiões de mata, de extração de plantas medicinais e de caça, a reprodução física e cultural dos Borari e Arapium se viu ameaçada. Fundamentalmente porque, como expressa o RCID produzido pela Funai, diante da invasão pelas madeireiras ocorreu:

a situação de esmorecimento das práticas tradicionais de caça e pesca pelos indígenas, visto a situação de conflito instaurada na região, com o impedimento dos Borari e Arapium por seu território de ocupação permanente. Com grande dependência dos animais de caça para a garantia da segurança alimentar, os indígenas não podem mais frequentar áreas que ocupam há mais de cinquenta anos, como a cabeceira do Igarapé do Cachimbo ou a cabeceira do Igarapé do Arraia. Ressalta-se que esses espaços são moradas permanentes de *encantados* e locais de circulação xamânica. (2013: 73)

Embora, atualmente, os indígenas estejam *retomando* essas áreas, ainda não se sentem

24 Atualmente, essas áreas estão sendo *retomadas* pelos Borari e Arapium.

totalmente seguros em andar pela região. Dejoca Borari, explica:

Felipe: Vocês botaram pra dentro da terra indígena, porque é um lugar que tem muita caça. Mesmo vocês que são mais jovens, já nascidos aqui na beira, ali é uma área que vocês iam caçar, sempre foram caçar pra lá?

Dejoca: Sempre, sempre. Sempre fomos caçar.

Felipe: quando as madeireiras chegaram pra lá, vocês continuaram caçando ou pararam?

Dejoca: Não. Paramos um pouco, assim por causa de ameaça, entendeu? Assim, caçar. A gente caçava pra lá, a ameaça chegava. Eles falavam que eram deles: "é nosso e aqui ninguém não caça". Não sei se o Dadá é já passou pra ti que era proibido caçar e pescar.

Felipe: Dentro da área que eles diziam que era deles?

Dejoca: É, que era deles. Aí tinha placa, agora que não tem porque a gente arrancou. Que era proibido caçar e pescar. Então, poxa, mas isso daí não é deles. Isso é nosso. [...]

Felipe: tu vai caçar pra lá sempre?

Dejoca: não, só um não vai pra lá, não. Porque a gente tem receio deles, ainda. Né?

Esse trecho contém importantes elementos do processo de expropriação territorial vivido pelos Borari e Arapium com a chegada das madeireiras. O primeiro elemento marcante dessa fala é a conversão de um território de uso comum das comunidades (o lugar onde eles sempre caçavam), sujeito a normas de uso estabelecida na relação dos indígenas com os *encantados*²⁵, em propriedade privada, sujeita a normas estabelecidas pelos pretensos proprietários. É nesse encontro de lógicas totalmente distintas de apropriação do espaço que emerge o conflito. Os indígenas buscam continuar caçando, no que são impedidos pelos madeireiros que buscam consolidar seu controle sobre porções do território indígena. O método para isso é proibir que os indígenas cacem e, portanto, circulem por essas áreas. Inclusive com ameaças de violência física.

Ao conceder para os madeireiros a atribuição de “mapear e delimitar”, o governo do estado do Pará contribui para que esses territórios tradicionalmente ocupados (tanto dos indígenas quanto de comunidades tradicionais) do mapa, “desconsiderando deliberadamente a ocupação tradicional da área e a fragilidade ambiental” (PEIXOTO & PEIXOTO, 2012: 185).

25 Esse tema foi aprofundado no capítulo sobre a territorialidade Borari e Arapium no rio Maró. Nesse momento, apenas cumpre chamar a atenção para as diferentes concepções de território que são postas em conflito a partir da apropriação privada de setores da TI Maró.

Nesse sentido, a exclusão dos indígenas dessas partes do território também é importante, da perspectiva dos madeireiros, para justificar apropriação dessas terras, como se elas fossem vazios demográficos. A figura 6, abaixo, mostra as áreas em disputa por madeireiros e indígenas.

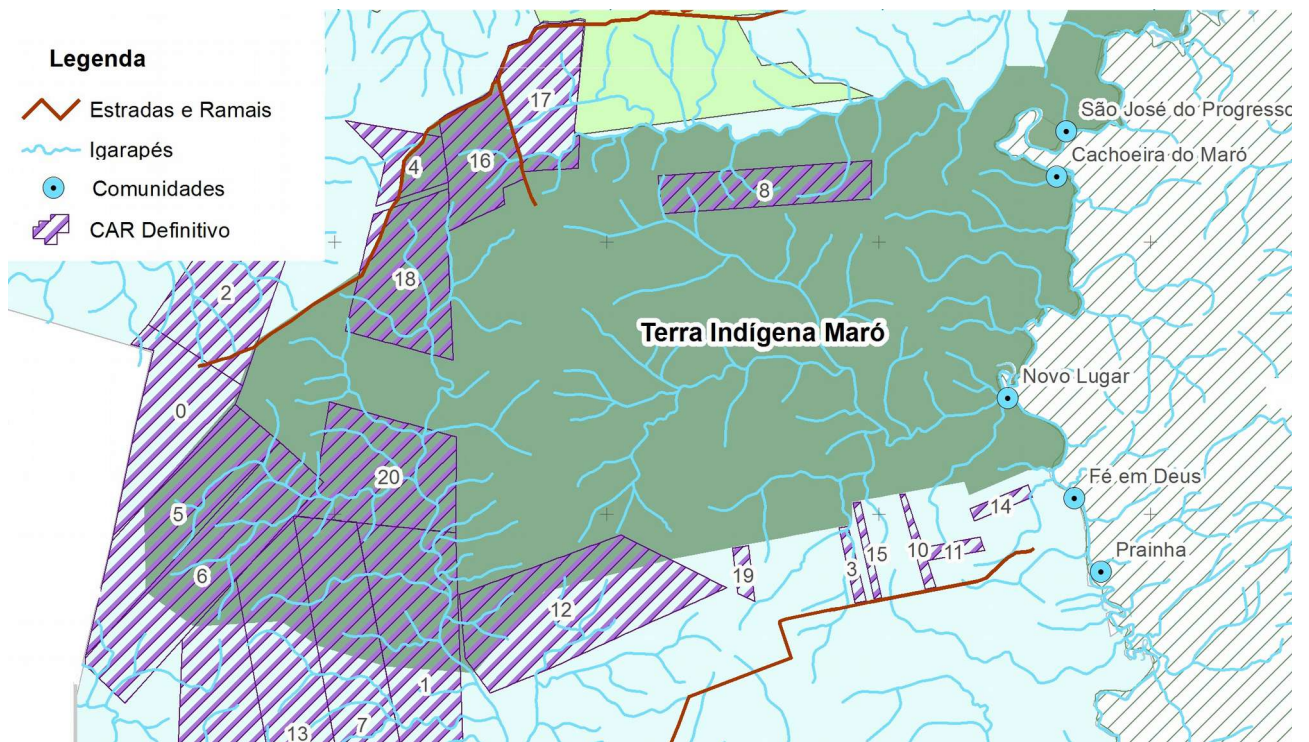


Figura 6: Mapa da Gleba Nova Olinda contendo as áreas de exploração madeireira e o perímetro da Terra Indígena Maró. Fonte: FASE.

O mapa²⁶, e as observações feitas em campo, permitem localizar algumas intervenções no espaço que buscam transformar o território indígena em território para exploração madeireira, principalmente os ramais, como evidenciarei nos parágrafos a seguir. Essas intervenções e seus impactos no modo de vida dos indígenas do rio Maró foram observadas em trabalho de campo realizado no mês de agosto de 2015. Um primeiro e importante impacto são os ramais e estradas construídas para operar a exploração madeireira²⁷. A área de ocupação tradicional dos Borari e Arapium é afetada diretamente por dois desses ramais.

26 O Cadastro Ambiental Rural, que é o instrumento mostrado no mapa da Figura 1, tem como objetivo “auxiliar a Administração Pública no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais”. Ele é feito pelo próprio produtor.

27 O mapa apresenta um erro. O ramal que, nele, aparece apenas nas cabeceiras do igarapé próximo ao limite noroeste da TI. Na realidade, o ramal corta integralmente, no sentido sul-norte, a TI, atravessando a região das cabeceiras dos igarapés que desaguam no rio Maró.

Um deles foi utilizado, a estrada que liga as áreas de exploração ao porto de Cachoeira do Aruã, no processo de autodemarcação e, posteriormente, pelo GT da Funai como limite sudoeste da TI Maró. Trata-se, na verdade de uma estrada com boas condições de circulação, que liga região do rio Marozinho (um dos formadores do Maró), ao porto construído pelas madeiras na comunidade de Cachoeira do Aruã. Foi através dessa estrada que as madeiras exploraram a região das cabeceiras do igarapé do Cachimbo. O outro ramal, de menor porte, liga esse ramal principal às áreas de exploração madeira na cabeceira dos igarapés Arraia e Raposa, bem como em torno do Centro de Apoio para as atividades de fiscalização. O divisor de águas entre essas três cabeceiras e as próprias nascentes, são fundamentais para a cosmologia e para reprodução física dos Borari e Arapium e encontra-se, em vários locais, bastante degradada.

A cabeceira do igarapé do Cachimbo foi explorada pela Rondobel Florestal. Além dos impactos causados pela abertura de ramais (incluindo impactos nas cabeceiras dos três principais igarapés da TI), esplanadas e pátios, a empresa construiu uma grande sede em um dos *braços* dessa nascente. A instalação, atualmente, é um lixão a céu aberto, já que quando a empresa se retirou da área, após pressão e negociação com os indígenas, abandonou boa parte das estruturas e do material que abrigava. A imagem abaixo, com as coordenadas do local, evidencia a situação de descaso e de violência estabelecida pela empresa com o local e com os indígenas.



*Figura 7: Base abandonada da Rondonbel próximo a uma das nascentes do Igarapé Cachimbo.
Foto: Luiz Felipe Garcia.*

Tão importantes para os Borari e Arapium quanto as cabeceiras do igarapé do Cachimbo, são as cabeceiras do igarapé da Raposa e do igarapé da Arraia. Graças à abertura do ramal, partes das nascentes dos dois igarapés estão comprometidas. Os impactos da operação de extração da madeira se fizeram sentir, há cerca seis anos, na piora da qualidade de água da aldeia Novo Lugar, por exemplo, seguida por epidemias de diarreia (segundo depoimento de dona Maria Edite, indígena da aldeia Novo Lugar). Segundo os indígenas, essa piora, no rio Maró, foi causada pela passagem de balsas e pela construção da ponte sobre o rio Marozinho, na comunidade de Aracati. Já no igarapé da Raposa, a causa da deterioração da qualidade da água foi a construção do ramal na altura de suas cabeceiras.



Figura 8: vista de uma das nascentes do igarapé Arraia assoreada em função da abertura de ramal aberto para a exploração madeireira. Foto: Luiz Felipe Garcia

A extração madeireira teve um impacto direto, como citado acima, no acesso dos indígenas à região do interflúvio entre as três cabeceiras (dos igarapés Cachimbo, Arraia e Raposa). Antes de chegada das madeireiras, essa área era intensamente utilizada nas atividades de caça e de extrativismo. A insegurança gerada pela presença dos madeireiros, que faziam constantes ameaças aos indígenas que ainda se aventuravam nas *matas* desse interflúvio, fez com os indígenas evitassem essa porção de seu território. Atualmente, apesar de ainda existir a insegurança de circular por essa zona, os indígenas vão gradualmente retomando o acesso a ela. No entanto, as alterações causadas na *mata* pelos madeireiros impacta significativamente algumas atividades fundamentais para a sobrevivência dos indígenas.

Durante o trabalho de campo realizado em agosto de 2016 presenciei um evento que exemplifica o que descrevi no parágrafo acima. Os indígenas combinaram que Dadá, segundo cacique da aldeia Novo Lugar e uma das principais lideranças da TI Maró e eu iríamos

realizar uma ronda, de moto, pelo limite oeste da TI, cuja a demarcação se sobrepõe parcialmente à estrada construída pelos madeiros. Outra equipe, de bicicleta, ficaria nas imediações das nascentes do Arraia para caçar, garantido nossa alimentação à noite e durante o dia seguinte. Quando retornamos, nos encontramos no acampamento. A caçada tinha sido malsucedida. A explicação dada pelos indígenas foi a seguinte: ao sair do ramal e entrar na *mata*, se deparam com uma área intensamente explorada pelas madeireiras. A floresta em estágio de sucessão secundária, a visibilidade e a locomoção estavam comprometidas pela presença de refugos da exploração madeireira. Também de acordo com a análise dos indígenas, a *capoeira* cresce “suja”, com muitas galhos secos e vegetação rasteira, dificultando ainda mais os deslocamentos pela *mata* e a possibilidade de avistar caças.

Os impactos socioambientais e o conflito territorial narrados aqui, nem de longe esgotam os problemas vivenciados pelos indígenas após a chegada das madeireiras. As ameaças de violência se concretizaram quando os indígenas se organizaram para a defesa do seu território. Já ocorreram duas situações de espancamento e tortura, uma delas incluiu o sequestro de uma liderança. Essa mesma liderança teve sua casa incendiada como forma de retaliação por sua luta (Maria Edite Alves, informação pessoal). Mesmo nessa situação de conflito, o Estado não tomou providências imediatas para garantir a posse da terra aos indígenas. Os madeiros e grileiros deram continuidade à invasão da área das três comunidades, respaldados pela frágil estrutura de demarcação de terras indígenas do governo federal e com apoio ativo do governo do estado do Pará. Ao perceberem que os madeiros aprofundaram o processo de tomada de seus territórios, inclusive georreferenciando e demarcando as áreas concedidas para eles pelo governo do estado do Pará, os Borari e os Arapium, aproveitando o processo de abertura de antigos caminhos, realizaram uma primeira autodemarcação de seu território, em 2007 (PEIXOTO e PEIXOTO, 2012: 176s; PEIXOTO, ARENZ e FIGUEIREDO, 2012: 300 ss).

As providências para a demarcação oficial da TI Maró somente começaram a ser tomadas em 2008, com a portaria de criação de um GT para identificar e delimitar a área. O RCID foi concluído em 2009 e sua publicação deu-se em 2011. Quase onze anos após a formalização da demanda de reconhecimento da TI, em 2000 (FUNAI, 2011). Esse período, coincide com a ascensão do modelo neodesenvolvimentista e seus desdobramentos negativos

no reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, analisados nos primeiros capítulos deste trabalho.

A demora no processo da TI Maró está intimamente ligada a esse momento histórico de ascensão do neodesenvolvimentismo no Brasil e a reestruturação territorial propostas pelos grandes instrumentos de planejamentos que emergiram na primeira década dos anos 2000: a IIRSA e o PAC. No entanto, esse contexto não explica totalmente as causas da prevaricação do governo em assegurar os direitos territoriais dos Borari e dos Arapium. O interesse e o peso político das empresas madeireiras na gleba Nova Olinda, fortemente apoiadas pelo governo do estado do Pará, teve um papel central nessa negligência estatal.

Apesar do contexto desfavorável, os indígenas e suas organizações não aceitaram passivamente assistir seus territórios sendo esquadrihados e explorados. Atualizaram-se as formas de resistência. Se intensificam os processos de retomadas de terras e de autodemarcações, reafirmando territorialidades, resistindo à expropriação de suas terras e de seus modos de vida e articulando sua luta com categorias jurídicas criadas a partir da luta desenvolvida pelas organizações indígenas desde a década de 1970.

4.2 As mobilizações

4.2.1 Mobilizando as aldeias

Quando as madeireiras começam a esquadrihar o território ocupado pelos indígenas no rio Maró, encontram povos que, já há algum tempo, vinham lutando pelos seus direitos territoriais. Desde a década 1990, os povos Borari e Arapium participavam da luta pela criação da Resex Tapajós-Arapiuns. Porém, no momento da criação da UC, em 1998, a margem esquerda do rio Maró não foi contemplada pelo decreto. Apesar desse revés, os indígenas do Maró continuaram em luta por seus direitos territoriais.

Além da criação da Resex, o ano de 1998 marca também o nascimento do movimento indígena do baixo Tapajós. A partir da autodeclaração como indígena, a aldeia Taquara, na Flona Tapajós, pede o reconhecimento de seu território como TI. Com esse evento, várias comunidades passam a assumir sua, identidade indígena e reivindicar a demarcação de seus

territórios²⁸. Já no final do ano 2000, as comunidades de São José III, Cachoeira do Maró e Novo Lugar encaminham uma carta ao MPF e à FUNAI solicitando o reconhecimento de seu território.

Alguns anos após a solicitação, começam a chegar os madeireiros, tal como relatado acima. Enquanto aguardavam e faziam gestões junto à Funai para que o GT fosse instalado, os madeireiros continuavam avançando pelo território. No cenário nacional, como já demonstrado neste trabalho, a morosidade nos procedimentos de demarcação das terras indígenas era evidente. Sem nenhuma garantia sobre a manutenção da integridade de seu território e do início dos procedimentos administrativos para a demarcação da TI, os indígenas se organizam para autodemarcar seu território, no ano de 2007.

A organização da *autodemarcação* se iniciou com uma mobilização nas bases, com as lideranças favoráveis ao processo de autodemarcação visitando as aldeias e conscientizando os moradores para a importância da empreitada. Esse processo foi descrito por Dadá Borari, em um encontro sobre experiências de autodemarcação que aconteceu na TI Maró, como

[...] uma visita em cada aldeia, uma conversa de olho no olho. Uma conversa que eu assumo meu erro e mostro a razão do meu erro pro parceiro que não quer ir junto comigo. Uma visita de base, de olho no olho, na hora do cafezinho. Em cada comunidade. Foi assim que nós fizemos no Novo Lugar, na Cachoeira do Maró e no São José III.

Nessa fala, é possível inferir que o método de mobilização descrito foi utilizado para construir um consenso em torno da autodemarcação como estratégia de defesa do território. Nem todos os indígenas tinham clareza se esse seria o melhor meio de garantir o controle territorial. Além disso, a influência de pessoas de outras comunidades, já envolvidas com as madeiras, foi outro fator que gerou uma insegurança sobre o caminho da autodemarcação. Outro fator que precisou ser combatido foi a presença de um clérigo da Igreja Católica, conforme continua narrando Dadá Borari, que se colocava contra o processo de

28As informações contidas nesse parágrafo são apenas uma breve referência a um processo complexo. Não pretendo entrar nas discussões sobre etnogêneses; identidade e território; identidade e movimento indígena. Optei por estudar o desenvolvimento da luta territorial no próprio território, aprofundando o conhecimento sobre as estratégias e táticas desenvolvidas pelos indígenas *in loco*. Nas interações que estabeleci com os indígenas, a questão da etnogêneses praticamente não emergiu relacionada ao objeto dessa pesquisa. Isso não significa que não existam imbricações complexas entre os temas. „Essa discussão é profícua e tem sido feita com muita qualidade, por autores como Florêncio Vaz (2010), Cárdenas (2008), Edwiges Ioris (2009), entre outros.

autodemarkação. Dessa forma, o trabalho de base foi feito de maneira persistente, com ida e vindas:

Não foi do dia pra noite, tá? Você trabalha com comunidade quando é só o teu povo, tu tem outro domínio. Quando não é somente do teu povo há uma resistência e, principalmente, quando há uma comunidade que é grande e tem influência de vários setores, né? Nós tivemos uma resistência com a Cachoeira do Maró, por conta que a igreja católica é muito presente. Então, naquela época, em 2007, era a atuação de um padre chamado José Góes. Ele dizia que defender a terra era bom, mas como era uma área de conflito não era bom brigar com ninguém, porque é pecado. E esse pecado não ia garantir essa terra pra nós, né? Então os catequistas, que eram lideranças da comunidade, eles não queriam vir pra essa luta com a gente. Porque tinha medo de morrer, tinha medo de matar. Não podia matar que era pecado, né? Não podia falar alto com o outro que era pecado. Aí a gente: “parente, vem cá! Bora conversar sério. O pecado se a gente acha que ele existe, nesse momento, que os caras tão tomando nossa área, tu pega teu pecado e bota no teu bolso. E noutra hora tu discute teu pecado. Mas nesse momento nós queremos todo mundo pra entrar com a gente e fazer esse processo de demarcação”. Aí vinha outro vizinho fazer a cabeça dessas lideranças pra não vir, porque isso não ia dar em nada. Porque você não falava a língua que era indígena, porque antes tu não era indígena, né? Por mais que a gente sempre fazia o ritual no final da mata, não fazia na frente de todo mundo porque o preconceito era muito grande. “Então tu não é. Tu é ribeirinho. Era o que ele falava: tu é extrativista”. Tudo isso eles falavam pra gente. E aí a nós trabalhamos em cima dessa conscientização. Não foi só uma vez, nem duas vezes. Quando a gente conseguiu 70% das famílias, aí a gente conseguiu iniciar o processo de demarcação. Aí pronto, foi todo mundo. Na época tinha até pastor na nossa equipe de demarcação. Tinha gente que era de outra igreja, da Igreja da Paz, daqui da outra comunidade que tava junto com a gente. E na hora nós falamos: “nós não impedimos que nenhuma pessoa siga outra religião, mas isso aqui é independente de religião, tá? Isso aqui é pra nós! Se vocês não ajudarem, nem vocês nem nós vamos ter”. Então nós trabalhamos muito em cima disso.

As lideranças tentaram, e foram bem-sucedidas nisso, colocar a questão religiosa a parte

da decisão política de autodemarcar ou não o território. Isso dificilmente seria resolvido em uma esfera pública, como uma assembleia. Por isso a abordagem foi individual, “vem cá, parente!”. A figura de “botar o pecado no bolso” explicita a necessidade de se colocar as questões religiosas de fora da decisão, como meio de garantir a unidade necessária para a realização da *autodemarcação*. Essa fala também explicita o papel desempenhado por pessoas de outras comunidades que, alinhadas aos madeireiros, buscavam desqualificar a mobilização proposta pelas lideranças e a própria legitimidade dos Borari e Arapium em demandarem uma terra indígena.

A mobilização surtiu o efeito esperado pelas lideranças e as três aldeias aderiram à iniciativa, conscientes dos problemas e dos perigos que tal processo implicava. Depois dessa primeira etapa de mobilização, foram desencadeadas três assembleias, uma em cada comunidade, com o principal objetivo de organizar os trabalhos. Nessas assembleias foi definido por onde passariam os *picos* da *autodemarcação*, os limites da TI, as datas dos trabalhos, as equipes a serem constituídas, entre outras coisas.

Foram formadas diversas equipes, grupos com responsabilidades específicas a serem cumpridas. Foi criado um grupo pra garantir a segurança e monitorar os movimentos dos empregados das madeireiras e dos moradores das comunidades vizinhas, especialmente da comunidade Fé em Deus, por ser a mais próxima de um dos limites. Como veremos a seguir, esse grupo foi bastante importante no decorrer do processo.

Outros grupos operacionalizaram o processo. Um deles, responsável por guiar os demais, abrindo a linha da demarcação. Esse grupo foi composto por algumas pessoas que haviam aprendido a usar o GPS em uma oficina de etnomapeamento. Outro grupo foi responsável pelo trabalho fixo de abrir a picada da *autodemarcação*. Esse grupo, o maior, tinha com funções *bosquear*, derrubar a mata e limpar o caminho. Um outro grupo ficou responsável por garantir a estrutura dos acampamentos. Por fim, foi criado um grupo de caça e um outro para cozinhar.

As atribuições desses grupos foram construídas nas assembleias. Apesar da existência de uma liderança clara durante a fase de mobilização, essa liderança não influenciou na organização interna de cada um dos grupos. Pelo contrário, apesar da articulação entre eles, esses grupos eram autônomos nas decisões pertinentes e em suas dinâmicas de trabalho.

Nesse sentido, a experiência de formar, deliberar sobre as funções e, gerir os trabalhos nos grupos, foi um aprendizado em termos de organização política, tanto individual como coletivo. Ao mesmo tempo, essa forma de organização onde não há uma centralização do poder de decisão, remete a formas clássicas de organização política ameríndia onde não existe um poder político centralizado e coercitivo (CLASTRES, 2003).

4.2.2 Mobilizando os *encantados*

Certa vez, durante uma caminhada na mata, perguntei para o Seu Higinio, *sacaca* da TI Maró, qual era o papel dos *encantados* no processo de autodemarcação e na luta contra os madeireiros. Ele me disse que eles, como seus ajudantes, sempre apoiaram a luta. Perguntei como era esse apoio, o que os *encantados* faziam para ajudar. Não consegui uma resposta para isso. Talvez pela pergunta, para ele, não fazer nenhum sentido. Talvez por ele não querer revelar os segredos de seu “ofício”.

No entanto, em várias outras conversas, com outros indígenas, obtive indícios dessa atuação dos *encantados*. Os indígenas costumam atribuir aos funcionários madeireiros comportamentos totalmente inadequados em relação ao comportamento destes com as *matas*, os animais e os *encantados*. Nesse sentido, escutei algumas narrativas das vinganças infligidas por estes aos madeireiros. Essas questões já foram tratadas anteriormente, no terceiro capítulo. Mas a “participação” dos *encantados* não se dá apenas nesse nível.

Segundo Dadá Borari, quando as madeireiras chegaram, seu Higinio organizou uma pajelança. Nela, os encantados solicitaram apoio dos indígenas para evitar a presença dos madeireiros. Esse evento é descrito da seguinte forma:

Qual foi o acordo que nós fizemos na pajelança, na pajelança do meu vô Higinio? Os encantados vieram para conversar com nós na aldeia e pediram para que nós impedisse a retirada da madeira, porque nós somos os ‘seres-presença’, eles falaram: “você são os ‘seres-presenças’, nós somos os seres invisíveis. Então se você protegem pra eles não desmatarem, nós protege você. E você ficam cuidando junto com a gente, e que você precisarem de caça, nós estamos prontos a dar pra você, desde que você matem pra comer.

Não pode estragar”. Então esse é o acordo que a gente tem com esses encantados.

Essa narrativa reafirma a perspectiva indígena de um território compartilhado por eles e pelos *encantados*. Dadá traduz a defesa do território como um acordo entre as duas partes. De certa forma, essa *pajelança* pode ser encarada como uma reafirmação da relação de compartilhamento do território entre os indígenas e os *encantados*, frente a um novo contexto. Me parece, que a cada caçada onde se pede licença para os *encantados*, ou se deixa um cigarro para a Curupira, essa relação também é atualizada. Assim como as atividades na área de *mata* são precedidas por um ritual que também tem esse caráter de reafirmar o acordo.

Parece que essa constante reafirmação funciona também como um registro sobre o uso do território, assim como a manutenção dele, depende de um uso controlado por essas regras estabelecidas com os *encantados* e que, se quebrada, pode trazer consequências sérias, tanto individualmente como para a coletividade como um todo.

Não vou me aprofundar na questão da participação dos *encantados* no processo de autodemarcação, embora, aponte-a como campo profícuo para futuras investigações. Por ora, apenas registro que os *encantados* estão presentes também nesse processo.

4.3 Conformando a Terra Indígena

Mesmo nunca demarcando fisicamente sua área, até realizarem a autodemarcação em 2007, materializando limites no terreno, os Borari e Arapium sempre tiveram clareza sobre seu território, suas áreas de circulação e antigos espaços de moradia. Mais que isso, sua história está inscrita de diversas formas por toda região. Uma das marcas às quais os Borari e Arapium sempre se referem são os acessos abertos pelos antepassados, que surgem nas conversas com várias designações: *ramal, ramalção, pico, picada, caminho*.

Ao demarcaram sua terra, optaram por incluir no seu perímetro aquelas áreas marcadas pelos caminhos utilizados pelos antigos, tal como mostra o mapa acima (Figura 6). Essa porção é basicamente formado pelas microbacias dos igarapés Arraia, Cachimbo e Raposa.

Dadá descreve assim esse território:

Olha, de primeiro, bem aqui tinha ramalção aqui. Daqui, ele descia pra essa cabeceira e tinha outra que fazia isso aqui. Por que a gente fez esse ramal? Foi meu bisavô, o pai da minha vó Zilda, do seu Higino, junto com o avô do Beto, Arapium lá da Cachoeira, e os mais velhos lá do São José. Eles fizeram esse pico aqui pras cabeceiras. Então, esse aqui é um igarapé chamado Arraia. Da cabeceira do Arraia até a cabeceira do Cachimbo e pra cabeceira da Raposa. Eram as caçadas e a tiração do leite da maçaranduba. Desde aquela época eles tinham isso aqui como território.

Assim, a eleição da área que foi autodemarcada se relacionou diretamente com os caminhos abertos pelos antigos (*ramalção*) para o exercício de suas atividades de caça e extração do leite da maçaranduba. Esses trajetos são bem conhecidos e utilizados até hoje. O conhecimento é profundo a ponto de localizarem e reconhecerem, através dos anéis feitos nas árvores, aqueles indivíduos de maçaranduba que foram trabalhados no tempo da extração do leite.

A principal linha seca que delimita a terra foi feita em cima de um caminho dos antigos. À primeira vista, o fato de utilizarem os *caminhos* como limites, poderia indicar uma outra relação com o território. De fato, utilizar um caminho como limite representa uma mudança. No entanto, *picada* da *autodemarcação* mantém seu caráter de caminho. É utilizado nas caçadas e nos deslocamentos para extração de alguns recursos. De fato, um dos principais argumentos dados pelos indígenas para manter a *picada* limpa, é que favorece a mobilidade deles dentro da TI, facilitando as caçadas e as atividades de vigilância.

Outra porção do território onde se desenvolvem muitas narrativas sobre a história dos Borari e Arapium são os igarapés, e particularmente suas cabeceiras. Do relato acima, fica explícito que os caminhos ligavam, entre si, as cabeceiras dos igarapés mais importantes do território Borari e Arapium. Também ligavam essas às margens do Maró. Isso indica a importância da dinâmica entre as áreas das margens do Maró e àquelas nas áreas de terra firme. Desvelar essa relação desconstrói os argumentos utilizados pelas madeireiras de que a área que elas exploravam não eram ocupadas pelos indígenas, em inícios dos anos 2000.

A área é tão importante para os indígenas que uma das principais atribuições do *sacaca* do Maró, seu Higino, é protegê-las, como explica Dadá:

Ele é um dos pajés que cuida dessa área, né? Ele não cuida somente do igarapé da Raposa, ele cuida dessas três cabeceiras aqui. Quem protege maior as coisas dele é ele, meu vô Gino. Meu vô Higino ele é assim: ele é o nosso pajé, mas ele tem vários caboclos que trabalham com ele. Tem o Surucucu, que é um encantado dele, tem o Pico de Jaca. O Surucucu e o Pico de Jaca; tem o Pretinho da Tananga e tem o Pombo Branco. Esses caras, ele [Higino] é o chefe deles, desses encantados, eles cuidam aqui, dessa área aqui tudinho. Qualquer coisa que tenha aqui, eles avisam meu vô Higino. Ai o meu vô Higino avisa nós, aí nossos vigilantes vêm pra ver a situação. Então nós sempre somos comunicados com esses caras que cuidam aqui da natureza.

Um dos objetivos da *autodemarkação* foi, portanto, garantir que as áreas dessas três cabeceiras estivessem dentro da futura TI, livre, portanto, da ação dos madeireiros. Pois, para além da importância histórica, as áreas abrigam uma variedade de *encantados*, seres que garantem o equilíbrio ecológico da região. As cabeceiras também garantem um fluxo de água de qualidade para o consumo dos indígenas, principalmente nas caminhadas pelas matas. A importância das cabeceiras para os Borari e Arapium pode ser claramente observada, por exemplo, a partir da fala de Zezinho Arapium:

Porque as cabeceiras são o principal que tem. Porque jogam água pro rio. Mas a gente, assim, às vezes eu converso só comigo assim, eu acho que a gente chegou muito tarde pra isso, né? Se a gente chegasse mais cedo pra ‘fazer isso, acho que não tinha esse ramalção, né? Não tinham, como é que diz? Fechado a cabeceira. Acho que a gente chegou um pouco tarde²⁹.

A saída das áreas das *matas* se iniciou em meados do século XX. No entanto, esse processo perdurou até o início dos anos 2000, quando dona Bea, por pressão dos filhos, abandonou sua *paragem* na beira da Raposa. Mesmo com a decadência do comércio do leite da maçaranduba e da pele de animais, por um lado, e a fundação da comunidade de Cachoeira do Maró, por outro, muitos indígenas optaram por permanecer vivendo nas *matas*, às margens dos igarapés. É o que podemos depreender do relato de uma liderança que, hoje, tem 37 anos:

E aqui no igarapé do Cachimbo, na verdade já falando do meu tempo, foi onde eu me criei. Da idade de dois anos até a idade de nove anos nós morávamos aqui, em um igarapezinho chamado Igarapé do Campo e em um outro igarapé chamado Pimenta. Então a gente morava lá com o finado papai e com meu avô, que faziam a exploração do leite da maçaranduba. E

29 A expressão “chegamos tarde” remete ao fato que as cabeceiras de dois igarapés, Raposa e Arraia, foram parcialmente destruídas pela construção de um ramal pelas empresas madeireiras.

passando aqui, tem um, que desce aqui pro Maró, tem um igarapé que chama Arrependido, que a gente morou também. É arrependido porque é um baixão lá que o cara se arrepende, né? E assim, nessa cabeceira do igarapé Arrependido aqui eram várias famílias. Então, isso aqui a gente conhece o território todinho. Os nossos mais velhos conhecem a área todinha. Eu conheço essa área aqui porque vivi morando dentro do mato com eles aqui. Quando eu desci pra beira do rio pra estudar, eu me lembro bem, eu estava com 11 anos de idade. Não sabia nem sequer como era a letra “a”. Só vim porque minha mãe brigou com meu pai.

Por ele a gente não saía de lá, não. A gente continuava lá, porque lá nós tinha de tudo. Caça toda hora. Eles colhiam o que queriam que a gente comece. Pega aqui um acarazinho? Não. Lá a gente comia a caça que a gente queria comer.

Aí ela disse que ele não sabia ler nem escrever. Aí mamãe disse assim: “eu sei muito pouco, tu não sabe nada de leitura. Meus filhos estão crescendo, vão crescer do jeito que nós somos. Eu não quero que eles cresçam assim. Vou ter que ir embora procurar uma escola”. Aí ela desceu pra uma comunidade chamada Vista Alegre e pra lá eu estudei com meu padrinho. Então estudei pra lá.

Então foi que a gente desceu, eles começaram a se juntar. Fizeram as casas aqui no Beijuaçu e foram ficando por ali, organizando e tal. E os filhos estudavam na Cachoeira do Maró. Faziam esse percurso remando pra ir pra lá. Aí depois, como deu um índice de muita saúva ali no Beijuaçu, foi todo mundo embora, se mudaram pra cá com meu avô. Aí ele chamou todos os filhos e eles vieram. Isso foi em 86, que vieram pra cá. Quando foi na década de 1990, todas as famílias vieram: 6 famílias, 60 pessoas. Hoje somos 22 famílias e uma centena de pessoas aí, né? Então a gente veio pra cá e meu bisavô deu o nome de Novo Lugar. Aí, em 93 pra cá a gente começou a organizar. Puxamos a escola, antes pagavam o salário com o dinheiro da roça deles. Acabava a roça, acabava o salário do professor e o professor ia embora. Tá aqui o Nildo, que ainda foi aluno desse professor. Então pensem a nossa vida!

Esse relato é ilustrativo do padrão de ocupação territorial dos indígenas do Maró, antes da fixação em comunidades às margens do Maró, bem como os motivos para tal processo. A narrativa também evidencia a área de ocupação no interflúvio dos altos cursos dos três principais igarapés. Região que, como já dito anteriormente, é considerada *farta*, isso é, rica nos recursos necessários para a reprodução física e cultural dos Borari e Arapium. Apesar dessa ação direta de limitar, no território, a sua área em contraposição à ação dos madeiros, esse movimento não implicou, nesse momento, a retirada dos madeireiros. Nesse momento, o discurso dos indígenas para os madeiros é que eles só estavam demarcando o território e que a retirada deles, bem como encaminhamentos necessários para isso, seriam de responsabilidade da Funai. Voltaremos a isso adiante.

Antes de seguir descrevendo o processo de abertura dos *ramais* da *autodemarkação*, é importante salientar que tanto a Funai quanto o MPF foram informados, pelos indígenas, da realização do processo. Ambas instituições, na época, recomendam aos indígenas que não façam o processo. O temor era que a iniciativa acirrasse as tensões entre madeireiros e indígenas.

4.4 Demarcando os limites

Segundo os indígenas, a mobilização apresentou algumas dificuldades para que todos aderissem à ideia, a demarcação em si apresentou uma outra ordem de problemas. Depois de realizar as assembleias e arrecadar o dinheiro necessário para cobrir os gastos com ferramentas e alimentação, alguns indígenas se dirigem a Santarém para comprar os materiais necessários para os trabalhos de demarcação física. Dois dias antes da viagem de retorno ao Maró, uma das principais lideranças no processo de *autodemarkação* é sequestrada, espancada e amarrada em uma região de mata próxima à Santarém. Essa ação, que até hoje não foi devidamente esclarecida, teve o claro intuito de desmobilizar o processo que estava para se iniciar. Esse acontecimento deixou a comunidade preocupada e dividida sobre se deveriam ou não iniciar os trabalhos. Estimulados pela própria liderança atacada, decidiram iniciar os trabalhos.



Figura 09: Limite entre a TI Maró e a comunidade Fé em Deus, na altura do encontro com uma ramal madeireiro. Foto: Ageu Lobo.

A opção foi delimitar a fronteira entre o que seria a TI e área da comunidade Fé em Deus por um antigo caminho que ligava a região do Beijuaçu às áreas de caça e de coleta de recursos, chegando até o médio curso do igarapé Cachimbo. Esse mesmo caminho, tinha ramificações em direção a cabeceira da Raposa e do Arraia. Assim Jailson descreve o caminho e a escolha dele como *ramal da autodemarcação*:

Eles contam, principalmente a finada minha bisavó, que lá eles tinha a extrema, né? O ramal até onde pertencia a área deles. Então eles fizeram lá, junto com o pessoal da Cachoeira. Na época, fiz um trabalho com eles lá, fizeram a extrema ali do Arraia, né? Que era a área das comunidades, da onde eles tinham acesso à caça, a coletar frutos.

Felipe: teu bisavô abriu um ramal. Tinha um pico ali que era o caminho deles?

Jailson: Isso! Era o caminho deles de acesso, por exemplo, ao uxizal, ao patauzal, ao castanhal que, hoje em dia, se for ver, o castanhal a bem dizer já está em extinção, né?

Felipe: Só voltando nesse ramal. Vocês sabem onde ele fica?

Jailson: é onde passa a nossa extrema agora. A gente fez só reabrir.

Felipe: E quando vocês passaram por esse pico, ainda tinha alguma marca deles ali?

Jailson: Olha, em 1998, quando começou a escola aqui, ainda tinham pessoas que morava aqui, no Beijuaçu. 1998, 1999. Acho que morou até 2001 ou 2002, não estou bem lembrado. Era a filha do cacique, a Dona Maria. Mas morava lá até meados de 2002, mais ou menos. Tinha o lugar dela lá, né?

Felipe: Então esse ramal é o que vocês decidiram fazer o pico da autodemarcação...

Jailson: isso, foi em cima dele.

Mesmo com toda a clareza de que se tratava de uma área de ocupação dos seus antepassados, a demarcação desse limite colocava um dilema para os indígenas. Eles não ignoravam que as terras também eram utilizadas pela comunidade do Fé de Deus, onde têm diversos laços de parentesco e sociabilidade. Em um passado recente, principalmente após 2000, quando foi feito o pedido de reconhecimento da TI e, posteriormente, a influência das madeiras tornar-se mais incisiva em Fé em Deus, havendo portanto, um afastamento entre esses dois grupos³⁰. Além do mais, por conta do interesse em desenvolver projetos de manejo, os moradores dessa comunidade já estavam titulando individualmente seus lotes, que fazem limite com a TI. Nesse sentido, a demarcação dos limites entre as duas áreas era

³⁰ Essa dinâmica de afastamento e aproximação entre comunidades próximas e a ligação disso com o contexto político e social foi estudado por Leandro Mahalem Lima (2016).

potencialmente conflituosa, como continua Jaílson:

Aí nós pegamos aqui São José, Cachoeira e Novo Lugar [as três aldeias que compõem a TI Maró] aí a gente foi fazer a demarcação. Abrir o ramal, né? Abri uma picada. Começamos ali no Beijaçu. Então, quando a gente começou a abrir esse ramal aí, pra ser o limite como quanto do Fé em Deus, eles abordaram lá na cabeceira do Tirirical. A gente tava lá acampado, de manhã cedo. A gente tava levantando. Quando a gente tem um bocado de pessoa, tem aquela barulheira, né? Como é um igarapé pequeno, a cabeceira, aí a gente escutou [...] Então, aí chegaram, né? Perguntando que ordem que nós tinha pra tá lá furando... aí nós falamos: "nós estamos furando aqui, nós estamos fazendo a nossa parte. Por causa, esse ramal aqui vai ser o limite da terra nossa com a de vocês". Aí, sei que, chegaram tudo armado lá, aí ninguém não... uns levantaram da rede, uns não, com o que tinha que levantar da rede. Aí eles começaram a falar. A gente: "não, tamos aqui, mas nós vamos até o final. A gente não vai recuar daqui. A gente vai até o final. A gente vai até o final. Fazer o limite da nossa terra.

A “visita” do pessoal do Fé em Deus teve um claro intuito de ameaçar os indígenas e tentar fazer com que o trabalho parasse. Os que *pertencem* a Fé em Deus queriam toda área conhecida como Beijaçu, os indígenas evitaram o conflito e, alguns dias após, fizeram uma reunião. De fato, toda a área em questão, é de uso tradicional dos indígenas (especialmente os do Novo Lugar) e da comunidade Fé em Deus. Nos dizeres de dona Constantina (filha de seu Manoel Avelino e uma das fundadoras do Novo Lugar):

Constantina: Primeira paragem foi o Beijaçu e aí onde, o que agora é Fé em Deus. Lá era coisa, como era o nome daquela paragem? Gavião. Lá minha mãe morava lá e o papai [que veio de] de Alter do Chão.

Felipe: então morava no Beiju-Açu e no Gavião, onde hoje é o Fé em Deus? Por isso que o pessoal do Fé em Deus é parente de vocês ...

Constantina: tem sobrinha, neta ...

O reconhecimento de ser uma área comum aos dois grupos que, na ocasião, estavam em um momento de tensão aguda, restringia as possibilidades dos indígenas em seguirem com o trabalho. A decisão das lideranças foi abrir uma rodada de negociação com a comunidade vizinha para resolver a situação. Assim foi realizada uma reunião onde, segunda Dejoca Borari:

Dejoca: Porque lá a gente tinha uma, teve uma reunião, uma discussão no Fé em Deus, que nosso limite..., o primeiro lugar do meu avô era lá. Foi isso que a gente decidiu fazer lá o limite. Porque lá é uma terra preta ..., agora não tá bacana por causa que queimou. Aí a gente foi quase pra briga com eles e eles com nós...

Felipe: Porque eles queriam o Beijuaçu também?

Constantina: tem uma ponta pra cá que tem muita madeira...

Dejoca: Porque eles queriam mais pra cá do Beijuaçu. Porque lá tem um igarapé e ele faz assim uma ponta. Aí nós falamos: como nós vamos puxa mais pra lá... que lá onde nós temos é uma ponta. Aí a gente não, nós vamos querer aqui mesmo.

Os dois lados que disputavam a região tinham suas motivações para além da ancestralidade da ocupação. A terra preta boa para plantar, segundo Dejoca, e presença de uma *ponta* com muita madeira, na visão de dona Constantina. Dito de outra forma, tanto a presença de recursos quanto a ancestralidade da ocupação são mobilizados para justificar a posse da área, dos dois lados. Apesar da tensão, a negociação foi bem-sucedida e as partes chegaram a um acordo. Ficou decidido que o limite entre as duas áreas passaria no meio da área em disputa, contemplando parcialmente os dois lados. Outra negociação foi a criação de um *dente* de dois quilômetros nesse limite, possibilitando que os lotes tivessem a medida de 100 hectares, dimensão amplamente utilizada pelo Incra na região, que se tornou uma referência de tamanho de lote.



Figura 10: Limpeza do "ramal" da autodemarcação. Foto: Luiz Felipe Garcia

Nas conversas que tive com os indígenas sobre essa decisão, nenhum deles expressou discordância ou arrependimento por essa decisão. Penso que a decisão passa por dois aspectos: o reconhecimento da ocupação da área por parte dos moradores de Fé em Deus e a tentativa de evitar conflitos. Esse consenso permitiu que autodemarcação seguisse até o fim, sem resultar em conflitos com essa comunidade, apesar das posições divergentes ocupadas naquele momento. Mas a discussão foi tensa: “a gente foi quase pra brigar com eles e eles com nós”.

Chamo a atenção para a escolha da negociação, e também para os critérios que a fundamentam, para fazer uma reflexão. Embora tenham optado por uma estratégia de defesa do território que dialoga diretamente com as formas estatais, ao estabelecer limites fixos, territorialmente demarcados, a forma de fazer isso não é, absolutamente, estatal. Cientes dos seus direitos sobre o território, ainda assim optaram por uma arbitragem externa do conflito. Buscaram a construção do consenso, mantendo alguma possibilidade de relação com a comunidade com a qual estavam em conflito.

Também com os madeireiros, nesse momento, evitou-se o enfrentamento direto. Segundo os relatos que obtive, a ideia nesse momento era deixar claro os limites da área como forma de explicitar a invasão, evidenciando que aquela terra não era devoluta. De certa forma, a *autodemarcação* pode ser entendida, também, como uma reação à demarcação promovida pelos madeireiros no início da invasão da área. Enquanto a *autodemarcação* visava garantir um território tradicional e a continuidade de um modo de vida que ali acontecia, a demarcação promovida pelos madeireiros tinha como objetivo a territorialização da área para a exploração madeireira.

É interessante explicitar a diferença na resolução dos questionamentos feitos por quem estava contra a *autodemarcação*. Se a opção com os comunitários de Fé em Deus foi a busca do consenso, com os madeireiros a tática foi outra. Quando encontravam grupos de empregados e encarregados das madeireiras, os indígenas falavam que apenas estavam demarcando seu território e que qualquer conversa sobre a permanência ou não deles no território teria que ser feita com a Funai.

Nesse caso, a solução desse conflito teria que ser mediada pelo Estado. Penso que o fato de não existir quaisquer afinidades entre a empresa madeireira e os indígenas excluía qualquer

possibilidade de diálogo, naquele momento. Isso se torna ainda mais radical se levarmos em conta a violência cometida contra Dadá Borari, atribuída aos empresários. A necessidade da intermediação estatal, principalmente via Funai, para resolver os conflitos com os madeireiros, que também contam com apoio de parcelas do mesmo Estado, é uma constante nesse processo de luta.

Nesse ponto, é interessante pensar que outra parte significativa das linhas secas que estabeleceram os limites autodemarcados tiveram como objetivo garantir que as cabeceiras do igarapé Cachimbo e o que restou do igarapé Arraia estivesse sob controle dos indígenas. Para isso, tanto foram abertas *picadas*, remontando também os caminhos dos antigos, quanto se aproveitou parcialmente uma das estradas, abertas pelos madeireiros como limite. Para garantir a inclusão dos formadores da margem direita do Cachimbo foram abertas linhas secas que atravessam a estrada (do porto de Cachoeira de Aruã). A mesma estrada, estabelecida como limite durante a autodemarcação, garantiu a inclusão da cabeceira do Arraia na área delimitada. Embora seja um dos flancos mais expostos da TI (ver imagem abaixo), as estradas dinamizam o processo de vigilância, encurtando distâncias através da utilização de uma motocicleta que apoia o trabalho dos vigilantes.



Figura 11: O "bico da TI". A direita, estrada que liga as explorações do Marozinho e do Cachimbo ao porto de Cachoeira do Aruã. À esquerda o ramal que corta a TI Maró. Na árvore que marca o centro da imagem, existia uma placa identificando a TI, que foi arrancada pelos madeireiros. Foto: Luiz Felipe Garcia.

4.5 Perdas territoriais: os “limites” da autodemarcação

A seguir, formularei algumas hipóteses, sobre as áreas que ficaram de fora do perímetro a ser demarcado. Esse exercício pode ser interessante para compreender a correlação de forças na região em 2007, ano da *autodemarcação*. A mais importante dessas áreas, do ponto de vista do histórico da ocupação Borari e Arapium, é o curso médio e baixo do Cachimbo. Embora seja uma área ocupada por famílias Borari até a década de 1980, ela foi excluída no processo de *autodemarcação*. Esse igarapé foi um dos primeiros locais a serem invadidos pelas empresas madeireiras, especialmente a Rondonbel. Penso que, dada a intensidade dos conflitos e aliança feita entre os madeireiros e as comunidades vizinhas, os indígenas decidiram abrir mão dessa área para evitar o acirramento das tensões com outras comunidades. Ou seja, optaram por investir as forças na garantia das cabeceiras do igarapé.

Outra hipótese que levanto aqui é que, garantindo as áreas de uso mais importantes e mais próximas às aldeias e das cabeceiras, os indígenas não tenham forçado a avançar sobre outras áreas, que embora tradicionalmente ocupam, já estavam controladas por outras comunidades ou por madeireiros.

O processo de abertura das picadas da *autodemarkação* foi o tempo todo monitorado pelos madeireiros, segundo os indígenas. Seja por meio das comunidades vizinhas, seja pelos seus empregados. Não foram poucos os recados mandados ameaçando as lideranças. Pelo menos uma vez, durante o processo, quase ocorreu uma retaliação por parte dos madeireiros, com a casa de umas das lideranças sendo queimada. Mesmo com todas as forças que se opuseram ao processo, em três meses os indígenas conseguiram demarcar a linha seca e colocar as placas, sinalizando que aquela porção era a TI Maró.

4.6 Desdobramentos da autodemarkação

O processo de autodemarkação, levado a cabo em 2007, teve desdobramentos importantes na vida dos Borari e Arapium, marcando a primeira grande ação coletiva de proteção de seus territórios. Após três meses de trabalhos, eles conseguiram fazer todos as linhas secas da TI. Para além desse processo, por si só importante para os indígenas. O processo de *autodemarkação* teve vários desdobramentos efetivos para os indígenas.

Tal como a Funai e o MPF previram, o processo de *autodemarkação* acirrou as tensões na região. Ameaças, campanhas difamatórias promovidas pelos madeireiros ganharam corpo. Mesmo com a *autodemarkação*, os madeireiros continuaram atuando na área, no entanto, segundo Dejoca Borari, após a conclusão da abertura das linhas secas, os indígenas encaminharam uma nova carta para a Funai, solicitando o reconhecimento da área demarcada.

Em 2008, a Funai cria um GT para realizar a identificação e a delimitação da TI. Os levantamentos de campo propostos pelo GT foram parcialmente prejudicados pelas tensões existentes na região. Em uma tentativa de visitar as cabeceiras do igarapé Tirirical, os membros GT e os indígenas foram impedidos de atravessar os lotes dos comunitários de Fé em Deus. Segundo o RCID os comunitários “estariam ressabiados com a possibilidade de disposição de marco territoriais” pela equipe (FUNAI, 2011: 33). Ainda em 2008, o governo do estado do Pará decreta a criação de uma Área Administrativa Provisória (ALAP), reconhecendo a existência dos Borari e Arapium e, colocando em sua proposta de

ordenamento territorial a TI Maró, com um perímetro bastante próximo ao que foi autodemarcado pelos indígenas (Terra de Direitos, 2013).

No ano seguinte, em 2009, comunidades da Gleba Nova Olinda, apoiados por comunidade do rio Arapiuns, bloqueiam o rio, impedindo as passagens das balsas carregadas de madeira. Durante o bloqueio, duas balsas são incendiadas e uma das lideranças da TI Maró é acusada de ser um dos promotores da ação (*idem*). A violência é fruto da escalada de conflitos causados pela exploração madeireira na gleba Nova Olinda.

Finalmente, em outubro de 2011, a Funai publica o RCID identificando e delimitando a TI Maró, respeitando o processo de *autodemarcação* empreendido pelos Borari e Arapium. A publicação não impediu que as madeireiras continuassem avançando pela TI. Esse processo é legitimado pela Secretária de Estado do Meio Ambiente do Pará, que continua licenciando projetos de manejo madeireiro dentro do perímetro da TI. Em 2013, no contexto da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), um grupo de indígenas é formado em questões relativas à vigilância e monitoramento territorial. Dessa formação, surge o grupo de vigilantes da TI Maró.

Essa breve cronologia, do período entre a *autodemarcação* e o início das atividades de vigilância comunitária teve como objetivo evidenciar que, nesse intervalo, os indígenas do Maró continuaram mobilizados e lutando contra a invasão promovida pelos madeireiros. Senão busco detalhar essas ações, são porque elas fugiriam do escopo dessa pesquisa de analisar as atuações dos indígenas dentro do território, especialmente a *autodemarcação* e as *retomadas*. As *retomadas* serão o objeto de reflexão no próximo capítulo.

5. VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA E AS RETOMADAS: A CONSOLIDAÇÃO DA TI MARÓ



Figura 12: Placa e, ao fundo, sede da fazenda Carandá. Uma das áreas permutadas próxima às cabeceiras do Arraia. Essa região foi retomada pelos indígenas no final de 2017. Foto: Luiz Felipe Garcia.

5.1 Os vigilantes e a proteção do território

Como discuti no capítulo anterior, a autodemarcação ocorrida em 2007 não logrou a retirada das madeiras da TI Maró. Mesmo depois da publicação do RCID, em 2011, elas continuaram atuando no território dos indígenas. A Sema (PA) continuou respaldando essa atuação, emitindo licenças de manejo dentro do perímetro e permitindo que a madeira produzida em outras áreas continuassem passando dentro da TI³¹. Mesmo com a publicação do RCID, a Funai não implementou uma dinâmica de fiscalização da área. Por conta da letargia do Estado em relação ao reconhecimento dos direitos territoriais indígenas –talvez,

³¹As placas com autorização da Sema/PA, autorizando manejos madeireiros no perímetro da TI, após a publicação do RCID indicam a convivência do Governo do Estado do Pará com a situação.

agravada pela judicialização do processo de demarcação da TI – fez com que, até hoje, a portaria declaratória não tenha sido publicada. Ou seja, através da legitimação das madeireiras ou da omissão, o Estado muito pouco fez para garantir os direitos territoriais dos Borari e Arapium.

Por outro lado, os indígenas continuaram em seu processo de organização e mobilização, acumulando aprendizados e pensando alternativas. Nesse contexto, surgiu a formação para vigilantes comunitários, em 2014. A formação foi organizada pela Funai como parte do Programa de Capacitação em Proteção Territorial (PCGT) que veio com o objetivo "promover o entendimento e a aplicação de ações de monitoramento em áreas de conhecimento relevantes à proteção das terras indígenas", buscando o reforço de ações preventivas (FUNAI, sem data).

Essa formação foi embrião do grupo de vigilantes da TI Maró, que viria a ter a função de realizar o monitoramento do território, registrando possíveis invasões e seus impactos. O grupo, atualmente composto por onze homens³², realiza expedições mensais pelas linhas secas da demarcação da TI. Essas expedições basicamente monitoram as condições ambientais da TI, especialmente aquelas que indicam a possível ação de madeireiros em seu interior. Também monitoram o fluxo de pessoas estranhas à TI, com especial atenção aos caminhos madeireiros que continuamente passam por dentro da TI.

32 No final de 2017 os indígenas se mobilizaram na perspectiva de ampliar o grupo de vigilantes. A ideia era incluir três mulheres no grupo, o que não havia se concretizado até fevereiro de 2018.



Figura 13: Vigilante da TI Maró registrando a placa do carro de um proprietário de madeira atuante na região. Foto Vanico Borari.

Outra atribuição do grupo, surgida por volta de 2015, é a preparação de atividades que se dão em áreas que foram *retomadas* dos madeireiros. Essa preparação inclui a realização de uma expedição, para avaliar a presença ou não de madeireiros e a segurança para realização da atividade. Normalmente, nessas atividades, ao menos parte do grupo compõe as equipes de caçadores, responsáveis pela obtenção de alimentos para a realização das atividades.

Para organizar o trabalho, a equipe de vigilantes tem uma divisão interna de funções: um coordenador e um vice coordenador; dois responsáveis pelo registro fotográfico e; um responsável pelo registro escrito. Os outros seis, além de partilhar a observação do território, são responsáveis diretos pelas caçadas e por fazer a segurança do trabalho dos demais, garantindo não serem surpreendidos pelos madeireiros.

O coordenador e seu vice têm como atribuição fazer a interlocução, acompanhados por outras lideranças, junto aos órgãos públicos competentes (Funai, Ibama, Sema), encaminhando os relatórios e as eventuais denúncias. Também têm por atribuição mobilizar as reuniões entre os vigilantes e levar suas informações para o restante da coletividade. Nesse sentido, eles atuam como porta-vozes e mobilizadores do grupo.

O grupo de vigilantes é respeitado em toda TI e seus coordenadores, considerados lideranças. Embora tenham o reconhecimento dos indígenas, o grupo de vigilantes passa por

dificuldades. As expedições mensais, que às vezes se estendem por até dez dias, privam as famílias de seus homens. Isso significa que as atividades produtivas desenvolvidas por eles ficam comprometidas, trazendo dificuldades para suas famílias. Segundo informações fornecidas pelos próprios vigilantes, a Funai contribuiu com uma ajuda de custo para suprir essas ausências. Todavia, tal custeio foi pago por apenas dois meses, deixando os vigilantes e suas famílias em dificuldades.

5.2 A primeira retomada³³

Durante uma expedição realizada em 2014, os vigilantes se deparam com uma exploração madeireira feita ilegalmente, em área parcialmente sobreposta à TI Maró, com várias árvores derrubadas dentro de seus limites. A primeira iniciativa dos vigilantes foi avisar as lideranças, que rapidamente mobilizaram suas aldeias. Dadá Borari narra assim o evento:

Quando nós chegamos para retomar lá o centro de apoio, antes os caras tava lá, né? A gente vinha lá, falava com eles. Aí quando foi nesse tempo, a gente veio lá, aí nós era um grupo de 17 pessoas. Aí nós chegamos lá, tinha 38 pessoas dele, lá. Eles tava cortando um manejo, aquele manejo lá. Tava fazendo os piquetes e fazendo o plaqueamento. Aí chegamos lá e eles estavam lá e eu falei com eles, eu e mais outros, meu vô Higino, aí, a gente chegou lá e eles perguntaram o que a gente queria: "Nós viemos pra cá, a casa aqui é nossa e a gente veio passar uns dias aqui". "Ah, mas agora a casa tá ocupada, estamos com 38 pessoas aqui. Nós estamos cortando o manejo aqui e tal. Tá ocupada a casa". Eu disse "não, a casa é nossa é nós vamos ficar aqui". Aí quando toda a turma chegou, chegou todo mundo, nós reunimos com ele. Aí nós falamos "olha, tem duas propostas: ou a gente faz outra casa aqui do lado e vocês ficam aqui ou então vocês vão embora". "Ah não, a gente tá fazendo o projeto, não dá pra sair". "Então é o seguinte, cara, já que vocês não querem sair, vocês tem que, nós varamos lá era duas horas da tarde, vocês tem até as 5 tarde para saírem daqui". Aí a gente, todo mundo chegou. Já fomos subindo, armando nossa rede do lado da deles e fomos deitando e fomos fazendo comida. Tirando uns pra caçar, outros ficaram lá. Aí eles viram que o negócio mesmo, eles começaram a desarmar todas as coisas deles. Organizar. Quando deu cinco horas da tarde eles embarcaram tudinho no caminhão, com as coisas deles tudinho. Ainda ficou um bocado de coisas deles lá. Eles só pediram pra gente não fazer nada com

33 As informações desse item foram obtidas através de entrevistas realizadas com os indígenas.

eles, nem com coisas que estavam lá. "Com as coisas que estão aqui e com vocês não vai ser feito nada não. Mas nós não queremos vocês aqui. Podem ir embora para outra casa, que aqui vocês não vão ficar". E ai eles falaram que iam falar pro gerente deles. Eu falei: "então pode falar pro gerente e diz pra eles virem aqui. Nós não vamos sair daqui não". Aí quando nós fizemos isso, desceu duas pessoas nossas pra aldeia, pra ir chamar mais gente. Aí quando foi no outro dia, chegou mais gente nossa. Aí nós já éramos 42 pessoas. Aí nós ficamos lá, ficamos 3 semanas. Direto. Os caras saíram no mesmo dia, vieram pra essa casa aqui da cabeceira do Arraia. Aí nós ficamos lá. Tinha poço de água, tudo tava funcionando, ainda tava com motor de luz. Nós pedimos para eles encherem a caixa da água de 5 mil litros. A água deu até na segunda semana. Depois nós viemos aí com eles: "olha, liga de novo o motor lá e enche a caixa".

Após a ocupação da casa, algumas lideranças se dirigem à Santarém com o propósito de mobilizar parceiros e apoiadores e levar a denúncia, elaborada pelos vigilantes, para a Funai e o Ibama. O objetivo da viagem era, ainda, fazer com que os parceiros participassem de uma possível reunião com os donos das madeireiras. Apenas um advogado da ONG Terra de Direitos se dispôs a acompanhar as lideranças e apoiar os indígenas na reunião.

De volta à casa ocupada, ao perceberem que a reunião não seria realizada no dia combinado, os indígenas fecham a estrada, impedindo o trânsito de maquinário e das carretas que transportavam a madeira retirada de outros planos de manejo, fora da TI. A condição para que a estrada fosse liberada era que os donos da madeireira se apresentassem à reunião. Aparentemente, nesse momento, a estratégia dos madeireiros era ganhar tempo e desgastar a mobilização indígena. No entanto, as circunstâncias não favoreceram os planos dos empresários. Duas comunidades vizinhas, onde as madeireiras tinham contrato de exploração madeireira e com as quais estavam inadimplentes também fecham a estrada. Também, o Ibama mostrou presença por meio de um helicóptero que sobrevoou a área comprovando a denúncia. Segundo Rodrigues, o resultado da vistoria foi a suspensão, pelo Ibama, de 13 planos de manejos sobrepostos à TI. Mesmo antes da reunião, os indígenas obtiveram uma grande vitória (RODRIGUES, 2016: 197).

Além da vitória obtida com a ação e da qual decorreu o embargo dos planos de manejo, a mobilização marcou o início da retirada dos madeireiros da TI. A ocupação da infraestrutura dos madeireiros e das áreas adjacentes, ainda sob controle dos madeireiros,

marca o início do que as lideranças viriam a chamar de *retomadas*. Elas são compreendidas como um processo complementar à *autodemarcação*. Conforme explicitarei no capítulo anterior, a *autodemarcação* não teve por objetivo recuperar as áreas invadidas pelos madeireiros. Esse viria a ser o objetivo das *retomadas*.

Ao conquistarem essa casa, uma das primeiras intervenções dos indígenas foi arrancar as placas que indicavam a pretensa propriedade da área em favor de uma madeireira. No lugar, foi colocada outra que indicava o destino que teria a construção: Centro de Apoio da Terra Indígena Maró. Por estar a cerca de 18 quilômetros da aldeia mais próxima, os indígenas claramente perceberam que, para além da ação de retomar, seria necessário dar uso e ocupar a estrutura. Após a *retomada*, o primeiro uso dado ao Centro de Apoio foi o de servir de base para as ações de vigilância. A partir de então, os vigilantes utilizam o Centro para dormir e comer. É dali que saem as expedições para os pontos específicos do território.

5.2.1 O centro de apoio e o fortalecimento da ocupação

Para compreendermos a estratégia de ocupação do Centro de Apoio, é necessário explicitar algumas informações. A casa *retomada* está localizada a cerca de um 1 km da intersecção entre o *ramal* da *autodemarcação* e a estrada utilizada pelos madeireiros. O Centro é, assim, um lugar estratégico para controlar o fluxo de veículos dentro da TI. Por outro lado, dificilmente o local se tornará uma ocupação permanente, já que não existe nenhum igarapé nas proximidades. Embora o Centro conte com um poço artesiano, parece que nenhuma família se dispõe a viver sem água corrente por perto.

O fato de ser uma zona estratégica e ao mesmo tempo não ser propícia a ocupação permanente fez com que os indígenas elaborassem diferentes formas de manter o Centro de Apoio ocupado. Nesse sentido, para além do apoio aos vigilantes, o Centro de Apoio está sendo transformado em um local para o desenvolvimento de diversas atividades escolares e de formação política. A perspectiva deles para o local, segundo Dadá Borari é a seguinte:

Nosso plano ali é formar um centro. Por isso a gente colocou "Centro de Apoio TI Maró". A nossa ideia é fazer um malocão ali do lado para área de estudo mesmo. Tem encontro indígena, tem encontro sobre legislação, educação, essas coisas. A

gente tendo um malocção com estrutura, com quadro, com as mesas, os bancos, tudo, pra servir de apoio, para o Centro de Formação ali. Então esse é o nosso objetivo daquela casa lá.

Mais do que um projeto, a transformação do Centro de Apoio em Centro de Formação já está em andamento. Mais do que uma estratégia de uso da estrutura, é uma proposta de retomada do território em diversos níveis. Transformar a área retomada em um espaço coletivo foi a saída encontrada pelos Borari e Arapium para fortalecer a ocupação da região.

Nesse sentido, nessa primeira área *retomada*, os indígenas começaram a organizar várias atividades de interesse coletivo. A primeira atividade dessas que tive notícias foi a *Vivência em Notório Saber e Nheegatú da Terra Indígena Maró*, realizada em 2015. Em 2017, foi realizada a terceira edição dessa atividade. A vivência, realizada sempre na semana de 7 de setembro, consiste em realizar as atividades escolares na Casa de Apoio e na mata ao seu redor. Centrada nessas duas disciplinas, a atividade tem um caráter interdisciplinar e visa tanto aprofundar o conhecimento dos alunos sobre a cultura indígena e língua nheengatu como, por outro lado, fortalecer o conhecimento e a relação com o território, principalmente com as crianças do ensino fundamental. Durante uma semana, os mais velhos, as lideranças, os vigilantes, os professores e alunos desenvolvem atividades que têm como espaço de aprendizado essa porção importante do território.

Acompanhei apenas a terceira edição da *vivência*. Nela, foi construído pelos professores de nheengatu e seus alunos das séries iniciais, um pequeno vocabulário da língua. Também foram feitas dramatizações a partir das histórias contadas pelos mais velhos, oficinas de *teçume*³⁴ de artefatos de palha e caminhadas monitoradas pelas matas. Essas caminhadas são guiadas pelos mais velhos que apresentam tanto elementos das paisagens, incluindo alguns locais de *moradas dos encantados* e técnicas de extração de alguns produtos florestais. Nessa vivência, os alunos tiveram demonstrações de como extrair a entrecasca do tauari³⁵ e o leite do amapá³⁶.

Ainda nessa edição da *vivência*, também foram realizadas duas formações. Uma delas,

34 *Teçume* é como os indígenas do baixo Tapajós se referem ao ato de confeccionar artefato de palha.

35 A entrecasca do tauari é utilizada na confecção de cigarros.

36 Além de um remédio para a *limpeza do estômago*, o leite do amapá, misturado com água, farinha, sal e, eventualmente, açúcar, é um alimento bastante valorizado pelos Borari e Arapium. Deve ser consumido de maneira comedida.

promovida pela Funai, visava trabalhar, com os professores, o método Paulo Freire em alfabetização e outra, voltada aos vigilantes, realizada pelo Grupo Vila Viva, focava aprimorar a técnica de registros audiovisuais. Por outro lado, também foi realizada, pelos vigilantes em conjunto com servidores da Funai (Coordenação Técnica Local do Baixo Tapajós) uma expedição de monitoramento territorial. Os resultados de todas essas atividades eram constantemente compartilhados entre todos os presentes.



Figura 14: Seu Higino (sacaca e cacique de Novo Lugar) contando histórias sobre a mata e a Curupira para as crianças, durante a IIIª Vivência de Nheengatu e Notório Saber. Além de aprenderem sobre a importância dos encantados, nessa atividade as crianças aprenderam também sobre algumas regras de conduta para caçarem. A história foi transformada em um texto e em uma dramatização. Foto: Giu Henriques.

Para além desses momentos de formação propriamente ditos, toda a vivência é construída de modo que todos os presentes, incluindo as crianças e os visitantes (indígenas ou

não), participem do dia-a-dia da gestão da atividade e do Centro de Apoio. Assim, logo após o ritual conduzido por seu Higino³⁷, todos os participantes foram divididos em grupos de trabalho. Um grupo tinha como tarefa construir um banheiro; outro grupo, instalar a bomba de água; outro grupo, cortar lenha, cozinhar e servir.



Figura 15: Ritual de abertura da IIIª Vivência em Nheegatu e Notório Saber. Após o ritual, foram escolhidas as turmas e o rodízio das turmas por cada atividade. Todo mundo passa por todos os setores. No segundo plano, vista parcial da casa do Centro de Apoio. Foto: Giu Henriques.

Logo no primeiro dia da atividade, uma caminhonete pertencente a uma empresa madeireira passou em alta velocidade pela estrada em frente ao Centro de Apoio. Esse fato fez com que, rapidamente, os vigilantes providenciassem materiais para montar duas pequenas barreiras removíveis na estrada. Um grupo de crianças os acompanhou à tarefa. A partir desse momento, bastava ouvirem barulho de um carro, para que vigilantes e crianças corressem para

³⁷ Como descrito no capítulo anterior, o ritual tem por objetivo invocar a proteção dos *encantados* e também fortalecer espiritualmente os participantes da atividade.

levantar as barreiras. A conversa com os ocupantes do veículo detido, normalmente, era no sentido de orientá-los a evitar passar por ali, já que se tratava de uma TI e, caso insistissem, ao menos que reduzissem a velocidade, a estrada seria interditada. As crianças acompanhavam atentamente toda a conversa.

O mesmo acontecia quando se tratava de uma carreta com madeira extraída fora da TI. As barreiras eram levantadas pelos vigilantes e pelas crianças. Nesse caso, o procedimento dos vigilantes era diferente. Enquanto um vigilante conversava com os ocupantes, outros dois faziam o registro fotográfico de identificação do caminhão e de sua carga³⁸. Como sempre, as crianças acompanhavam todos os movimentos.

Esses relatos buscam evidenciar um processo contínuo de aprendizagem durante a *vivência*. Não apenas do conteúdo escolar e conhecimentos práticos, mas também um conhecimento sobre a defesa do seu território e sobre o trabalho dos vigilantes. Aprendizado sentido e vivido no cotidiano das ameaças a seu território e modo de vida.

Essa atividade, e o envolvimento da escola nas atividades de proteção do território³⁹, são entendidas pelos indígenas como parte das ações de *retomada* do território. *Retomada* em relação aos madeireiros e *retomadas* das experiências, em particular, por parte das crianças, no território. Por outro lado, embora não vá me aprofundar nisso, são essas atividades envolvendo a escola que também são vistas como uma *retomada* da escola. *Retomada* no sentido de se apropriarem da escola, no sentido de a transformarem numa escola de fato diferenciada, a serviço da defesa do território. Como diz seu Higino: “sem território, não existe professor, não existe aluno, não existe escola”. Assim, da mesma forma, o projeto político-pedagógico da escola, atualmente em fase de construção, diz que dois dos objetivos da mesma são: “ser uma ferramenta de gestão territorial” e “formar novos vigilantes”.

Acompanhei outros dois eventos no Centro de Apoio. Um deles foi intercâmbio entre povos em luta por território na bacia do Tapajós, em fevereiro de 2017. O outro, em agosto do mesmo ano, foi uma formação de professores indígenas, com ênfase na revisão do Projeto Político-Pedagógico da escola. Abaixo descrevo sucintamente essas atividades, ressaltando os aspectos que, a meu ver, contribuem no processo de recuperação e manutenção dessa área

38 Como indicado anteriormente, esses dados são incorporados a um relatório e, depois, encaminhados para os órgãos públicos competentes.

39 No ano de 2016, os indígenas limpavam parcialmente uma das *picadas* da autodemarcação. Foram duas semanas acampados na *mata*. Durante as duas semanas, as aulas foram suspensas e alunas, professores e servidores da escola foram participar dos trabalhos.

retomada. Início com a descrição do intercâmbio.

Esse intercâmbio foi uma atividade desenvolvida no âmbito de um projeto cujo objetivo era a troca de experiências e o fortalecimento da articulação política entre povos em luta por seus territórios, principalmente através de ações diretas de autodemarcação e retomadas. Nesse intercâmbio, participaram, além dos moradores da TI Maró, quatro Munduruku do médio Tapajós, três Tupinambá do Tapajós e um representante dos ribeirinhos de Montanha e Mangabal. O projeto é fruto da percepção desses povos de que suas lutas não são isoladas e que através do fortalecimento de alianças suas lutas podem ser potencializadas.

Embora institucionalmente vinculado a uma organização não-indígena⁴⁰, as ações do projeto são decididas pelas lideranças indígenas e ribeirinhas, cabendo à organização apenas executar o que é decidido. Dessa forma, todas as atividades no âmbito desse intercâmbio foram definidas pelas lideranças da TI Maró. Eles optaram em realizar o intercâmbio na área retomada para apresentar o processo de autodemarcação, as experiências de vigilância e as *retomadas*. Foram realizadas rodas de conversa sobre as lutas de cada povo; uma oficina sobre vigilância comunitária, incluindo técnicas de elaboração de denúncias e de manuseio de GPS. Também ocorreram caçadas e troca de experiências sobre extração de seivas alimentares, como o leite do amapá e de cascas de plantas usadas como remédio, como a casca de preciosa. Ao final, propuseram como continuidade do projeto a realização de mais intercâmbios e a publicação de um livro, uma espécie de cartografia das autodemarcações.

Além das atividades planejadas, que por si só fortalecem a ocupação do território, o intercâmbio também foi uma demonstração de força política por parte dos indígenas. Durante o intercâmbio, quase todas as pessoas que passaram pela estrada pararam para perguntar o que estava acontecendo. Na maior parte do caso, eram pessoas da comunidade Fé em Deus, que normalmente utilizam a estrada para se deslocar durante suas caçadas no interior da TI⁴¹. Sempre bem tratadas, as perguntas eram respondidas individualmente, normalmente por algum vigilante e a pessoa seguia o seu caminho.

Procedimentos diferentes, no entanto, foram adotados quando passou em frente ao Centro de Apoio um proprietário de madeireira, acompanhado por um encarregado. De pronto, a liderança Dadá Borari organizou uma reunião entre os participantes do intercâmbio

40 Trata-se do Grupo de Ação Ambiental Vila Viva, organização sediada em Alter do Chão e da qual faço parte.

41 Sobre esse tema, importante para compreender a noção de limites estabelecidos na autodemarcação, voltarei no próximo capítulo.

e o proprietário da madeireira. A apresentação começou com este. O madeireiro enfatizou o respeito de sua empresa pelos direitos indígenas e que buscava estabelecer uma relação de respeito com seus vizinhos indígenas. Acabada a fala dele, seguia-se as dos convidados indígenas e ribeirinhos.

Eles basicamente destruíram a existência do pretense respeito alardeado pelo madeireiro. O cacique Tiago, Munduruku da aldeia Praia do Mangue, perguntou se ele havia pedido autorização às lideranças indígenas para entrar na TI. Diante da negativa, começou um discurso sobre as diferenças entre o que os indígenas fazem com a terra e aquilo que os madeireiros fazem. A principal diferenciação feita pelo cacique Munduruku foi o fato de que os madeireiros enxergam a natureza como fonte de dinheiro, enquanto os indígenas a concebem como algo que deve ser respeitado, porque está viva. Também explicou sobre os problemas enfrentados pelos Munduruku em seu território. Explicitou que ali, no Centro de Apoio, estavam povos de vários lugares com o objetivo de fortalecer as lutas pelos territórios em cada lugar.

Era nítido o incômodo do madeireiro e do encarregado ao ouvirem as falas. Em nenhum momento tentaram argumentar ou desconstruir as falas dos participantes do intercâmbio, adotando uma postura defensiva. Logo após as falas de todos, o madeireiro pediu licença, desejou um bom encontro, deixando o encarregado à disposição daquilo que fosse necessário para a realização do evento, e foi embora.

Mais significativo do que o silêncio do empresário, foi o comportamento das lideranças Borari e Arapium. Em nenhum momento essas pessoas se manifestaram para falar sobre a situação de conflito entre a TI Maró e os madeireiros. O evento, e também as falas dos convidados, era o recado que os Borari e Arapium queriam dar às madeireiras: quase uma centena de pessoas circulando por uma área potencialmente conflituosa, à beira de uma estrada utilizada para o escoamento de madeira, construindo alianças com outros povos e apoiados por um grupo significativo de não-indígenas⁴² foi, sem dúvida, uma demonstração de força.

O outro evento de que participei e que aqui comento brevemente foi o curso de formação de professores. Também institucionalmente ligado ao Grupo Vila Viva, o projeto foi

42 Além de mim, estavam presentes no intercâmbio um pesquisador galego vinculado à Unicamp e apoiador da autodemarcação tupinambá; uma pesquisadora francesa, apoiadora da autodemarcação de Montanha e Mangabal; uma agente do Cimi e; um professor do modular indígena.

desenhado junto aos Borari e Arapium e aos Maytapu de Pinhél. Baseado em quatro componentes⁴³, sendo o principal deles a elaboração de Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) específicos e diferenciados. Mais uma vez, as lideranças da TI Maró optaram por realizar a atividade no Centro de Apoio, cancelando todas as atividades que seriam realizadas pela escola. A elaboração de um PPP diferenciado faz parte da estratégia dos indígenas de *retomada da escola*.

Durante o encontro, mais uma vez, o mesmo proprietário da madeireira mencionado acima parou no Centro de Apoio. Dessa vez, acompanhado por um fiscal da Sema/PA. O tratamento que lhe foi dispensado também foi parecido. Dadá solicitou que o fiscal se apresentasse. Em seguida, algumas lideranças começaram a questionar o que o fiscal estava fazendo ali. O fiscal falou que estava avaliando a proposta de plano de manejo na região do baixo do curso do igarapé Cachimbo. Os indígenas, então, perguntaram se no licenciamento o requerente não teria que apontar por onde a madeira seria escoada. Diante de mais uma afirmativa, os indígenas passaram a questionar como que a Sema/PA pode autorizar um plano de manejo, cujo o escoamento se daria por dentro da TI. O fiscal foi evasivo e os indígenas começaram a questionar sobre os planos de manejo aprovados dentro da TI, mesmo após a publicação do RCID. Também questionaram o fato de a Sema/PA em nenhum momento realizar qualquer procedimento de consulta sobre os planos de manejo.

O fiscal pouco respondeu. Visivelmente constrangido, de maneira vaga, disse que encaminharia as denúncias feitas pelos indígenas aos seus superiores. O empresário nada respondeu aos indígenas. Mais uma vez, a conversa como um todo foi uma demonstração de força, dessa vez perante o representante do estado e também ao madeireiro. Esse ainda tentou levantar a possibilidade de uma negociação para garantir a passagem dos carregamentos de madeira, no que foi imediatamente interrompido.

A descrição dessas atividades teve por objetivo explicitar dois aspectos fundamentais para compreender as estratégias para a *retomada* dessa região, dada a impossibilidade de uma ocupação indígena permanente no Centro de Apoio, segundo os parâmetros da territorialidade dos Borari e Arapium⁴⁴. A partir dessa avaliação surgiu a ideia de fazer da casa retomada um Centro de Apoio, em um primeiro momento, às atividades de vigilância. Gradativamente,

43 Formação em legislação, elaboração de Projetos Políticos-Pedagógicos, intercâmbio de práticas escolares e acompanhamento docente.

44 Principalmente devido à inexistência de um igarapé próximo à área em questão.

especialmente a partir da Vivência de 2015, os indígenas passam a transformá-lo em um Centro de Formação. Esses dois usos, fortalecem a presença indígena na região. Esse é o primeiro aspecto a ser compreendido.

Esse fortalecimento, para além de um ato político de demonstração de força, tem aspectos que refletem fortemente no processo de territorialização presente, apontando possibilidades para o futuro. Um aspecto fundamental é a presença mais ou menos constante de jovens na região. Especialmente aqueles nascidos após a chegada dos madeireiros e o consequente afastamento dos indígenas na região. De fato, muito desses jovens não tinham a menor relação com essa porção do território antes da *retomada* e do início do desenvolvimento dessas atividades. A relação não é garantida apenas pela presença deles no território. A *vivência*, por exemplo, garante-se também pela realização de rituais, pela participação dos mais velhos nas atividades didáticas ou mesmo pelas *oficinas*⁴⁵ de caçada e sobre conhecimento sobre as plantas. Seja contando histórias ou monitorando caminhadas pelas matas, a *vivência* possibilita a transmissão de conhecimentos e práticas tradicionais, inclusive rituais, embora inseridos em contextos novos.

45 O termo *oficina* aqui aparece em itálico por ser entendido como uma leitura, feita pelo grupo, de uma atividade tradicional em um contexto novo. Quero dizer que, apesar de estarem inseridas nas *vivências*, essas atividades pouco diferem das expedições de caçada realizadas cotidianamente. Exceto talvez pela quantidade de pessoas.



Figura 16: Crianças participando de atividade no Centro de Apoio. As vivências possibilitaram acesso à áreas retomadas do território que normalmente as crianças no visitam. Foto: Giu Henriques.

O segundo aspecto desse tipo de ação, profundamente relacionado com o primeiro, é o envolvimento da escola da TI Maró nessas ações de *retomada* e de ocupação das áreas *retomadas*. Se por um lado, é esse envolvimento que permite a participação constante dos jovens nas ações relacionadas à defesa do território, por outro, esse envolvimento fortalece o processo de *retomada* da escola. Por outro lado, o movimento indígena local utiliza-se da formalidade da escola perante o estado e a outros setores da sociedade para legitimar as *retomadas*, e minimizando o risco de perseguição individual contra lideranças. Essa é a interpretação de algumas lideranças sobre o processo.

Apesar dos avanços descritos aqui, a TI Maró continua a ter flancos expostos a invasões. As próprias lideranças sabem que não é possível garantir a integridade da área enquanto a estrada que corta a TI estiver operante e sem vigilância constante. A estrada é usada cotidianamente por pessoas ligadas às madeiras⁴⁶ e pelos vizinhos da TI,

46 Em todas as quatro vezes que estive no Centro de Apoio, encontramos pessoas ligadas às madeiras.

especialmente aqueles da comunidade de Fé em Deus⁴⁷. A questão que as lideranças colocam é que o fechamento da estrada depende de conseguirem manter sua ocupação permanente ao seu redor. O único local, às margens da estrada, capaz de suportar uma ocupação permanente dos Borari e Arapium é a região das cabeceiras do Arraia, pela existência de um igarapé. Por esse motivo, depois da *retomada* e a consolidação da ocupação no Centro de Apoio, as lideranças começaram a articular a *retomada* das cabeceiras do Arraia e da casa que existe lá.

As informações que apresentei até aqui, ao falar sobre a *retomada* do Centro de Apoio, foram obtidas principalmente através da minha participação nas atividades descritas e em conversas com os protagonistas, usualmente registradas em caderno de campo. No entanto, ainda no primeiro campo, registrei em áudio uma conversa com Dadá sobre as *retomadas*. Durante esse campo, acompanhei uma expedição de monitoramento, organizada pelos vigilantes. Como ocasionalmente ocorre, Dadá havia acompanhado a expedição com sua moto, a fim de apoiar de moto o transporte dos equipamentos e da parte da alimentação que levávamos. A primeira coisa a que fui convidado a fazer, foi conhecer o perímetro da TI, de moto. Quando voltávamos para o Centro de Apoio, paramos nas cabeceiras do Arraia e, em seguida na cabeceira da Raposa. Foi lá que escutei pela primeira vez sobre as *retomadas*, os planos e as táticas a serem utilizadas:

Então, essa retomada aí ela vai iniciar de 5 de setembro, de 5 a 9 [de 2016]. A gente, por devido o processo tá rolando, e aqui da terra indígena eu to respondendo 8 processos por conta da Rondonbel e um dos processos ele diz o seguinte: que eu enquanto um dos réus eu não posso, por ordem judicial, eu não poderia fazer, coordenar nem uma ação, como se fosse só eu que tivesse coordenando, nenhuma ação contra os madeireiros⁴⁸. Então pra não ficar uma coisa clara que é uma ação coordenada por mim, a gente envolveu a escola. E o fato bom de envolver a escola é que a gente vai trazer os alunos e mostrar para os alunos que a terra é deles, né? Que eles precisam fazer parte dessa história e que a retomada não é uma retomada brusca. É uma retomada envolvendo a educação, é a gente ocupando, estudando, dando aula. E tomando, quer dizer, buscando aquilo que é nosso, né? Porque na verdade a gente não vai tomar, a gente só vai buscar aquilo que é nosso. Tá dentro da nossa área, é nosso. Então bora ocupar. Tá sem ocupar, então bora ocupar elas. Só que isso agora.

47 Não existe nenhuma equivalência entre a relação dos indígenas da TI Maró com as pessoas da comunidade Fé em Deus e com aquelas ligadas aos madeireiros. Voltarei a isso no último capítulo.

48 Nesse trecho, Dadá se refere aos processos nos quais era acusado de ser um dos responsáveis pela queimas das balsas da empresa Rondonbel, no bloqueio realizado no rio Arapiuns, em 2009. Todas as lideranças acusadas foram absolvidas das acusações em 2017.

Mais daqui mais dias a gente vai fazer a retomada mesmo pra ocupar ela de vez. Só que enquanto a gente não tiver transporte, fica isso...

Felipe: quais vão ser as atividades?

Dadá: Olha, as atividades aí vão ser atividades de nheengatu, de notório saber, e a prática de fazer artesanato, colar, pulseira, os brincos, teçumes, isso na disciplina de nheengatu, né? Na disciplina de notório saber vai ser fazer a identificação da área, das árvores, dos igarapés, tudo na língua nheengatu. Fazer o plaqueamento [do limite da TI]. E o outro tema, ou seja, mostrar para os alunos todo espaço da terra indígena Maró. Então a gente vai mostrar desde onde inicia até onde vai a terra indígena Maró, para os alunos.

Felipe: vai fazer a volta no limite?

Dadá: vamos fazer o rodízio, o percurso dela todinho.

Felipe: boa parte dos alunos ainda não fez esse percurso?

Dadá: não, eles não sabem. Não sabem. Então nós precisamos mostrar para eles isso. Tanto os alunos como os professores.

Felipe: os professores também não conhecem?

Dadá: nem todos. Direção de escola, que não conhece. Então nós precisamos passar isso pra eles.

Embora já tenha anteriormente analisado vários pontos citados por Dadá, incluindo a importância da inclusão da escola na luta pelo território, quero destacar um aspecto abordado apenas de passagem acima. Dadá chama a atenção para o fato de envolver a escola como uma maneira de evitar a criminalização dele e, eventualmente, de outras lideranças. Nesse sentido, envolver a escola funcionaria como uma declaração pública do caráter coletivo das *retomadas* e não da ação individual de algumas lideranças. Por outro lado, ao envolver a escola, as ações em defesa do território tornam-se pauta em todas as esferas da instituição. Além disso, com a inserção da escola na luta pelo território, essa passa a ter mais um ator envolvido nos

processos decisórios. Por mais que a direção da escola não se oponha às decisões tomadas pelas lideranças, é necessário que a discussão chegue aos pais, para informá-los e convidá-los para as atividades nas quais a escola participa. Isso acaba contribuindo para aumentar a capilaridade da discussão sobre o território.

Pode parecer que estou sobrevalorizando a importância desse aspecto. No entanto, em minha convivência no Maró conheci dois pais de alunos que estavam indo pela primeira vez nas áreas retomadas, para acompanhar seus filhos na III Vivência.

5.3 A retomada da Casa do Arraia

Depois dessa digressão, volto à trajetória da retomada cabeceira do Arraia. A avaliação das lideranças sobre as *vivências* foram positivas a ponto de, durante o ano de 2016 e 2017, pensarem em usá-la como tática para a *retomada* da casa localizada nas cabeceiras do igarapé da Arraia. No entanto, devido a outras agendas e à necessidade de fortalecer a ocupação do Centro de Apoio, optaram por realizar as *vivências* nesse local. Nesse meio tempo, surgiu a necessidade de realizar eleições para reativar o Conselho Intercomunitário Indígena Arapium e Borari (Coiab). Avaliando a necessidade de realizar a assembleia e *retomar* a cabeceira do Arraia, decidiram por unir as duas atividades. A assembleia foi marcada para 25 de dezembro de 2017, dia de quase nenhum movimento na estrada. A casa foi *retomada* sem maiores dificuldades. Logo na sequência, na última semana de janeiro, foram confeccionadas as placas identificando os limites da TI naquela região.



Figura 17: Casa construída por madeira na cabeceira do igarapé Arraia. Retomada em dezembro de 2017. Foto: Luiz Felipe Garcia.

A casa da cabeceira do Arraia, possivelmente terá um uso diferente do Centro de Apoio. Por ser próxima ao igarapé, as lideranças vislumbram a possibilidade de reocupá-la com habitações de maneira permanente. Assim explica Dadá:

A ideia é fazer mesma coisa. Com essa aqui da cabeceira do Arraia é a gente retomar é formar uma colônia aí. Uma colônia, botar roçado, plantio. Até porque fica perto da água, né? No igarapé aí. E cultiva essa cabeceira do igarapé aí. Aí a gente vai ver daqui pra frente, porque as novas famílias que estão vindo aqui, eles têm com ideias de formar colônias aqui. E isso a gente não conseguiu fazer isso por conta do transporte que nós não temos. Se nós tivéssemos transporte já estavam ocupadas as três casas, aqui do fundo da TI e essas três casas já estavam com colônia aí. Que a gente trabalhava a semana toda e final de semana a gente descia pra aldeia. Mas enquanto nós não temos transporte nós ainda fica...

A ideia de fazer uma *colônia* nas cabeceiras do Arraia e garantir uma ocupação permanente é a melhor possibilidade de controlar a estrada. A intersecção da estrada que corta a TI com a aquela que liga ao porto em Cachoeira do Aruã está localizada a poucos quilômetros da cabeceira do Arraia. Os indígenas chamam esse encontro de *bico da terra*

indígena. No entanto, para essa ocupação permanente de fato acontecer, existe a avaliação que é necessário um meio de transporte, conforme aparece no trecho transcrito. Em outras conversas, ouvi sobre a necessidade de um equipamento de radiofonia. De qualquer forma, o processo de *retomada* continua avançando e abrindo novas possibilidades de vida na TI Maró.

5.4 Autodemarcação e *retomadas* como fortalecimento da territorialidade

O processo de *autodemarcação* possibilitou aos indígenas um primeiro momento de fortalecimento de partes de seu território que, no momento, estavam em posse das madeiras. O processo de *retomada* abriu novas possibilidades de territorialização, com a perspectiva de criação de novos assentamentos permanentes em áreas que já haviam sido ocupadas pelos Borari e Arapium. Como indiquei acima, a partir de meados do século XX os indígenas do Maró passaram, gradativamente, de uma ocupação territorial que alternava períodos no *centro da mata* e períodos nas margens do Maró para uma ocupação mais na *beira*. Embora o *centro da mata* continuasse sendo um local de caçada, extração de recursos e de lar dos *encantados*, a ocupação no *centro da mata* foi se tornando mais esparsa e eventual⁴⁹. Isso não significa que a região foi abandonada ou que tenha perdido sua importância histórica e simbólica para os indígenas. Dito de outra forma, a área jamais deixou de ser fundamental para a “reprodução física e cultural do grupo”, em que pese a oscilação da presença física do grupo nela. Muito pelo contrário.

Com sua chegada, as empresas passaram a expropriar, aos indígenas, as áreas de floresta de terra firme localizadas no território tradicional Borari e Arapium. O processo de *autodemarcação* e as *retomadas* surgiram como resposta a essa expropriação. No entanto, a resistência à expropriação territorial tem fomentado possibilidades de retomada de padrões de ocupação mais condizentes com a territorialidade do grupo, embora também reelaborados a partir do atual contexto e da própria luta contra a expropriação. Aqui penso especificamente na possibilidade de reocupação das áreas próximas às cabeceiras dos igarapés, (re)inauguradas a partir da *autodemarcação* e, principalmente, das *retomadas*. Dito de outra forma, as *retomadas* se tornaram mobilizadoras de um padrão de ocupação territorial que

⁴⁹ Uma das questões que fugiu ao escopo desta pesquisa é atinente à relação desse movimento de abandono das atividades extrativistas no *centro da mata* (leite da maçaranduba e peles de animais) com a decadência do mercado desses produtos.

remete, de maneira atualizada, a um período anterior à criação das comunidades e remete ao histórico de territorialização brevemente descrito no capítulo 3. Se esse assentamento do Arraia se estabelecer, pode ser um marco importante na recuperação de um padrão de mobilidade que alterna períodos na *beira* do Maró e no *centro da mata*.

Não argumento, aqui, que essa referência à territorialidade do grupo esteja sendo vivida de maneira idêntica. Observei que o grupo vai buscar nessa territorialidade que lhe é própria as referências para reocupar o espaço. Essa nova fase de territorialização incorpora novas ferramentas e também está informada pelo contexto de conflitos e novas necessidades. Como já mencionado, a existência de transporte e de uma escola, são considerados fundamentais para que esse projeto se realize.

Esse processo de retomada de porções do território que foram perdidos ou tiveram seu uso modificado em função de conflitos territoriais e/ou de uma ação estatal comumente engendram um processo de reterritorialização que remontam à padrões tradicionais de ocupação territoriais, transmitidos através das gerações. É importante aqui ressaltar que o adjetivo tradicional não implica dizer que o movimento e a forma de ocupação seja idênticos àqueles do passado, já que são também informados por novos contextos e elementos. O tradicional aqui se refere muito mais à articulação desses contextos e elementos em uma lógica indígena dinâmica. Esse processo é comum a vários povos. A seguir, farei um breve balanço de outros povos que passaram por diferentes processos de recuperação de territórios tradicionais, cotejando com o processo vivenciado pelos indígenas do Maró.

6 SOBRE AUTODEMARCAÇÕES E RETOMADAS: ARTICULANDO CONCEITOS E PRÁTICAS

Este capítulo tem por objetivo tecer considerações sobre o processo de autodemarcação e as retomadas na TI Maró, indicando reflexões e comparações com outros processos semelhantes. Espero, aqui, contribuir para o entendimento das recentes estratégias de luta indígena por seus territórios, através das *autodemarcações* e das *retomadas*. Também pretendo discutir como essas iniciativas operam articulando elementos próprios da territorialidade indígenas e também de seus processos de territorializações, tais como discutidos nesse trabalho. Também aqui, essa pesquisa pretende, em diálogo com a bibliografia disponível sobre situações análogas, indicar possibilidades de compreensão.

6.1 Sobre a mobilização e o papel das lideranças

Desde a década de 1990, tempos da articulação do movimento indígena do baixo Tapajós e da criação da Resex, as comunidades da região, indígenas ou não, tinha clareza de que as formas tradicionais de territorialização não eram capazes de fazer frente ao processo de expansão do capital na região, materializado aqui na invasão das madeiras. No caso dos indígenas do Maró, não foi diferente. A própria necessidade de estabelecer um território circunscrito por limites fisicamente estabelecidos é uma das manifestações dessa avaliação. Muitas vezes ouvi frases que evidenciavam essa consciência, como a de Rosi Borari, vice coordenador dos vigilantes:

a gente de primeiro não precisava ter essas coisas. Negócio de limitação da terra. Então quando os madeiros entraram aí pra dentro da mata, aqui atrás, a gente se preocupou muito, porque onde madeira entra, ela não vai respeitando a terra que é indígena. Porque as vezes ela fala assim, que ela não sabia, né? Ela entrou lá e não sabia que era terra indígena. Então foi por isso que a gente se preocupou de cortar o pico e correr atrás da Funai pra ela reconhecer a terra.

Esse movimento de luta pelo reconhecimento aos direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas tem raízes nos anos 1970 e veio acompanhado de novas formas de organização política. Talvez a realização das assembleias regionais e locais seja a melhor expressão desse processo. Isso, no entanto, não significa que as novas formas de organização tenham suplantado as formas tradicionais de discussão e articulação política. Quando Dadá, ao explicar para os Munduruku do médio Tapajós e para os Tupinambá das vizinhanças, fala sobre a necessidade de realizar visitas de casa em casa, “na hora do café” para conversar “olho no olho” “com aquele parceiro que não quer ir comigo”, ele está na busca de construir o consenso em torno da questão.

Como comentado acima, em 2017 acompanhei duas mobilizações, uma para o intercâmbio sobre lutas territoriais e, a outra, para a III Vivência de Notório Saber e Nheengatu. Conversava-se sobre tudo: sobre a família, casos de doenças, caçadas, sucessos ou fracassos das plantações, entre outros assuntos do cotidiano. As políticas do momento também eram abordadas, mais como uma troca de impressões e posicionamentos do que como uma tentativa de convencimento. Assim, quando chegavam os momentos das assembleias, as pessoas já conheciam e haviam discutido sobre sua pauta.

Essa dinâmica é muito parecida com aquela descrita entre os *coletivos* quilombolas de Oriximiná por Júlia Frajtag Saúma. Segundo ela,

as visitas marcam o dia a dia de todos os quilombolas – normalmente ocorrendo no final da tarde, quando todos já realizaram o seu trabalho nas roças ou suas atividades domiciliares – e são momentos importantes para a troca de informações, favores e para organizar o trabalho coletivo. O *pensamento de cada um* também é fundamental durante essas visitas, que são usadas por articuladores dos *movimentos* e os chefes de família para enunciar as suas opiniões de forma calma e clara, tirar dúvidas e encontrar o consenso entre eles aos poucos. A partir dessas visitas, os chefes de família decidirão como agir nas reuniões coletivas e aqueles que têm filhos mais velhos, com suas próprias famílias, conversarão com os mesmos, aconselhando-os a agir da mesma forma, mas também nunca coagindo-os. Esse é o processo a partir do qual os *coletivos* constroem os consensos que são votados por unanimidade das reuniões coletivas. (SAÚMA, 2015: 242-243)

No caso dos quilombolas, que a autora denomina como “consenso unânime”, as

assembleias ou reuniões coletivas seriam o ápice desse processo. Nelas, o consenso produzido ao longo do processo tem a sua culminância, com as propostas sendo aprovadas por unanimidade. Não acompanhei nenhuma assembleia na TI Maró, todavia, nas reuniões que participei, observei o mesmo procedimento. As lideranças, nesses momentos de tomada de decisão coletiva, “ênfatizam importância de todos se manifestarem, e se colocavam de forma a não demonstrar qualquer posicionamento próprio” (SAÚMA, *op. cit.*: 243). Essa “diminuição da posição política” (*idem, ibidem*) das lideranças é claramente presente nas reuniões coletivas do Maró.

Nesse ponto, é interessante retomar uma das atribuições da chefia indígena presentes na obra de Pierre Clastres. Para o autor, a chefia indígena só é seguida em seu desejo de guerra⁵⁰, se esse for também o desejo de seu grupo. Senão for, o grupo simplesmente deixaria de segui-lo (CLASTRES, 2003; pág. 226). Magnus Course, em uma leitura da sociedade mapuche contemporânea, inspirado pelo conceito de chefia de Clastres, relata que os chefes têm a atribuição de produzir consenso. O consenso, entre os Mapuche, é atingido em reuniões, onde “em nenhum momento o chefe toma qualquer decisão executiva, tampouco tenta impor sua vontade sobre os outros ou coagi-los: como “face” (*ad*) do consenso, ele é simplesmente o canal da vontade das pessoas” (COURSE, 2011; pág. 801).

Os exemplos etnográficos aqui apresentados são mobilizados no sentido de corroborar a tese de que as novas formas de organização política surgidas não substituíram as antigas. No caso do da TI Maró, parece que os indígenas acomodaram esses novos espaços políticos em antigas formas de discussão política e da instituição da chefia.

6.2 Os limites e a permeabilidade das fronteiras

A consequência mais concreta do processo de autodemarcação foi o estabelecimento de limites territoriais fixos. Nesse momento, e nem era esse o objetivo, os limites não garantiram o uso exclusivo dos recursos da área delimitada. No entanto, a ação direta constituiu um

⁵⁰ A referência à guerra aqui não é ocasional. No entanto, tratar a autodemarcação à luz das discussões sobre a guerra ameríndia extrapola os objetivos dessa dissertação. Para isso, ver a dissertação de mestrado de Luísa Molina.

primeiro enfrentamento com relação aos madeireiros. A autodemarcação foi uma contestação a essa invasão e, ao mesmo tempo, afirmação e reconstrução da territorialidade Borari e Arapium.

Por paradoxal que possa parecer um grupo usar de instrumentos de ordenamento territorial de uma sociedade capitalista-estatal para garantir a continuidade de seu uso costumeiro da terra, o processo é bem mais complexo que isso. Ao demarcar sua terra indígena, os Borari e Arapium não adotaram critérios técnicos, plasmados em RCID. Pelo contrário, os critérios que nortearam a eleição da área a ser demarcada são indígenas. Neles se entrecruzam elementos históricos, cosmológicos, de parentesco e políticos.

Autodemarcar uma TI é uma operação que passa por estabelecer outra relação com a terra. Quantifica-se, estabelecem-se limites. No entanto, a experiência da autodemarcação não se encerra aí. Falando sobre a experiência de autodemarcação dos Munduruku, Luísa Molina diz que “lança-se mão de um aparato tão alienígena quando os procedimentos que materializam as fronteiras da TI com picadas e placas para garantir a vida daquilo que até então persistira predominantemente em experiências outras, intensivas, de limite” (MOLINA, 2017; pág. 96).

No caso da TI Maró, boa parte dos limites demarcados são antigos caminhos. No processo de autodemarcação, a reabertura desses caminhos significou também a reabertura para a história do território. Isso é sempre lembrado pelos indígenas quando vão descrever o processo de autodemarcação. Como já dito, o território possui marcas da história do grupo. Ao reabrir os caminhos, agora também limites, permite aos atores de processo se aproximarem da experiência dos antepassados. Isso permitiu, especialmente aos jovens, se (re)apropriarem fisicamente do território, mas também das narrativas e do conhecimento sobre o mesmo. Isso remete ao diálogo entre duas lideranças Wajãpi falando sobre o processo de demarcação participativa de sua TI:

- Foi bom, porque os jovens conheceram os limites.
- Não fizemos a demarcação à toa. Conhecendo, os netos sempre voltarão aos lugares que eles percorreram comigo, para saber se algum invasor está entrando.
- Assim está certo ! (Gallois, 2011: 51)

Pude observar esse mesmo processo como colaborador na autodemarcação Munduruku. Os acampamentos eram momentos ricos, onde se contavam as histórias, discutiam-se sobre as características da região. No caso de lugares sagrados, se remetiam às narrativas sobre o local. Nesse sentido, os processos de *autodemarcação* são muito mais complexos do que apenas uma forma de exercer pressão junto ao estado, como formula Lino Neves (2012, *apud* Molina, 2017: pág. 70).

Embora busquem estabelecer limites, temos que lembrar que esses limites não são absolutos, irreversíveis e impermeáveis. Eles delimitam uma área onde certas concepções práticas em relação ao espaço/natureza não são permitidas. Essas práticas territoriais ofendem os *encantados* e, portanto, também a territorialidade do grupo. Aqui, lanço a ideia dos limites sendo “fronteiras seletivamente permeáveis” (GALLOIS, 2004: 4). É importante ressaltar que todo grupo, ao se territorializar, estabelece fronteiras. Mesmo que essas não se materializem em limites territoriais fixos. No caso do processo de luta territorial dos indígenas do Maró é possível fazer uma breve história dos limites estabelecidos e sua seletividade.

Como já exposto, em um primeiro momento, entre a autodemarcação (2007) e o início das retomadas (2014), o estabelecimento dos limites não implicou, de fato, uma restrição à atividade madeireira na TI. Na prática, ela funcionou como uma demonstração de força e estabeleceu fisicamente uma diferenciação entre as terras de outras comunidades, abertas à parceria com as madeireiras. Mesmo não fechando o território nem para os comunitários nem para as madeireiras, a *autodemarcação* delimitou claramente os campos em luta: por um lado os indígenas do Maró, de outro, as madeireiras e as comunidades sob sua influência. Essa delimitação, e a tensão produzida a partir dela, teve como efeito um incremento da pressão sobre a Funai para criar o GT e iniciar o reconhecimento dos direitos territoriais dos Borari e Arapium.

Após 2014, como mostrei no capítulo anterior, houve uma mudança em relação à seletividade dos limites. Os indígenas passam a retomar as partes do território até então ocupadas pelos madeireiros. As *retomadas* atingiram a culminância em dezembro de 2017, quando a última área ainda com ocupação permanente dos madeireiros é *retomada*. Nesse sentido, entre 2014 e 2017, podemos considerar que as fronteiras estabelecidas durante a *autodemarcação* tornam-se menos permeáveis aos madeireiros, excluindo a realização de suas atividades dentro da TI.

Por outro lado, há uma reaproximação em relação aos comunitários de Fé em Deus. Se no momento da *autodemarcação*, o conflito quase descambou em confronto físico, durante os trabalhos de campos para a realização do mestrado pude perceber o reestabelecimento de uma relação cordial entre os indígenas e os vizinhos ribeirinhos. De acordo com os indígenas, essa aproximação se deu após a percepção pelos moradores de Fé em Deus, de que a parceria com as madeireiras teria sido desvantajosa para eles. A drástica redução da caça na área do

assentamento de Fé em Deus fez com que esses comunitários passassem a utilizar a TI para suprir sua demanda. Alguns indígenas se incomodam com o fato, outros não. Por outro lado, os indígenas passaram a utilizar livremente a estrada da comunidade, aberta pelas madeiras, para se deslocarem até o Centro de Apoio, principalmente em ações maiores onde é necessário o apoio de moto ou carro.

O ápice dessa aproximação se deu no verão de 2016. Diante da necessidade de limpar a *picada* da *autodemarkação*, os indígenas realizaram uma reunião com as lideranças da comunidade Fé em Deus para comunicarem o início dos trabalhos. Dessa reunião resultou que as lideranças comunitárias decidiram apoiar o trabalho de limpeza. O trabalho conjunto no limite físico entre as duas terras foi considerado pelos indígenas como um marco na reaproximação com os parentes da comunidade Fé em Deus. Na verdade, com a atenuação dos conflitos, as relações de parentesco entre eles parecem ter se fortalecido no cotidiano.

6.3 Encantados e luta por território

Outro aspecto que a ser destacado nesse momento é a relação dos *encantados* com o processo de luta territorial. Evidenciei aqui a construção de acordos entre indígenas e *encantados* para a proteção de um território percebido como compartilhado. Longe de ser um caso isolado, existem relatos de processos semelhantes em outros processos de luta territorial. Aqui, restringirei o diálogo aos trabalhos de Alarcon (2014) e Benites (2014).

Para os Tupinambá de Olivença, de acordo com Alarcon,

[...] os *encantados* são os verdadeiros *donos* da Terra, na qual os indígenas estavam autorizados a viver e da qual estavam destinados a cuidar. Decorria daí uma característica fundamental da relação entre índios e território, expressa no par de conceitos zelar/controlar. Aos índios era permitido, pelos encantados, empreender alterações no ambiente. Poderiam, por exemplo, suavizar ladeiras muito íngremes, para proporcionar mais segurança no deslocamento dos estudantes, ou encanar a água proveniente de fontes, valendo-se da gravidade ou de bombas, para abastecimento doméstico. Deveriam, sobretudo, zelar o território, isto é, protegê-lo, cuidá-lo, defendê-lo. (ALARCON, 2014: 193)

Lembremos que para os Borari e Arapium, o território é compartilhado entre eles e os *encantados*. Apesar desse compartilhamento, os indígenas estão submetidos a certas regras de uso dos recursos que são colocadas por esses seres. No Maró, como entre os Tupinambá, os indígenas devem “zelar o território”. Para os Tupinambá, a degradação das condições ambientais de sua terra, intimamente relacionada às invasões promovidas pode levar a um “recuo” ou mesmo ao desaparecimento desses seres (*idem*: 109). O mesmo processo ocorre

no Maró, onde os *donos* de floresta afetadas pela ação dos madeireiros também abandonaram seus locais. Segundo Dadá, o *dono do baixão* do Arraia não mora mais lá, graças à degradação causada pelos madeireiros.

Nesse sentido, parece lógico que em um contexto de luta pela terra os *encantados* tivessem, nas interpretações indígenas, um papel. Isso é verdadeiro tanto nos processos de retomadas dos Guarani Kaiowá e dos Tupinambá da Serra do Padeiro, quanto para a *autodemarkação* dos Borari e Arapium. Já descrevi a intervenção desses seres na *autodemarkação* no Maró. Agora apontarei algumas semelhanças e afastamentos em relação aos outros casos citados.

Entre os Tupinambá, os *encantados* têm protagonismo explícito nas *retomadas*.

Contemporaneamente, os indígenas solicitam a intervenção dessas entidades por ocasião de retomadas, ações de protesto, reuniões e também ao sofrerem repressão [...]. Ou, ainda, pode-se pensar que os encantados convocam os indígenas a agir. (ALARCON, 2014: 227-228)

Alarcon (2014) descreve vários momentos da intervenção ativa dos *encantados* em momentos de conflito, protegendo os indígenas, prescrevendo táticas para evitar os inimigos e inclusive atuando em momentos de conflitos, favorecendo os indígenas frente aos fazendeiros ou às forças da repressão. Alarcon reproduz uma frase do cacique Babau que, talvez, seja uma boa síntese da presença dos *encantados* no contexto das *retomadas*. Segundo a liderança, os Tupinambá atuam “preparados intelectualmente pelos encantados” (*idem*: 227).

Nesse momento, insiro a discussão proposta por Benites (2014) sobre as táticas e estratégias utilizadas pelos Guarani-Kaiowá nas *retomadas* de porções de seus territórios. Segundo o autor, “as táticas de reocupação e retomada dos territórios tradicionais (*Jeike Jey*) são discutidas e deliberadas amplamente pelas lideranças religiosas e políticas organizadas através do Aty e Jeroky Guasu” (BENITES, 2014: 4). Enquanto os *Aty Guasu* são as grandes assembleias do povo, onde são tomadas as principais decisões políticas, incluindo as retomadas. Os *Jeroky Guasu* são grandes rituais, onde deuses e guardiões são invocados para aconselhar os indígenas em suas questões. Nesses encontros “que emerge a força para lutar e que se elaboram as táticas e as estratégias para reocupar, retomar e recuperar os territórios tradicionais perdidos” (*idem, ibidem*).

As lideranças religiosas explicam que esses momentos são importantes para estabelecer o diálogo com os guardiões dos *tekoha* dos Guarani-Kaiowá. Além disso, todas as pessoas da linha de frente das *retomadas* passam por esses rituais, obrigatoriamente (*idem*: 6). O mesmo vale para os Tupinambá da Serra do Padeiro, que “solicitam a intervenção dessas entidades por ocasião de retomadas, ações de protesto, reuniões e também ao sofrerem repressão (ALARCON, *op.cit.*). No mesmo sentido, como relatei acima, os Borari e Arapium, realizam rituais sempre que vão desenvolver alguma atividade relacionada à defesa do seu

território.

O objetivo até aqui foi refletir o processo de *autodemarkação* como um encontro entre processos e critérios estatais, não-indígenas e nativos de produzir um território. Também procurei mostrar as articulações desse encontro e como indígenas se utilizam das formas estatais para garantir a continuidade de seus modos de vida. Acompanhando a reflexão de Molina (2017: 70), mais do que um mero instrumento de pressão, o processo de autodemarkação pode ser compreendido em um sentido mais amplo, já que mesmo dialogando com formas estatais, o próprio processo (re)articula modos e narrativas tradicionais do fazer política, enquanto percorre o território a ser autodemarkado.

A emergência, nessa altura do texto, das *retomadas* não se dá por acaso. Além de aspectos bastantes semelhantes em suas formas, estratégias e demandas, na TI Maró, os indígenas realizaram, em momentos diferentes, os dois processos. Se autodemarkação foi um momento de afirmar seu território e confrontar a ação expropriatória dos madeireiros, como parte da estratégia de garantir seu território e modo de vida, as retomadas foram o momento de efetivamente reconquistar seus territórios.

6.4 Autodemarkação, retomadas e vigilância: atualizando padrões tradicionais de ocupação do território

A *autodemarkação* possibilitou aos indígenas um primeiro momento de fortalecimento político e empoderamento sobre partes de seu território que, até então, estavam sob o controle das madeiras. Já as *retomadas* abriram novas possibilidades de territorialização, com a perspectiva de criação de novos assentamentos permanentes em áreas que já haviam sido ocupadas pelos Borari e Arapium. Como indiquei acima, a partir de meados do século XX os indígenas do Maró passaram, gradativamente, de uma ocupação territorial que alternava períodos no *centro da mata* e períodos nas margens do Maró para uma ocupação mais na *beira*. Embora o *centro da mata* continuasse sendo um local de caçada, extração de recursos e de lar dos *encantados*, a ocupação no *centro da mata* foi se tornando mais esparsa e eventual⁵¹. Isso não significa que a região foi abandonada ou que tenha perdido sua importância histórica e simbólica para os indígenas. Dito de outra forma, a área jamais deixou

51 Uma das questões que essa pesquisa não procurou responder é a relação desse movimento de abandono das atividades extrativistas no *centro da mata* (leite da maçaranduba e peles de animais) com a decadência do mercado desses produtos.

de ser fundamental para a “reprodução física e cultural do grupo”. Muito pelo contrário.

Com a chegada das empresas madeireiras, houve uma tentativa de expropriar as áreas de floresta de terra firme localizadas no território tradicional Borari e Arapium. O processo de autodemarcação e as retomadas surgiram como resposta a essa expropriação. No entanto, a resistência à expropriação territorial tem fomentado possibilidades de retomada de padrões de ocupação territorial mais condizentes com a territorialidade do grupo. Aqui penso especificamente na possibilidade de reocupação das áreas próximas às cabeceiras dos igarapés, (re)inauguradas a partir da autodemarcação e, principalmente, das *retomadas*. Dito de outra forma, as *retomadas* se tornaram mobilizadoras de um padrão de ocupação territorial que remete a um período anterior à criação das comunidades e remete ao histórico de territorialização brevemente descrito no capítulo três. Se esse assentamento do Arraia vier realmente a ser estabelecido, pode ser um marco importante na recuperação de um padrão de mobilidade que alterna períodos na *beira* do Maró e no *centro da mata*.

Esse processo de retomada de porções do território que foram perdidos ou tiveram seu uso modificado em função de conflitos territoriais e/ou em função de uma ação estatal comumente engendram um processo de reterritorialização que remontam à padrões tradicionais de ocupação territoriais, transmitidos através das gerações. É importante aqui ressaltar que o adjetivo tradicional não implica em dizer que o movimento e a forma de ocupação seja idênticos àqueles do passado, já que são também informados por novos contextos e elementos. O tradicional aqui se refere muito mais à articulação desses contextos e elementos em uma lógica indígena. Esse processo é comum a vários povos. A seguir, farei um breve balanço de outros povos que passaram por diferentes processos de recuperação de territórios tradicionais, cotejando com o processo vivenciado pelos indígenas do Maró.

Os Wajãpi da região do Amapari⁵², no estado do Amapá, vivenciaram uma invasão de seu território entre fins da década de 1960 e início dos anos 1970. A Funai passa atuar na área em 1973, com a perspectiva de concentrar os Wajãpi entorno de um posto de atração, com o objetivo de liberar o território para a construção da rodovia Perimetral Norte. Enfraquecidos pelas doenças e mortes causadas pelo contato com os garimpeiros se agrupam do posto montado pela Funai. Enquanto isso, os garimpeiros aumentavam sua presença em áreas abandonadas pelos indígenas. A partir da década de 1980, os Wajãpi passam a expulsar os

52 Uso aqui a designação Wajãpi do Amapari para fazer uma diferenciação em relação aos Wajãpi que vivem no rio Oiapoque, no que hoje é a Guiana Francesa.

invasores de seu território. (GALLOIS, 2011: 34).

Durante a década de 1990, os Wajãpi, em um projeto coordenado pela Funai, contando com a parceria do CTI e da GTZ, participam ativamente da demarcação física da terra indígena. (*idem*: 17). Após a demarcação os Wajãpi retomaram várias de suas áreas de ocupação, incorporando entre suas atividades tradicionais, a vigilância da TI. Esse processo apoiou a recuperação do modo tradicional dos Wajãpi de se dispersarem em pequenas aldeias no território, que havia sido interrompido com o processo de atração conduzido pela Funai na década de 1970. Agora, essas aldeias abertas após a demarcação da TI, são pontos de apoios importantes para as atividades de vigilância. Nesse sentido:

O Programa de Vigilância e Fiscalização da TI Wajãpi, desenvolvido pelo Programa Wajãpi / CTI com apoio do PPTAL-Funai, foi idealizado em 1996, durante as etapas finais da demarcação. Desde aquela época, estava definida a prioridade de apoiar os Wajãpi no seu sistema de ocupação dispersa do território. É uma maneira de viver que permite que a vigilância continue sempre sendo feita como parte das atividades do dia-a-dia e, principalmente, garante a manutenção da qualidade de vida dos Wajãpi, ao contrário da sedentarização em torno dos postos de assistência, que cria muitos problemas sociais, políticos e ambientais. (GALLOIS, 2011: 35)

O programa foi pensado, ao mesmo tempo, para fortalecer o padrão tradicional de ocupação territorial que permitia uma ação contínua de vigilância, em uma TI com seus limites recentemente estabelecidos. Além disso, ajudava a atenuar os problemas oriundos do processo de concentração populacional em alguns pontos do território. Além disso, a demarcação e a vigilância permitiram que vários jovens, nascidos após a atração exercida pela Funai, pudessem circular e conhecer o território, acompanhados pelos mais velhos. Nesse sentido, o conhecimento das então lideranças pode ser transmitido a uma geração de jovens que, atualmente, assumem esse papel. Em certo sentido, a demarcação e a vigilância tornaram-se motores de um processo de recuperação das formas tradicionais de ocupação do território, embora com limites físicos estabelecidos. Paralelamente, contribuiu para que os jovens conhecessem e se apropriassem de uma porção do território até então desconhecidas para eles.

Além das questões relacionadas diretamente à proteção da TI, o processo de dispersão contribuiu para dirimir conflitos sociais que foram engendrados ou agravados pela concentração de vários grupos locais em tornos postos de atração. Também contribui para

uma melhor qualidade de vida os Wajãpi, já que a dispersão diminui a pressão sobre a terra e sobre a caças e os peixes. (GALLOIS, 2011: 35).

De forma muito semelhante, os Munduruku no médio Tapajós, durante a autodemarcação, o qualificaram as informações sobre as posições de madeireiros, palmiteiros e garimpeiros no território. Com essas informações, após estabelecimento das *picadas*, iniciaram um processo de dispersão e abertura de novas aldeias. Em comum, todas elas cumprem um importante papel de fortalecer a vigilância nos limites da TI Sawre Muybu. Seu Juarez Saw, cacique da aldeia Sawre Muybu e uma das principais lideranças da autodemarcação, explica a estratégia de abrir novas aldeias:

São três aldeias que foram fundadas o ano passado, o retrasado e esse ano. Lá perto do limite [da terra indígena] foi fundado Poxo Muybu. As pessoas que estão mais lá perto da ponta fiscalizam e trazem informação de como tá o limite das terras – se tá tendo invasão de garimpeiro, madeireiro, palmiteiro... Tudo isso a gente vem sabendo através já deles. Quando eram só duas aldeias, ficava mais difícil pra gente. (MOTA, 2018).

A estratégia está claramente delineada na fala de seu Juarez. No entanto, há motivações para além da necessidade imediata de fortalecer a vigilância de uma TI bastante conflituosa. Com isso quero dizer que existem motivações que são elaboradas por critérios inspirados na própria territorialidade do grupo e nas suas noções de viver bem. Os exemplos citados abaixo foram obtidos durante o tempo em que atuei como voluntário na autodemarcação munduruku.

Uma das aldeias, localizadas no rio Jamanxim, onde existem muitos garimpos, foi criada por um grupo familiar que saiu de uma grande aldeia no alto Tapajós após um conflito entre diferentes clãs terem evoluído para acusações de agressão xamânica. Embora tivesse irmãos na aldeia Praia do Mangue, uma aldeia localizada no perímetro urbano de Itaituba, preferiu estabelecer sua morada na TI autodemarcada. A opção foi tomada para garantir que sua família vivesse de acordo com as tradições munduruku, segundo a própria liderança. Semelhante a esse processo, um dos irmãos da liderança citada anteriormente, saiu da Praia do Mangue porque em Sawre Muybu encontraria fartura, principalmente de caça.

Ambas as motivações remetem antes à relações internas, padrões tradicionais de bem viver e territorialidades próprias ao Munduruku do que a uma estratégia política. Ou melhor,

aqui tudo isso se encontra, produzindo uma ocupação territorial que evoca os dois movimentos vividos pelo povo, a luta política e territorial contra os invasores e a territorialidade tradicional operando.

Existem alguns temas que perpassam os três processos mencionados nesse capítulo. O primeiro é como a luta pela terra fortalece modos próprios de vida, embora em um contexto de conflitos e de criação de uma TI, ou seja, de um território com limites fixos. Dialeticamente, o processo também é informado pela organização social tradicional, mesmo que incorporando novos elementos, como fica claro no papel da escola no caso da TI Maró.

As retomadas também abrem a possibilidade para uma maior qualidade de vida dentro dos padrões indígenas, seja operando em favor de uma dispersão de assentamentos grandes ou liberando áreas de fartura, anteriormente invadidas. De qualquer forma, reforçam perspectivas mais adequadas à territorialidade e ao modo de vida de cada povo. Nesse sentido, tanto para os Wajãpi quanto para os Borari e Arapium da TI Maró, o envolvimento dos jovens é central em, pelo menos, dois aspectos. Conhecer porções do território, e modos de vida neles possíveis, e também para garantir a permanência das práticas de vigilância.

Outra questão que perpassa as três experiências relatadas, e que se relaciona com o que foi acima relatado, diz respeito à abertura de novas aldeias com a finalidade de apoiar as atividades de vigilância. O caso dos Wajãpi é exemplar. Com o apoio de organizações indigenistas, lograram estabelecer uma rede de aldeias que servem como apoio às atividades de vigilância, associado ao padrão de ocupação territorial tradicional, baseado nos grupos locais. O mesmo vale para os Munduruku, que iniciaram um processo semelhante. No caso dos indígenas do Maró, embora ainda não tenham iniciado esse processo, avaliam que isso é fundamental para consolidarem definitivamente o controle de seu território.

Para finalizar, penso que no caso do Maró e dos outros povos aqui mencionados, a apropriação de formas não-indígenas de mobilização e territorialização, como a criação das terras indígenas são motivadas enquanto estratégias de garantia de territórios, modos de vida e projetos de futuro próprios, nativos. Mais que isso, essas formas não-indígenas são basicamente informadas pelas concepções e práticas indígenas.

Demonstrei essa afirmação analisando a condução às mobilizações em torno do processo de autodemarcação, que alimentadas por formas tradicionais de produção de consenso e pela limitação de formas coercitivas de poder político, incorporam, ao mesmo

tempo, assembleias, forma de organização política incorporada pelo movimento indígena do Tapajós na trajetória mesmo das lutas por terra. No caso do Maró, as assembleias ratificam o consenso produzido.

Nessa trajetória de lutas pela terra, emergiu a necessidade do estabelecimento de limites territoriais fixos e demarcados. Longe de se equivaler ao território tradicionalmente ocupado, na maioria dos casos, as TIs exprimem, antes de mais nada, “questões mais delicadas da convivência interétnica” (GALLOIS, 2004: 8). No Maró, essas questões delicadas, na realidade, exprimem a correlação de forças no momento da realização da *autodemarcação*. Embora dificilmente representem integralmente o território tradicionalmente ocupado pelos grupos indígenas, as TIs tem sido utilizadas pelos grupos como a garantia da possibilidade de reconstrução de modos de vida das territorialidades nativas.

Nesse sentido, as *retomadas* são fundamentais para que os Borari e Arapium garantam seu bem viver, reocupando o território. Essa ocupação é informada tanto pelos novos contextos (necessidade de vigilância do território, de transportes, atendimento à saúde, educação) quanto pela territorialidade própria do grupo, como descrito nos capítulos anteriores deste trabalho. Nesse sentido, parece que existe uma tensão entre essas novas necessidades e a territorialidade tradicional do grupo. Essa tensão é expressa entre uma territorialidade ideal e as possibilidades de territorialização contemporâneas, determinadas pela situação de conflito e pelas relações estabelecidas com a sociedade brasileira.

7. CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, procurei demonstrar que as autodemarcações e retomadas buscam responder a processos de expropriação territorial. Nas duas primeiras décadas do século XX, a ascensão de um projeto econômico baseado na valorização de *commodities* agrominerais tornou necessário a criação e a modernização das infraestruturas necessárias à produção e à circulação de mercadorias. Outro efeito dessa valorização foi uma corrida a novas áreas de produção, o que ampliou a pressão sobre territórios tradicionais de povos

indígenas, quilombolas e camponeses. Tal projeto é expresso através de duas carteiras de projetos: a IIRSA, que pretende reestruturar o território sul-americano, principalmente viabilizando a exportação de *commodities* para a Ásia e o PAC, que busca modernizar a infraestrutura energética e logística em território brasileiro.

No entanto, para viabilizar a expansão da infraestrutura e, ao mesmo tempo, abrir novas áreas de exploração, faz-se necessário um ataque legislativo sobre os territórios indígenas. Foi nesse sentido que analisei as propostas de mudança da legislação sobre direitos territoriais indígenas, bem como a nova jurisprudência sobre o tema. Destaquei principalmente os efeitos da PEC 2015 e da jurisprudência aberta pelo julgamento da homologação da TI Raposa Serra do Sol, especialmente no que tange à tese do Marco Temporal. Demonstrei que essa tese foi utilizada no caso da TI Maró, embora de maneira pouco ortodoxa, em uma decisão judicial que pedia a anulação da delimitação da TI. Mesmo com a decisão em segunda instância favorável à manutenção do RCID e do processo de demarcação TI, o mesmo não avançou. Na verdade, houve um retrocesso: segundo servidores da Funai, o RCID foi mandado de volta para instituição para ser reavaliados, em 2017.

Busquei também demonstrar que os recentes ataques aos territórios indígenas na bacia do Tapajós constituem mais um momento de uma longa dinâmica de colonização e resistência. Desde a chegada dos portugueses, os indígenas têm lançado mão de diversas estratégias para garantir sua existência e seus modos de vida. Territorialmente, essas estratégias se materializam na alternância entre permanências nas margens dos rios e nas matas. Essa dinâmica de alternância entre períodos nas *beiras* e no *centro da mata* remete uma territorialidade tradicional dos grupos da região e se manifesta em vários aspectos da sociabilidade destes. Sazonalmente, por exemplo, existia intensamente essa alternância entre os períodos secos, passados preferencialmente nas *beiras* e os períodos de cheia, passados no *centro das matas*. Assim, após o colapso das missões jesuíticas, durante o período da Cabanagem ou em função de doenças ou da presença de latifundiários nas margens dos rios, a dispersão pelos *centros da mata*, continuaram sendo fundamentais para garantir a continuidade dos modos de vidas. Nos períodos mais favoráveis, como no tempo de criação das comunidades, as *beiras* voltaram a ser ocupadas.

Essa dinâmica, que possivelmente remonta a um passado pré-colombiano passou por várias transformações. Todavia, mesmo com os processos de territorialização impostos pela

situação colonial, ela continua se manifestar em diferentes esferas dos modos de vida dos povos da região. Os *festejos de santos*, as *piracaias*, as expedições de caça ou de extrativismo vegetal ou a importância das *matas* e dos seus encantados nas cosmologias dos grupos são exemplos contemporâneos dessa territorialidade.

As madeireiras tentaram expropriar aos Borari e Arapium o *centro da mata*. Área sagrada, local de fartura, morada dos antepassados. Embora ocupando de maneira mais permanente as margens do Maró, em movimento iniciado em meados do século XX, os Borari e os Arapium nunca abandonaram as *matas*. Elas continuaram abastecendo as aldeias de madeira, de caça, de remédios. Continuaram informando a memória histórica do grupo, como local de morada dos seus antigos, referências de origens de ambos grupos. Continuaram também abrigando os *encantados*, com quem a boa relação é condição necessária para uma vida boa, com fartura. Com chegada das madeireiras, os indígenas passaram a evitar circular por essa parcela do seu território. Nesse sentido, a autodemarcação emerge como uma primeira reação à expropriação.

Com a demora da Funai em iniciar o processo demarcatório e o constante assédio dos madeireiros ao seu território tradicional, em 2007, os Borari e Arapium da TI Maró realizam a *autodemarcação* de seu território. Durante essa *autodemarcação*, conhecimentos tradicionais e novas técnicas adquiridas foram utilizados para que delimitando a área, a terra reivindicada pelos indígenas se tornasse visível aos invasores e também aos seus vizinhos, aliados das madeireiras. A territorialidade dos indígenas foi mobilizadora do procedimento não-indígena de estabelecer limites físicos. Por outro lado, a luta por território informou novas estratégias e formas de mobilização as práticas tradicionais de ocupação do território e de organização política.

O conceito de *ramal* para nomear as linhas secas da *autodemarcação* expressam bem essa aparente contradição. Os principais *ramais* abertos pelos indígenas reavivaram antigos caminhos de caça e de extração do leite maçaranduba. Embora limites, eles não deixaram de ser, também, caminhos. Materializaram a territorialização possível em um contexto de disputa e negociação possível com as comunidades vizinhas e dos conflitos abertos com as madeireiras. Expressam também aquilo que os indígenas consideram o mínimo para realizar seu bem viver, com a ciência de que deixaram de fora partes importantes de seu território tradicional.

Mais do que explicitar, para os outros, os limites de sua TI, ao fazerem a *autodemarkação*, os indígenas colocaram-se em movimento. Movimento, evidentemente, pelo território. Esse movimento teve aspectos muito importantes na vida de jovens e crianças, que participando da *autodemarkação* puderam conhecer porções do território que não conheciam. Movimento também no sentido de se mobilizarem coletivamente para garantir seu território. Um movimento se alimentou das formas políticas tradicionais e de novas estruturas de decisão coletiva.

A *autodemarkação* é um processo que pode ser lido sob vários aspectos. Ela é pressão política, pois cobra o Estado a cumprir com seus deveres constitucionais. No caso dos Munduruku e da TI Maró, a *autodemarkação* foi um instrumento eficaz de pressão, pois contribuiu para que o Estado desse prosseguimento ao processo de reconhecimento das TIs. Por outro lado, é uma forma de ação direta já que, através dela, seus protagonistas acumulam forças, podendo contribuir para uma mudança significativa na correlação de forças entre os indígenas e os invasores. No caso da TI Maró, foi o marco inicial de um processo autônomo de retomada do território. Ainda que não seja sua intenção imediata, ela é um processo formativo, política e territorialmente.

A *s retomadas*, possuem características semelhante às enunciadas acima para a *autodemarkação*. No entanto, como os Borari e Arapium os consideram como dois processos distintos, mantive essa forma de interpretar a história recente da luta territorial no Maró. Iniciada em 2014, sete anos após a realização da *autodemarkação*, as *retomadas* tiveram o objetivo de retirar as madeiras da TI, reocupando o território. Nelas, as formas tradicionais de organização política e novas formas, incorporadas ao movimento indígena nas lutas por território. No caso do Maró, esse fato se expressa na formação do grupo de vigilantes e na utilização das atividades escolares e na realização de assembleias como forma de *retomada* ou fortalecimento da ocupação em áreas retomadas. Isso mostra uma apropriação criativa do grupo dessas instituições, de acordo com sua organização política e estratégias de luta.

Ao *retomarem* suas terras, faz-se necessário fiscalizá-la, para encerrar a possibilidade de uma nova expropriação. A avaliação das lideranças é que as atuais estratégias não serão capazes de promover e manter o “usufruto exclusivo” de suas terras. A estratégia pensada, nesse momento, é ocupar os *centros da mata*, principalmente próximo à estrada que corta a TI. Essa estratégia é claramente informada pela territorialidade do grupo e remete, mais uma

vez, à dinâmica de alternância entre o *centro da mata* e as *beiras*. Se a tradicionalidade da ocupação do território informa a estratégia, ela é produzida pela necessidade da vigilância e da proteção da TI. Ao mesmo tempo, para ela se realizar, necessita de novos procedimentos e insumos, então, somados aos tradicionais. Educação escolar, meios de transporte e comunicação, são alguns exemplos de requisitos para que, atualmente, essa ocupação no *centro da mata* possa ser consolidada. De qualquer forma, a criação de novas aldeias é uma estratégia de proteção do território e se adequa a padrões de ocupação territorial tradicionais continuamente reinventados.

Não por acaso, autodemarcações e retomadas engendram novas ocupações permanentes por parte dos indígenas que conduzem esses processos. Elas atualizam, em contexto de conflitos, a história da ocupação do território, a territorialidade do grupo, a relação com os *encantados* e outros seres das cosmologias dos grupos. Nesse sentido, esses processos derivam e potencializam práticas de gestão territorial autônomas.

A partir do objetivo deste trabalho – contribuir, através do estudo sobre a TI Maró, para a compreensão dos processos de autodemarcação e retomadas de territórios indígenas – espero ter demonstrado que essas ações são compostas de muitos aspectos, inclusive, que permitiriam uma grande diversidade de pesquisas futuras. Nesse sentido, vale elencar questões que se abriram ao longo da pesquisa e que não puderam ser abarcadas em seu escopo.

Um dos temas que mais se destaca demandando aprofundamento, tanto no caso estudado como na bibliografia, é a relação da luta por território com a cosmologia do grupo. No caso dos Borari e Arapium, essa articulação é expressa através dos *encantados*. Nesse sentido, pesquisas que aprofundem o papel dos *encantados* na territorialidade do grupo e na luta por sua terra devem render resultados interessantes. Outro tema que permeia essa pesquisa e não foi aprofundado é a classificação nativa das diferentes porções dos territórios, a relação destas com os *encantados* e as regras de acesso a cada uma dessas paisagens.

Ainda sobre a luta por território, penso que um caminho a ser investigado é articulação entre os movimentos locais com aqueles de escala mais ampla, sejam regionais ou nacionais. Penso que pesquisar essa dinâmica pode contribuir para a compreensão do incremento dos processos de autodemarcação e retoma na região como um todo.

Os processos de autodemarcação e retomadas tem sido um poderoso instrumento de pressão e de garantia efetiva dos direitos territoriais dos grupos que acionam essas estratégias. Sua efetividade muitas vezes faz com que o Estado, pressionado, aja. Algumas vezes, iniciando ou dando continuidade ao procedimento de reconhecimento de direitos. Em algumas situações, reprimindo a mobilização. De maneira usual, diferentes setores do Estado respondem de forma contraditória a essa ação. Um setor atuando no reconhecimento do direito, outro reprimindo ou fortalecendo a invasão dos territórios tradicionais.

Também marca da eficácia dessas ações é a reação dos invasores desses territórios. Retaliações como difamação, ameaças, assassinatos e criminalização de lideranças tem sido comuns como forma de tentar minar as mobilizações engendradas pelas autodemarcações e retomadas e garantir a continuidade da espoliação do território. Apesar do cenário político desfavorável, os indígenas do Maró (assim como os outros citados nessa dissertação) seguem resistindo e consolidando sua territorialização frente aos invasores.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCON, Daniela F. **O Retorno da Terra: As retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia.** Universidade de Brasília, 2013.

ALARCON, Daniela F. “A luta está no sangue e, além disso, os caboclos empurram”: participação de seres não humanos nas retomadas de terras na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, Bahia. In: **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. v. 13, n. 1. pp. 212-246, 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Conhecimentos tradicionais e territórios na Pan-Amazônia. Manaus, Nova Cartografia Social da Amazônia, 2010.

APARICIO, A. B. **Direitos Territoriais Indígenas: diálogo entre o direito e a antropologia - o caso da Terra Guarani "Morro dos Cavalos.** [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

APIB. Nota pública: Dilma, Cardozo e Adams: os maiores responsáveis pelo genocídio de povos indígenas em curso no Brasil. 2015.

ASSIS, W. F. No princípio era a terra : A territorialização das lutas agrárias no contexto de expansão da acumulação capitalista na Amazônia. **Revista de Antropologia**, v. 58, n. 2, p. 288–313, 2015.

AZANHA, Gilberto. Estado de direito é fazer valer os direitos constituídos, antes e acima de tudo. In: <https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=130225>

BARRETO FILHO, H. T. Disciplinando a diversidade cultural: Uma perspectiva antropológica sobre a Portaria 14. In: **Antropologia e identificação: Os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002.** [s.l: s.n.]. p. 119–135.

BELTRÃO, R. E. V. Auto Demarcação Madijá: uma aula de governo dos povos indígenas. In: FUJIWARA, L. M. et al. *Vinte Experiências de Gestão Pública e Cidadania 1997.* São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1997.

BENITES, Tônico. Recuperação dos territórios tradicionais guarani-kaiowá. Crônica das

táticas e estratégias. *In: Journal de la société des américanistes*, 100-2, 2014 .

BOM MEHY, José Carlos Sebe. Analfabetismo e reserva mítica: pensando a tradição oral. *NEHO - História*. São Paulo, p. 7 – 20, junho de 1998.

BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, v. 2, n. 3, p. 68–80, 2005.

BINDA, Nadja Havt. Processos e produtos territoriais: território indígena é terra indígena? ***Revista de Estudos em Relações Interétnicas***, v.3, n.1. 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Decreto 1775/1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo. 1996, p. 1689–1699.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. *In:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.html. Consultado em 12/01/2016.

BUZZATO, Cléber César. Os efeitos da cana-de-açúcar na vida dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul. *In:* <http://www.mst.org.br/2015/11/30/os-efeitos-da-cana-de-acucar-na-vida-dos-povos-indigenas-do-mato-grosso-do-sul.html>. Consultado em 13/01/2016.

CÁRDENAS, Oimar Bolaños. Constructing indigenous ethnicities and claiming land rights in the lower Tapajós and Arapiuns region, Brazilian Amazon. Florida Univesity. 2008.

CARRION, Maria da Conceição. PAIM, Elisangela Soldatelli. IIRSA: desvendando interesses. Núcleo de Amigos da Terra Brasil. 2006.

CASTRO, E. V. DE. **Parecer sobre a sentença do Juiz Federal José Airton de Aguiar Portela, da Justiça Federal de Primeiro Grau no Pará (Segunda Vara da Subseção de**

Santarém) de 26 de novembro de 2014, relativa aos processos 2010.39.02.000249-0 e 2091-80.2010.4.01.3902, 2015.

CONAB. Séries Históricas de Área Plantada, Produtividade e Produção, Relativas às safras 1976/77 a 2015/16 de Grãos, 2001 a 2016 de café, 2005/06 a 2016/17 de Cana-de-Açúcar. *In*: www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/.../16_10_06_09_12_08_sojaseriehist.xls, consultado em 21/12/2016.

COSIPLAN. Cartera de Proyectos 2016. UNASUR, 2016.

COUTO. Leandro Freitas. A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. Mimeo, 2005.

CRUMLEY, C. L. Historical Ecology: cultural knowledge and changing landscapes. Santa Fé: School of American Research Press, 1993. *In*: SOLÓRZANO, Alexandro *et al.* Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XII, n. 1, 49-66, jan.-jul. 2009.

CUNHA, M. C. DA. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 20, p. 121–136, 1994.

DOMINGUES, Mariana Soares. BERMANN, Célio. O arco do desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XV, n. 2 p. 1 -22 mai.-ago. 2012.

FASE. Anulada a sentença que declarava inexistentes etnias da Terra Indígena Maró. *In*: <http://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/anulada-a-sentenca-que-declarava-inexistentes-etnias-da-terra-indigena-maró/>. Consultado em 13/01/2016.

FUNAI. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Maró/PA**. Despacho n.º 107, outubro de 2011

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? *In*: RICARDO, F. (Ed.).

Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais. 1.º ed. São Paulo: [s.n.]. p. 37–41, 2004.

GALLOIS, D. T. **Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial.** São Paulo. Iepé, 2011.

ISA – Instituto Socioambiental. Impactos da PEC 215/2000 sobre povos indígenas, populações tradicionais e o meio ambiente. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2015.

IORIS, E.M. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. **Ilha Revista de Antropologia.** Florianópolis, 2009.

IORIS, E.M. Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia. Florianópolis: UFSC, 2014.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, p. 322 , 1–22, 2002.

MAHALEM LIMA, Leandro Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835. São Paulo: FFLCH-USP. Dissertação de Mestrado, 2008.

MAHALEM LIMA, Leandro. No Arapiuns, entre verdadeiros e -ranas: sobre as lógicas, as organizações e os movimentos dos espaços do político. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Volume exportado de soja em grão, milho, café, frango e celulose bate recorde em 2015. *In*: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/01/volume-exportado-de-soja-em-grao-milho-cafe-frango-e-celulose-bate-recorde-em-2015>, consultado em 21/12/2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Sobre o PAC. *In* <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Consultado em 27/12/2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Infraestrutura logística. *In:* <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-logistica>, consultado em 16/12/2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Infraestrutura energética. *In:* <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-energetica>, consultado em 16/12/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Apelação com pedido de tutela antecipada recursal. Santarém, 2015.

MOLINA, Luisa Pontes. Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença. Universidade de Brasília. Brasília. 2016.

MORENO, Camila. Brasil *made in China*: para repensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo. 2015.

NASCIMENTO, L. M. Entre Territórios, imagens e Memórias: um estudo sobre repercussões e desdobramentos da autodemarcação das terras indígenas entre os Tupinikim no Espírito Santo. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 12, 2011.

NOVOA GARZON, L.F. IIRSA: neoliberalismo físico ou a versão territorial do livre comércio. Correio da Cidadania. 22/04/2008.

OBSERVATÓRIO DE INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA. As obras do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira. INESC. 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma Etnologia dos "Índios Misturados"? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. São Paulo. *Mana* 4(1):47-77, 1998.

PEGORARI, Bruno. O genocídio dos povos indígenas publicado em diário oficial. *In:* <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/10/26/o-genocidio-dos-povos-indigenas-publicado-em-diario-oficial>, consultado em 23/12/2016.

PEIXOTO, Rodrigo Correa; ARENZ, Karl e FIGUEIREDO, Kércia. O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito. Belém: **Novos Cadernos NAEA**, v. 15 n. 2, p. 279-313, 2012.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Terras indígenas na legislação colonial. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, São Paulo, v.95, p.107-118, 2000.

PRISCILLA, K.; PEIXOTO, F. A luta territorial dos indígenas da Terra Maró. **Somanlu**, v. 2, p. 175–197, 2011.

RICARDO, F. P.; SANTILLI, M. **Documentos do ISA Terras Indígenas no Brasil : um balanço da era Jobim**. 1º. ed. São Paulo: ISA, 1997.

SAÚDE E ALEGRIA. Uma Cartografia da Memória: Mapeamento Participativo Socioambiental. Santarém, 2007.

SAÚDE E ALEGRIA et. all. Plano Participativo de Mosaico de Uso da Terra nas Glebas: Nova Olinda, Nova Olinda II, III, Curumucuri e Mamuru no Oeste do Pará. Santarém, 2008.

SOUSA JÚNIOR (Org.). Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular. São José dos Campos CTA/ITA, 2014.

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. **Nota técnica - Acerca da sentença expedida pela Justiça Federal de 1o Grau em Santarém referente aos processos 2010.39.02.000249-0 e 2091-80.2010.4.01.3902**. Santarém/PA, 2015.

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. **Surara Borari, Surara Arapium - a educação escolar no processo de reafirmação étnica dos Borari e Arapium da terra indígena Maró**. Campinas, SP : [s.n.], 2016.

TAPAJOS, Ib. Direitos Indígenas no Baixo Tapajós, entre o Reconhecimento e a Negação: o caso da Terra Indígena Maró. **Revista Insurgências**. Brasília, ano 1, v.1, n.2, 2016.

TORRES, Maurício. A pedra muiiraquitã: O caso do rio Uruará no enfrentamento dos povos

da Floresta às madeiras na Amazônia. *In: Revista de Direito Agrário*. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ano 20, nº 20. 2007.

VAZ, Florêncio de Almeida. A Emergência étnica dos povos indígenas do Baixo Tapajós, Amazônia. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Área de concentração em Antropologia. Salvador, 2010.

VIERTLER, R. B. Métodos Antropológicos como Ferramenta para Estudos em Etnobiologia e Etnoecologia. *In: AMOROSO, M. C. M, MING, L .C., SILVA S. M. P, (Orgs.). Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas*. Rio Claro, SP: Coordenadoria de Ciências Biológicas, Gabinete do Reitor- UNESP/ CNPq, 2002. p. 13-29.